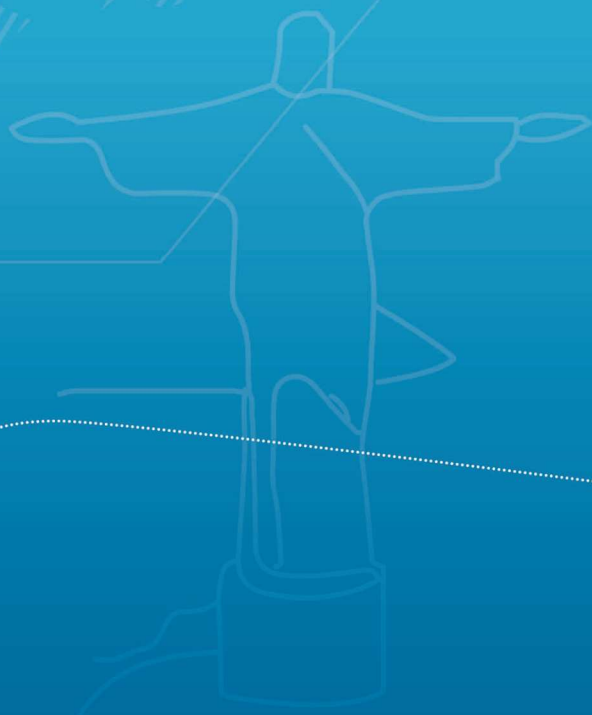


Boletim de

Transparência Fiscal

5º bimestre | 2015





SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Júlio César Carmo Bueno

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Francisco Antônio Caldas Andrade Pinto

SUBSECRETÁRIA DE FINANÇAS

Lígia Helena da Cruz Ourives

SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA FISCAL

Josélia Castro de Albuquerque

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Antônio Carlos Rabelo Cabral

SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Daniela de Melo Faria

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Raphael Philipe Moura

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvécio Vital da Silva

**SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS**

(vago)

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alessandro Lima da Rocha

Alexandre Emilio Zaluar

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Creusa Mattoso de Almeida

Eduardo de Andrade

Giovana dos Santos Itaborai

Gustavo Franco Corrêa

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Reis Pompeu de Moraes

Joana Pimentel Meneses de Farias

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Luísa Regina Mazer

Marcos Buarque Montenegro

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Neusa Lourenço Silva

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto



O **BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, trabalho conjunto da Subsecretaria de Finanças, Subsecretaria Geral e Subsecretaria de Política Fiscal, esta última também responsável pela edição do documento. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.fazenda.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910

SUMÁRIO

I. Economic Outlook.....	13
I.I The Domestic and International Context.....	13
I. Panorama Econômico.....	21
I.I O Contexto Internacional e Doméstico.....	21
II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro.....	30
III. Resultados Fiscais.....	39
III.I Resultado Orçamentário.....	39
III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	40
III.III Resultado Primário.....	41
Cronograma de Desembolso do Estado do RJ.....	43
IV. Receita Estadual.....	45
IV.I Receitas Correntes.....	46
IV.I.1 Receita Tributária.....	48
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties.....	56
IV.I.3 Demais Receitas Correntes.....	60
IV.I.3.1 Receita de Transferências.....	64
IV.I.3.2 Transferências da União.....	65
IV.II Receitas de Capital.....	71
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro.....	74
V.I Despesa Total.....	74
V.II Créditos Adicionais.....	74



V.III Despesas por Fonte de Recursos.....	75
V.IV Despesas por Grupo.....	77
V.V - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.....	84
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	98
VI.1 Cota Financeira.....	98
VI.2 Pagamento de PD's.....	99
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	99
VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos.....	100
VI.4.1 Características de Consumo.....	102
VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento.....	105
VI.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública.....	106
VI.7 Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	117
VI.8 Análise de Viabilidade Econômica de PPPs.....	118

Apresentação

Este é o quadragésimo sétimo número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o quinto referente ao exercício de 2015. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Tais mecanismos possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Dessa forma, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob o risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 16/11/2015.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”
Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.

RESUMO EXECUTIVO

O Estado do Rio de Janeiro fechou, até o 5º bimestre de 2015, com arrecadação das receitas totais na ordem de R\$ 63.619,10 milhões, ficando abaixo da meta estipulada para o período em 0,2%.

As receitas correntes apresentaram variação de 8,4% acima do esperado (+ R\$ 4.637,78 milhões) quando comparadas à meta acumulada até o quarto bimestre de 2015, totalizando R\$ 60.177,63 milhões. Tal resultado foi possível graças às Outras Receitas Correntes que tiveram forte destaque no montante acumulado das Receitas Correntes realizadas, verificando-se resultado significativamente superior à meta estipulada para o período, totalizando R\$ 9.035,49 milhões (+ R\$ 7.042,84 milhões). Tal resultado equivale a 453,4% da meta acumulada estabelecida. Diante do cenário econômico de forte frustração de receitas próprias, o grande esforço arrecadatório do Estado, por meio de Termos de Ajuste de Conduta firmados com contribuintes, reforçou o caixa do Estado quanto a Receita Tributária e Outras Receitas Correntes e permitiu crescimento geral das receitas correntes em relação ao ano anterior, o que não seria possível pelo comportamento normal da arrecadação. Somam-se às Outras Receitas Correntes as Receitas Diversas as quais abarcam as oriundas da Lei Complementar Estadual nº 147/2013 (alterada pela LC 163/2015) relativas ao Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro que somaram R\$ 6.650,60 milhões em entradas ao longo do ano. As receitas tributárias totalizaram 98,0%, atingindo o valor de R\$ 36.252,95 milhões até outubro de 2015, ficando um pouco abaixo do estipulado para o período. Observa-se que a receita do ICMS, principal tributo do Estado, arrecadou o valor total de R\$ 26.420,56 milhões, uma variação positiva de 1,1% em comparação com o realizado no mesmo período do ano anterior.

A execução das receitas de petróleo apresentou decréscimo de 35,9% (- R\$ 2.352,33 milhões), alcançando R\$ 4.196,00 milhões. Analisando a receita de petróleo, observa-se que a maior parte da variação negativa ocorreu na receita de Participação Especial, que decaiu 44,9% (- R\$ 1.851,74 milhões). A queda no preço do *brent* (barril) foi significativa para o comportamento da receita de petróleo. Embora tenha havido aumento da produção no período que, segundo dados da ANP, alcançou 78,87 milhões de m³ (+ 8,4%) e crescimento da taxa de câmbio (+ 29,8%), o valor do *brent* apresentou variação negativa de 45,2% no período, afetando sobremaneira a arrecadação.

Com relação às receitas de capital, a receita realizada ficou abaixo da meta esperada para o período, alcançando 41,8%, o que representa uma variação negativa de R\$ 4.785,25 milhões. Esse comportamento foi capitaneado, principalmente, pelo desempenho das receitas de Operações de Crédito, resultado da redução das operações de crédito que objetivaram financiar os programas Pró – Cidades II do BB e da fase II da Linha 4 do Metrô (BNDES), e de Alienações de Bens, resultado do ingresso financeiro atípico da receita proveniente da Venda de Recebíveis do RIOPREVIDÊNCIA em junho de 2014.

Quanto ao Resultado Orçamentário, até o 5º bimestre de 2015 fechou com déficit de R\$ 2.894,00 milhões em relação ao mesmo período de 2014. Tal resultado ocorreu devido à superioridade das despesas de capital frente à receita de capital. As despesas de capital superaram as mesmas receitas em R\$ 3.823,13 milhões. Já as receitas correntes superaram as despesas correntes, mas não o suficiente para tornar

positivo o resultado orçamentário. As receitas correntes, até outubro, superaram as despesas correntes em R\$ 1.275,70 milhões. Se analisarmos desconsiderando a influência do RIOPREVIDÊNCIA, o resultado foi deficitário em R\$ 3.288,32 milhões frente ao acumulado de 2014. Nesse período, o resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA apresentou o valor superavitário em R\$ 394,31 milhões, reduzindo o déficit do resultado orçamentário, se considerado.

Quanto ao Resultado Primário, as contas públicas fluminenses apresentaram déficit de R\$ 754,95 milhões até o 5º bimestre por conta da prevalência das despesas primárias ou não financeiras frente às receitas primárias ou não financeiras no período. O resultado primário acumulado, excluindo o RIOPREVIDÊNCIA, é de R\$ 1.243,01 milhões em comparação a 2014. Percebe-se, assim, o impacto que o RIOPREVIDÊNCIA tem sobre o resultado primário do Estado, uma vez que, quando incluído na apuração, acentua ainda mais o resultado primário deficitário.

As despesas do ERJ para o exercício 2015 foram fixadas na Lei Orçamentária Estadual em R\$ 82,8 bilhões, um acréscimo de R\$ 5,7 bilhões (+7,4%) frente à Lei Orçamentária do exercício 2014.

No 5º bimestre de 2015, a dotação alcançou R\$ 87,2 bilhões, uma expansão orçamentária de R\$ 4,4 bilhões (+5,3%) sobre a autorização inicial (LOA). Entretanto, R\$ 5,3 bilhões permaneceram contingenciados (6,1% do orçamento).

Esta expansão orçamentária foi provida pela abertura de créditos adicionais, dos quais o maior acréscimo foi registrado na função Transporte (R\$ 1,74 bilhão), dos quais R\$ 1,36 bilhão foi por meio de recursos de Operação de Crédito e R\$ 378,86 milhões de Demais Fontes. Do total, R\$ 1,30 bilhão foi alocado na ação de melhoria do sistema metroviário e R\$ 149,67 milhões no Programa Bilhete Único. Outra função em destaque no período foi Segurança Pública: complemento de R\$ 1,18 bilhão.

Em relação à execução, até outubro foram liquidados R\$ 44,08 bilhões no Poder Executivo e R\$ 5,06 bilhões nos Outros Poderes, totalizando R\$ 49,14 bilhões, excluídas as despesas intraorçamentárias e as empresas públicas independentes (CEDAE e Imprensa Oficial). Este montante é 13,4% menor que o verificado no mesmo período de 2014. Desse montante, R\$ 30,18 bilhões foram sustentados por recursos do Tesouro Estadual e R\$ 18,96 bilhões a partir de Outras Fontes de Recursos, respectivamente, variações de -22,8% e +7,7% ante 2014.

As Despesas Correntes do ERJ (R\$ 41,88 bilhões) indicam queda (12,4%; -R\$ 5,94 bilhões) quando comparadas aos valores de 2014. As despesas relacionadas ao grupo de Outras Despesas Correntes apresentaram R\$ 23,17 bilhões liquidados, apresentando uma redução de 23,4% (-R\$ 7,07 bilhões). As Despesas de Capital demandaram R\$ 7,26 bilhões, dos quais 38,5% destinaram-se à Amortização da Dívida. Quanto às demais Despesas de Capital, Investimentos e Inversões Financeiras somaram R\$ 4,47 bilhões, redução de 26,14% (-R\$ 1,58 bilhão) em relação ao mesmo período de 2014. Esses recursos foram aplicados basicamente em obras de melhoria do transporte metroviário, melhoria no sistema de transporte ferroviário e abastecimento de água.



No aspecto dos índices constitucionais, o índice da Educação mostrou uma pequena redução (-0,14%) quando comparado ao ano de 2014. Os gastos na função foram os únicos que superaram o mínimo a ser aplicado, representando 25,8% da receita base. O índice aplicado na saúde atingiu 9,8%, mantendo-se estagnado em relação ao ano anterior. Já para o índice da FAPERJ houve também uma pequena redução (-0,1%) nos últimos 12 meses. As despesas do FECAM, cujo valor mínimo a ser aplicado depende da base de cálculo da receita, o índice ficou em 3,7%. Por último, a execução do índice do FEHIS obteve uma redução de 3,3% nos 12 meses, alcançando 4,3% da receita base.

EXECUTIVE SUMMARY

The state of Rio de Janeiro closed until the 5th bimester of 2015 with total revenues of R\$ 63,619.10 million, below the target set for the period at 0.2%.

Current revenue changed by 8.4% higher than expected (+ R\$ 4,637.78 million) compared to the accumulated goal until the fifth bimester of 2015, totaling R\$ 60,177.63. This result was possible thanks to the performance of Other Current Revenues that had a strong participation on the amount of Current Revenues, achieving significantly better result than the target set for the period, totaling R\$ 9,035.49 (+ R\$ 7,042.84 millions). This result is equivalent to 453.4% of the established accumulated goal. The large revenue collection effort of the state, which by means of "Terms of Conduct Adjustment" signed with taxpayers, have strengthened the state reserves at the Tax Revenue and Other Current Revenue, enabling overall revenue growth of current revenues over the previous year, which would not be possible through the normal behavior of the collection given the current economic climate. Tax revenues amounted to 98.0%, reaching R\$ 36,252.95 million by October 2015, remaining slightly below the target for the period. It is observed that the ICMS revenue, the state's main tribute, have raised the total amount of R\$ 26,420.56, an increase of 1.1% compared to in the same period last year.

The execution of oil revenues fell by 35.9% to R\$ 4,196.00 million. Analyzing oil revenues, it is observed that most of the negative variation occurred in the Special Participation revenue, which fell 44.9% (- R\$ 1,851.74 million). The drop in the price of Brent was significant for the oil revenues of behavior. Although there has been increasing production in the period, according to ANP data, reached 78.87 million cubic meters (+ 8.4%) and growth of the exchange rate (+ 29.8%), the brent showed a negative variation of 45.2% in the period, greatly affecting the collection.

Regarding the Capital Revenue, the result was below the expected target for the period, reaching 41.8% of the target estimated for the period, representing a negative variation of R\$ 4,785.25 million. This behavior was mainly due to the performance of Credit Operations, resulting from the reduction of these operations that aimed to finance the Pro-Cities II programs of BB and phase II of Metro Line 4 (BNDES), and Asset Disposals as a result of atypical financial inflow of revenue from Sale of RIOPREVIDÊNCIA's Receivables in June 2014.

The balanced budget, until the 5th bimester of 2015, closed with R\$ 2,894.00 million deficit compared to the same period in 2014. This result was due to the superiority of the capital expenditure on the capital revenue. Capital Expenditures exceeded Capital Revenues in R\$ 3,823.13 million. The Current Revenues exceeded Current Expenditure, but not enough to make the budget a positive result. Current Revenues until October, exceeded current expenditure in R\$ 1,275.70 million. If we analyze disregarding the influence of RIOPREVIDÊNCIA, the result was a deficit of R\$ 3,288.32 million. During this period, the budget result of RIOPREVIDÊNCIA presented the surplus of R\$ 394.31 million, reducing the deficit of the budget result, if considered.

On the other hand, Rio's public accounts showed a primary deficit of R\$ 754.95 million until the 5th bimester due to the prevalence of primary expenditure or non-financial front of the primary or non-financial revenues in the period. The cumulative primary balance, excluding RIOPREVIDÊNCIA is R\$ 1,243.01 million compared to 2014. It is noticed the impact RIOPREVIDÊNCIA has on the primary outcome of the State considering that when included in the calculation, it accentuates the primary balance deficit.

RJ State Expenditures for the year 2015 were fixed in State Budget Law in R\$ 82.8 billion, a marked increase (+7.4%), the growth was R\$ 5.71 billion, compared to approved for the year 2014.

In the 5th quarter 2015, the authorized expenditure reached R\$ 87.2 billion, showing a budgetary expansion of R\$ 4.4 billion (+5.3%) was incorporated in the original budget (LOA). However, R\$ 5.3 billion remained contingent (6.1% of the final allocation).

This budgetary expansion was driven by additional credits, of which the largest increase took place in Public Transportation (R\$ 1.74 billion): R\$ 1.36 billion by Credit and R\$ 378.86 million by Other Sources. Almost R\$ 1.30 billion were allocated in the public project responsible for improve of the subway system. Public Safety function was another highlight in the period: increase of R\$ 1.18 billion.

Until this moment, the execution flow registered R\$ 44.08 billion of expenditures liquidated by the Executive Branch and R\$ 5.06 billion by Other Branches, totaling R\$ 49.14 billion. The intrabudgetary expenditures and independent public companies (CEDAE and Official Press) were excluded of this analysis. This amount is 13.4% lower than the same period of 2014. R\$ 30.18 billion was supported by resources from Treasury and R\$ 18.96 billion from Other Sources of Funds.

The current expenditure executed (R\$ 41.88 billion) until October, it showed a decrease when compared to 2014: -12.4% (-R\$ 5.94 billion). The group Other Current Expenditures showed R\$ 23.17 billion of liquidated expenses, a decrease rate of 23.4% (-R\$ 7.07 billion).

The resources invested in Investment and Financial Investments reached R\$ 4.47 billion, a decrease of 26.1% (-R\$ 1.58 billion) in the last 12 months. Those resources were applied on the New Subway Lines, on improving the Rail System and on supporting the Development of Municipalities (local governments).

Under the Constitutional Index, the Education function showed a small difference when compared with the same period of last year (-0.14%). The Public Health index indicated an increase on the base income as well in the expenditure side: 4.1% and 3.9%, respectively. The FAPERJ index presented increase on the revenue (+4.2%) and decrease on the expenditure base (-5.3%) compared with 2014. The FECAM also presented a decrease: -36.8% on revenue and -35.6% on public spending. To conclude, the FEHIS index showed an increase on revenue base (3.3%) but a decrease on expenditure (-41.7%).

I. Economic Outlook

I.I The Domestic and International Context¹.

Seven years after freeze interest rates near zero, the Federal Reserve (Fed) began the expected liftoff, the rising of its benchmark interest rate cycle. This movement impacts throughout the world. Especially in emerging markets, including Brazil, there is a risk of capital outflows and high market volatility after the rise of interest rate by the Fed. There is also the impact on the currency price, because the decision can value the dollar, which would further reduce commodity prices in the international market.

In the United States, at the Federal Open Market Committee last meeting of the year (Fed), the prime rate was raised by 0.25 percentage points. The Bank's decision was unanimous and is the first increase in more than nine years, ending the interest rate near zero policy established seven years ago, at the height of the 2008 financial crisis. The Fed made it clear that the rise of 25 basis points is the beginning of a 'gradual' cycle of monetary tightening, which will be dosed by inflation, which remains below the target, unemployment, and the economic activity. Note that the Bank itself acknowledged that, even after the expected liftoff, monetary policy remains expansionary; however, the increase gives savers a little more interest, and signals to investors a little more confidence in the economy and to entrepreneurs a little more inflation expectation.

In the Eurozone, European Central Bank (ECB) projects² 1.7% growth for GDP in 2016, with internal consumption the protagonist in the growth of the Block economy. In general, it is projected that the annual growth for the private consumption will be 1.7%, on average, in the period 2015 to 2017, given the increases in wages and profit margins. In addition, the low cost of financing and the increase in the net worth of households, reinforced by the quantitative easing, should support the private consumption. The improvement of economic indicators in the Eurozone also extends to the price level. According to the projections, inflation measured by the Harmonized Index of Consumer Prices (HICP) will rise to 1.0% in 2016 and 1.6% in 2017. The outlook for inflation below the target of 2.0% is due to the lower oil prices; however, HICP inflation excluding energy prices and food prices should register a gradual strengthening over the forecast period.

China, after reduce interest rates several times in 2015, will likely continue with its monetary easing policy to counter the economic slowdown. One reason is the deflationary pressure caused by the contraction in activity growth. Barclays Research predicts another two cuts in the reference rate by 25 basis points in the first half of 2016. Moreover, there is a need to assess the monetary policy in the country, in particular the intervention mechanisms on the market, to make the reduction measure more efficient. It is observed that, in an economy subject to capital outflows, easier monetary conditions lose effectiveness if the exchange rate does not move, considering that much of the additional liquidity injected by central banks ends up flowing out of the country through reserve losses and capital outflows. In this sense, People's Bank of

¹ This analysis uses data available to December 17, 2015.

² Eurosystem Staff Macroeconomic Projections for the Euro Area (BCE), December 2015.

China announced the intention to link the Yuan to a basket of currencies rather than just the US dollar, which could make some room for the Chinese currency to fall.

In Brazil, in the third quarter of 2015, Gross Domestic Product (GDP) was decreased (-1.7%) for the third time in a row, over the previous quarter, and lower than expected by the market. Compared to the same quarter last year, the variation was -4.5%. Considering the YTD, down 3.2%. The above results were the worst recorded (since the beginning of the series in 1996) in each comparison for the third quarter. And in the last twelve months, there was a decrease of 2.5%.

All sectors recorded negative results in the three quarters of 2015 (over the previous), except for 'Agricultural' in the first quarter of the year, which shows the widespread downturn in economic activity. In the third quarter, supply fell by 1.3% in the industrial sector, mainly influenced by the 'Manufacturing Industry' (-3.1%); in the 'Services' sector, down by 1.0%, with emphasis on 'Trade' (-2.4%); and in 'Agriculture' there was a decrease of 2.4%, a result of declines in cotton and coffee harvests.

Compared to 3Q2014, the slowdown in the industry was even higher (-6.7%), caused (mainly) by 'Manufacturing industry' (-11.3%), highlighting the decreases in the production of machinery and equipment, in the automotive industry, in the production of electronic products, and in the production of computer equipment. In 'Services' there was a retraction of 2.9% in the same period, highlighting again 'Trade' (-9.9%).

In the year (through September 2015), positive emphasis on 'Agriculture' (+2.1%). In 'Industry' (-5.6%), the major sectors showed different movements: while the 'Extractive Industry' grew (+8.1%), there was a retraction in 'Manufacturing industry' (-9.0%) and in 'Construction' (-8.4%). 'Services' also fell (-2.1%), especially 'Trade' (-7.7%) and 'Transport, storage and postal services' (-5.7%). Market expectations³ are of great decline in industrial production at the end of the year (-7.5%), which should further compromise the result of GDP (-3.62%).

On the demand side (in the third quarter over the previous), the 'Gross Fixed Capital Formation' (GFCF) declined (-4.0%) for the ninth consecutive quarter; and 'Household Consumption' fell (-1.5%) for the third consecutive quarter. The only demand component to present positive change was the 'Government Consumption' (+0.3%). Compared to 3Q2014, 'Household Consumption' (-4.5%) was affected by the deterioration of inflation, interest rates, credit, employment and income indicators; GFCF fell 15.0%, the biggest drop in the historical series since it was launched in 1996. The decline in Gross Fixed Capital Formation is mainly explained by the fall in imports and domestic production of capital goods, also by the negative performance of the construction, and reduction of Petrobras investments in addition to the impacts related to Lava jet. The 'Government Consumption' also showed negative growth of 0.4% in the period.

Retail trade continued its downturn in the third quarter of 2015 (over the previous), registering a negative variation (-3.0%) for the third time in a row. Compared to the same period of 2014, the result was even worse (-5.7%). In 2014, the third quarter was already showing signs of deceleration in trade, both in the

³ Focus Bulletin, December 11, 2015.

second quarter (-0.3%), as compared to the same period of 2013 (-0.4%). Considering the extended retail trade, there was also a decline: -2.9% in the third quarter over the second; and -9.3% over the same base 2014. In the year (January to October), positive emphasis on 'Pharmaceutical, medical, orthopedic and perfumery articles' (+3.1%) and negative for 'Vehicles, motorcycles, parts and pieces' (-16.9%) and 'Furniture and appliances' (-13.3%).

In the external sector, the Balance of Trade recorded in October the eighth consecutive surplus (\$ 1.99 billion), once again caused by the fall in both exports (-12.4%) and in imports (-28.0%). Consequently, the surplus for the year (January to October) reached US \$ 12.2 billion (US \$ -1.92 billion in the same period of 2014), the best result for the period since 2012 (\$ 15.7 billion). In exports this year, highlights for 'Iron ores and concentrates' (-46.5%) and 'Petroleum oils' (-24.4%), directly influenced by the price decrease in international market. In imports, highlights for 'Petroleum oils' (-52.9%) and 'Parts and accessories for motor vehicles and tractors' (-24.7%).

The IPCA showed a strong acceleration in October (+0.82%), considering both the index in September (+0.54%), as in October 2014 (+0.42%). Emphasis on 'Transport', with considerable increase in the month (+1.72%) and large weight in the index calculation, particularly in the fuel segment (gasoline, ethanol and diesel), accounting for 37% of IPCA growth in the month. In 12 months (in October), the general index grew 9.93% (+6.59% in the same period of 2014), the biggest change since the accumulated in November 2003 (+11.02%). In the year, up 8.52% (+5.05% in October 2014), with emphasis on 'Food and beverage' (+8.38%) and 'Housing' (+16.85%). For the end of 2015, market expectations⁴ are for growth of 10.61%.

According to PME/IBGE, the unemployment rate reached 7.9% in October, the highest for the month since 2007 (8.7%). The number of unemployed persons in October 2015 was 68% higher than in October 2014, the biggest change in this type of comparison since the beginning of the series in 2002. The number of net registered workers, according to CAGED/MTE, recorded a huge drop in October (169,131 net dismissals), the sharpest for month since the beginning of the series in 1992. This was the seventh consecutive month of net dismissals. The accumulated surplus for the year was 819 thousand net dismissals (912,000 net admissions in the same period of 2014), especially in 'Manufacturing industry', 'Building' and 'Trade'.

The collection of federal revenues both administered by the RFB and by other agencies amounted to R\$ 1.0 trillion in January-October 2015. This result represented the nominal increase of 3.7% and real decrease of 4.54% (IPCA), compared to the previous year. In September 2015, the monthly federal revenues totaled R\$ 95.2 billion. In October, there was nominal decrease of 2.53% and real decrease of 11.33%, compared to the same period of 2014, reaching R\$ 103.5 billion.

The factors contributing to this result were: real reduction in income tax/social contribution revenues (-12.69%) in the period from January to October; tax offsets; and tax exemptions. On the other hand, there was extraordinary collection of R\$ 13.1 billion in 2015, particularly: overdue debts recovery due to tax claims by the tax authorities (R\$ 7.5 billion); transfer of assets between entities (R\$ 4.6 billion); and

⁴ Focus Bulletin, December 11, 2015.

remittances to overseas residents due to disposal of assets (R\$ 1.0 billion). Moreover, it is not negligible the poor performance of the main macroeconomic indicators that influence the tax collection.

Analyzing tax items, the majors decreases occurred in 2015 over the previous year were: IPI-Beverage (-27.18%); CSLL-Other Companies (-6.73%); Income Tax-Financial Entities (-6.04%). On the positive side, the main increases are: IRRF-Incomes from Overseas Residents (+31.57%); IRRF-Capital Income (+27.68%); IOF (+18.51%); and IPI-Linked to Imports (+13.80%).

Economic Activity in Rio de Janeiro

Industry. The Rio de Janeiro Industry fell by 0.93% in October over the previous month. Compared to the same period last year, it decreased by 11.1%. In Brazil, the index showed the same downward trend in both the comparisons: reduction of 0.68% compared to September, and 11.2% compared to October 2014. From January to October, the Rio de Janeiro industry recorded a negative result of 6.3%; and in the last 12 months, down 5.4%. In terms of the main aggregates, Oil & Gas and Mining grew by 0.9% and manufacturing industry decreased 15.9% in October, over the same period last year.

Among the thirteen activities in which the manufacturing industry is broken down in the ERJ, twelve showed a slowdown in industrial production in October, over the previous month. The main negative impacts came from 'Coke, oil products and biofuels' (-19.6%) and 'Vehicles, trailers and bodies' (-45.0 %), influenced mainly by the lower production diesel oil, fuel oil, naphtha for petrochemicals, liquefied petroleum gas (LPG) and automotive gasoline; and trucks, bus bodies and chassis with engines for buses or trucks, respectively.

Other important negative contributions came from 'Metallurgy' (-14.1%), 'Maintenance and repair of machinery and equipment' (-21.0%), 'Metal products' (-17.4%), 'Other transport equipment' (-20.9%), 'Food products' (-8.0%), and 'Other chemicals' (-4.9%), largely explained by the decrease in production items carbon steel hot and cold coils, tinsplate and ingots, and carbon steel blocks, billets or plates in the first activity; maintenance and repair of ships and other vessels for any use, aircraft, turbines and jet engines, not electric prime movers and floating structures, in the second; tubular scaffolding, iron and steel structures in plates or in other forms, locks or bolts for various uses, heavy boiler construction and hinges of any kind, in the third; vessels for the transport of persons or goods (including platforms) in the fourth; ice cream, popsicles and ices products, biscuits, bread, wheat flour, dry pasta and meat and edible bovine offal in the fifth; and paints and varnishes for printing and lactic acid, its salts and esters in the last. On the other hand, the positive contribution came from 'Printing and reproduction of recorded media' (+6.7%), driven by the production of paper money (bills), books and brochures and newspapers.

From January to October 2015, over the same period 2014, the industrial production of Rio de Janeiro faced retreated 6.3%. The decrease in this period was widespread, reaching twelve of the thirteen activities in the manufacturing industry. The main negative impacts came from the sectors of 'Coke, oil products and biofuels' (-10.5%) and 'Vehicles, trailers and bodies' (-31.8%), influenced mainly by lower production of oil fuel, diesel oil, automotive gasoline and liquefied petroleum gas (LPG); and trucks, chassis with engines for buses or trucks and bus bodies, respectively.

It is worth mentioning that the decreases in 'Rubber products and plastic materials' (-13.1%), 'Metal products' (-15.1%), 'Food products' (-10.8%) and 'Maintenance and repair of machinery and equipment' (-9.4%). These are explained mainly by the lower production of new rubber tires for buses and trucks, bottles, carboys, flasks and similar articles of plastics and plastic films for packaging, in the first activity; tubular scaffolding for frames and shoring, iron and steel structures in plates or in other forms, anchors, grapnels and parts and pieces of iron and steel, locks or bolts, iron and steel containers for transporting or storing compressed or liquefied gas and heavy boiler construction in the second; ice cream, popsicles and ices products, bread, wheat flour and crystal and refined sugar, in the third; and maintenance and repair of ships and other vessels for any use and floating structures in the last.

Commerce. Retail trade (restricted) in the Rio de Janeiro shrinks 5.1% in September-October 2015, the largest bi-monthly fall in 2015, over the previous year. Since March-April (positive result in January-February), the volume of sales in the ERJ has decreased. Consequently, there was a reduction of 2.5% of the volume in January-October 2015 (+3.5% in the same period of 2014).

Analyzed by activity, the September-October only one showed positive growth: 'Equipment and office supplies, computer and communication' (+3.8%). This activity grew in every bimester 2015, except the 4th (-1.3%); YTD through October, it grew 24.7%, higher than in Brazil (+0.6%). In other activities, sales shrank in the bimester, especially 'Furniture and household appliances' (-18.4%) and 'Textiles, apparel and footwear' (-9.2%). YTD through October, there were negative results for the same activities mentioned above (-17.0% and -7.8%, respectively).

Expanded retail sales, in turn, decreased 13.2% in Rio de Janeiro and 11.7% in the country, with an emphasis on 'Vehicles, motorcycles, parts and pieces' (-28.8% and -22.8%, respectively). This activity has been showing negative results bimester after bimester, both ERJ and Brazil. The segment 'Building Material' also registered its worst result for a bimester in 2015 in both the ERJ (-17.9%) and Brazil (-14.2%). Therefore, the recent retrospect of the aforementioned activities influenced the expanded index bad result in the year in the ERJ (-6.4%) and in the country (-7.9%). 'Vehicles, motorcycles, parts and pieces' and 'Furniture and household appliances' continue to be those with the largest declines in sales volume among all activities. It is no surprise if we consider that the more expensive credit and the falling real income affect mainly the sectors of durable goods.

Table 1
Volume of retail sales – variation period over period

Activity	BR		RJ	
	Sept.-Oct.	Jan.-Oct.	Sept.-Oct.	Jan.-Oct.
Fuels and lubricants	-9.9	-5.2	-8.0	-4.2
Hypermarkets, supermarkets, foods, beverages and tobacco	-1.2	-2.1	-0.4	-2.0
Textiles, clothing and footwear	-11.2	-7.5	-9.2	-7.8
Furniture and appliances	-17.2	-13.3	-18.4	-17.0
Pharmaceuticals, medicals, orthopedics, perfumery and cosmetics	-0.8	3.1	-4.3	1.9
Books, newspapers, magazines and stationery	-12.1	-9.6	-7.2	-7.2
Equipment and office supplies, computer and communication	-18.0	0.6	3.8	24.7
Other articles of personal and domestic use	-8.1	0.3	-9.2	5.4
Retail Trade	-5.9	-3.6	-5.1	-2.5
Vehicles, motorcycles, parts and pieces	-22.8	-16.9	-28.8	-15.1
Building material	-14.2	-7.4	-17.9	-6.7
Expanded Retail Trade	-11.7	-7.9	-13.2	-6.4

Source: PMC/IBGE.

Labor Market

The economically active population (PEA, in Portuguese) of the metropolitan region of Rio de Janeiro (RMRJ) decreased 0.55% in January-October 2015, YoY. As for the employed population in Rio de Janeiro, it reduced 1.1% in the same period. It can be observed that this result is a consequence of the reduction of the occupation as a whole: the number of registered workers decreased by 2.3% in the period; and the informal sector (37% in October) maintained the downward bias, with falling unregistered workers, which decreased by 3.5%, on the other hand, there was an increase in self-employment (+1.1%), a category that accounts for 24% of total occupation. Still outnumber jobs in 'Military or civil servants' (+3.8%). The combination of movement, considering that both the labor force and the occupancy decreased in the period, culminated in an increased of the unemployment rate (in Rio de Janeiro, the rate was 6.0 in October 2015).

Assessing the economic activities in the period, the occupation of Rio de Janeiro was driven by hiring in the 'Public administration, defense, social security, education, health and social services' (+3.2%), corresponding to 21% occupancy in October. On the other hand, the other activities that presented retraction in the occupation were: 'Construction' (-7.1%), corresponding to 7%, 'Financial intermediation and real estate activities, rents and services rendered to enterprises' (-2.3%), corresponding to 15%, 'Trade, repair of motor vehicles and personal and household goods' (-1.6%), corresponding to 18%, and 'Mining and quarrying, manufacturing industry, and production and distribution of electricity, gas and water' (-1.4%), corresponding to 11%. As for the average real income of workers in RMRJ (September 2015

prices) in January-October 2015, it decreased 3.1% over the previous year, reversing the trend observed last year. This result is a consequence of rising inflation in the period.

Addressing only registered workers, the CAGED data show that in January-October 2015 there were net disconnections totaling 133,865 jobs in the state of Rio de Janeiro, much lower result than in the previous year (41,831 net admissions in 2014). The situation this year derives from the volume of net disconnections in the sectors 'Services' (-41,599), 'Trade' (-34,334), 'Manufacturing Industry' (-32,548) and 'Construction' (-26,482). It is noted, however, that there was no net disconnections in 'Agriculture' (1,098).

Graphic 1
Caged balance in Rio de Janeiro, in January-October period, salary range.



Source: Caged/MTE.

Inflation

In 2015, the Broad National Consumer Price Index (IPCA) in the state of Rio de Janeiro changed by +0.49% and +0.59% in September and October, respectively. Regarding Brazil, the indexes in the same period were +0.54% e +0.82%, respectively. It should be noted that the inflation in Rio de Janeiro reached 7.8% in January-October 2015, higher than the variation observed in 2014 (+5.6%). Regarding Brazil, the YTD index was 8.5%, a rate higher than in the same period last year 5.0%. Recalling that the inflation target established for the country in 2015 is 4.5% (with 6.5% ceiling), a percentage which prices are far since the expectation for the national data is 10.61%⁵ and accumulated in 12 months (until October 2015) is 9.9%. To contain inflation, the Monetary Policy Committee – COPOM decided to maintain the Selic, currently at 14.25%.

⁵ Focus Bulletin, December 11, 2015.

Table 2
Variation of IPCA without seasonal

Sectors	January-October		October (12 months)	
	RJ	BR	RJ	BR
General Index	7.8	8.5	9.9	9.9
Foods and Beverages	7.2	8.4	9.8	10.4
Housing	14.8	16.9	18.5	18.3
Household Articles	1.6	4.6	2.3	4.5
Clothing	2.0	2.5	4.2	3.7
Transport	7.4	7.5	9.7	9.5
Health and Personal Care	8.1	7.8	8.9	8.7
Personal Expenses	7.4	8.3	9.1	9.6
Education	8.9	8.8	9.1	9.1
Communication	-0.9	0.6	-0.8	0.7

Source: IPCA/IBGE.

In Rio de Janeiro, the groups with the highest increases in the year were Housing (14.8%), Education (8.9%) and Health and personal care (8.1%). The increase in Housing is due to an increase in energy prices. Education reflects increases at the beginning of the school year, especially in fares of regular courses values. Finally, the Health and personal care group was mainly impacted by the increase in 'health plan' (+9.86%). Among the groups with the smallest variations in the period are Clothing and Household Articles, which showed a slight increase and Communication presented deflation.

External Sector

The exports through the RJ reached US \$ 14.0 billion in January-October 2015, a decrease of 27.0% compared to the same period 2014. This result is due to the reduction of operations with Basic products (-27.7%), representing 56% of total sales in the period. Also stand out operations with Industrialized Products, which decreased 25.6%, representing 40% of the total. On the import side, goods receipt also fell considerably (-21.7%) to US \$ 14.4 billion. Reductions were observed in operations with Industrialized Products (-17.1%), representing 81% of total sales, and Basic Products (-37.1%), representing 19% of the total. The balance for the period was a deficit of US \$ 369.6 million.

I. Panorama Econômico

I.I O Contexto Internacional e Doméstico⁶.

Sete anos após congelar os juros perto de zero, o Federal Reserve (Fed) iniciou o esperado ciclo de aumento na taxa básica de juros. Este movimento traz impactos em todo o mundo. Em especial, nos países emergentes, entre eles o Brasil, corre o risco de haver fuga de recursos e alta volatilidade em seus mercados após a elevação dos juros pelo Fed. Há também impacto no preço da moeda, pois a decisão pode valorizar o dólar, o que reduziria ainda mais os preços das commodities no mercado internacional.

Nos Estados Unidos, na última reunião do ano do Comitê de Política Monetária do Fed, a taxa básica de juros foi elevada em 0,25 pontos percentuais. A decisão do Banco foi tomada por unanimidade e é a primeira subida em mais de nove anos, terminando com a política de juros próximos a zero estabelecida há sete anos, no auge da crise financeira de 2008. O Fed deixou claro que a alta de 25 pontos base é o início um ciclo 'gradual' de aperto monetário, o qual será dosado pela inflação, que permanece muito abaixo da meta, pelo desemprego, e pela atividade econômica. Nota-se que o próprio Banco reconheceu que, mesmo após esta alta esperada, a política monetária permanece expansionista; no entanto, o aumento concede aos poupadores um pouco mais de juros, e sinaliza aos investidores um pouco mais de confiança na economia e aos empresários um pouco mais de expectativa de inflação.

Na Zona do Euro, o Banco Central Europeu (BCE) projeta⁷ crescimento de 1,7% para o PIB em 2016, sendo a demanda interna a protagonista no crescimento da economia do Bloco. De um modo geral, projeta-se que o crescimento anual do consumo privado se situe, em média, em 1,7% no período de 2015 a 2017, tendo em vista os aumentos dos salários e das margens de lucro. Além disso, o baixo custo de financiamento e o aumento do patrimônio líquido das famílias, reforçados pelo programa de compra de ativos, deverão apoiar o consumo privado. A melhora dos indicadores econômicos no bloco se estenderá também para o nível de preços. De acordo com as projeções, a inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) subirá para 1.0% em 2016 e 1.6% em 2017. A perspectiva para a inflação abaixo da meta de 2,0% é decorrente dos preços do petróleo mais baixos; contudo, a inflação medida pelo IHPC excluindo preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares deverá registrar um fortalecimento gradual ao longo do horizonte de projeção.

A China, depois de baixar as taxas de juros várias vezes em 2015, provavelmente prosseguirá com sua política de afrouxamento monetário para conter a desaceleração econômica. Uma das razões é a pressão deflacionária criada pela retração no crescimento da atividade. Barclays Research prevê mais dois cortes de 25 pontos base da taxa de referência no primeiro semestre de 2016. Por outro lado, há a necessidade de reavaliar a própria política monetária do país, em especial os mecanismos de intervenção no mercado, a fim de tornar a medida de redução da taxa mais eficaz. Observa-se que em uma economia agora sujeita a saídas de capital, condições monetárias mais fáceis perdem eficácia caso a taxa de câmbio não se

⁶ Esta análise utiliza dados disponíveis até 17/12/2015.

⁷ Eurosystem Staff Macroeconomic Projections for the Euro Area (BCE), Dezembro 2015.

mova, tendo em vista que grande parte da liquidez adicional injetada pelos bancos centrais acaba fluindo para fora do país através de perdas de reservas e saídas de capital. Neste sentido, o Banco Popular da China anunciou a intenção de atrelar o Yuan a uma cesta de moedas em vez de apenas dólar americano, o que poderia permitir espaço para a moeda chinesa a cair.

No Brasil, no terceiro trimestre de 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) foi negativo (-1,7%) pela terceira vez consecutiva em relação ao trimestre anterior, e abaixo do esperado pelo mercado. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a variação foi de -4,5%. Considerando o acumulado no ano até o terceiro trimestre, queda de 3,2%. Os três resultados acima foram os piores registrados (desde o início da série em 1996) em cada comparação para o terceiro trimestre. No acumulado em quatro trimestres, houve retração de 2,5%.

Todos os setores registraram variações negativas nos três trimestres de 2015 (ante o anterior), com exceção da 'Agropecuária' no primeiro trimestre do ano, o que mostra a retração generalizada da atividade econômica. No terceiro trimestre houve queda de 1,3% no setor industrial, influenciada principalmente pela 'Indústria de Transformação' (-3,1%); no setor de 'Serviços', a queda foi de 1,0%, com destaque para 'Comércio' (-2,4%); e em 'Agricultura', decréscimo de 2,4%, consequência dos recuos nas safras de algodão e café.

Na comparação com o mesmo trimestre de 2014, a retração na indústria foi ainda maior (-6,7%), ocasionada (principalmente) pela 'Indústria de transformação' (-11,3%), com destaque para os decréscimos na produção de máquinas e equipamentos, na indústria automotiva, na produção de produtos eletroeletrônicos, e na produção de equipamentos de informática. No setor de 'Serviços' houve retração de 2,9% no mesmo período, destacando-se novamente 'Comércio' (-9,9%).

No ano (até setembro 2015), destaque positivo para 'Agricultura' (+2,1%). Na 'Indústria' (-5,6%), os grandes setores apresentaram diferentes movimentos: enquanto a 'Indústria Extrativa' cresceu (+8,1%), houve retração na 'Indústria da transformação' (-9,0%) e na 'Construção civil' (-8,4%). E em 'Serviços' também houve queda (-2,1%), destacando-se 'Comércio' (-7,7%) e 'Transporte, armazenagem e correio' (-5,7%). As expectativas de mercado⁸ atuam na direção de grande queda na produção industrial ao final do ano (-7,7%), o que deve comprometer ainda mais o resultado do PIB (-3,62%).

Pela ótica da demanda (no terceiro trimestre em relação ao anterior), a 'Formação bruta de capital fixo' teve o nono trimestre consecutivo de queda (-4,0%); e a despesa de 'Consumo das famílias' caiu pelo terceiro trimestre seguido (-1,5%). O único componente da demanda a apresentar variação positiva foi o 'Consumo do governo' (+0,3%). Na comparação com o terceiro trimestre de 2014, o 'Consumo das famílias' (-4,5%) foi influenciado pela deterioração dos indicadores de inflação, juros, crédito, emprego e renda; já a 'Formação bruta de capital fixo' caiu 15,0%, a maior queda da série histórica iniciada em 1996. O recuo da FBCF é justificado, principalmente, pela queda das importações e da produção interna de bens de capital e, ainda, pelo desempenho negativo da construção civil e redução dos investimentos da

⁸ Boletim Focus de 11/12/2015.

Petrobrás, além dos impactos relacionados à Lava Jato. O 'Consumo do Governo' também apresentou variação negativa de 0,4% no período.

O comércio varejista seguiu a retração da economia no terceiro trimestre de 2015 (em relação ao anterior), registrando variação negativa pela terceira vez consecutiva (-3,0%). Na comparação com o mesmo período de 2014, o resultado é ainda pior (-5,7%). Em 2014, o terceiro trimestre já mostrava sinais de desaceleração no comércio, tanto em relação ao segundo trimestre (-0,3%), quanto na comparação com o mesmo período de 2013 (-0,4%). Considerando o comércio varejista ampliado, também houve retrações: -2,9% no terceiro trimestre em relação ao segundo; e -9,3% quando comparado com a mesma base de 2014. Considerando o acumulado no ano (em outubro), destaque positivo para 'Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos' (+3,1%) e negativo para 'Veículos, motocicletas, partes e peças' (-16,9%) e 'Móveis e eletrodomésticos' (-13,3%).

No setor externo, a balança comercial registrou em outubro o oitavo superávit consecutivo (US\$ 1,99 bi), novamente ocasionado pela queda tanto nas exportações (-12,4%), quanto nas importações (-28,0%). Conseqüentemente, o saldo no ano (janeiro-outubro) alcançou US\$ 12,2 bi (US\$ -1,92 bi no mesmo período de 2014), o melhor resultado para o período desde 2012 (US\$ 15,7 bi). Nas exportações, também no ano, destaques para 'Minérios de ferro e seus concentrados' (-46,5%) e 'Óleos brutos de petróleo' (-24,4%), influenciados diretamente pela queda dos preços no mercado internacional. Nas importações, destaques para 'Óleos brutos de petróleo' (-52,9%) e 'Partes e peças para veículos automóveis e tratores' (-24,7%).

O IPCA apresentou forte aceleração em outubro (+0,82%), considerando tanto o índice em setembro (+0,54%), quanto o em outubro de 2014 (+0,42%). Destaque para 'Transportes', com forte elevação no mês (+1,72%) e grande peso no cálculo do índice, particularmente no segmento de combustíveis (gasolina, etanol e diesel), responsável por 37% da variação do IPCA no mês. No acumulado em 12 meses (em outubro), o índice geral cresceu 9,93% (+6,59% no mesmo período de 2014), a maior variação desde o acumulado em novembro de 2003 (+11,02%). No ano, alta de 8,52% (+5,05% em outubro de 2014), com destaques para 'Alimentação e bebidas' (+8,38%) e 'Habitação' (+16,85%). Para o final de 2015, as expectativas de mercado⁹ são de alta de 10,61%.

De acordo com a PME/IBGE, a taxa de desocupação chegou a 7,9% em outubro, a maior para o mês desde 2007 (+8,7%). O número de pessoas desocupadas em outubro de 2015 foi 68% superior ao verificado em outubro de 2014, a maior variação nesse tipo de comparação desde o início da série em 2002. O número de postos líquidos de trabalho com carteira assinada, de acordo com o CAGED/MTE, registrou enorme queda para o mês de outubro (169.131 demissões líquidas), a mais acentuada para o mês desde o início da série em 1992. Este foi o sétimo mês consecutivo de fechamento de postos de trabalho. No saldo acumulado no ano, foram fechados 819 mil postos de trabalho (912 mil novos postos no mesmo período de 2014), com destaque em 'Indústria de transformação', 'Construção civil' e 'Comércio'.

⁹ Boletim Focus de 11/12/2015.

A arrecadação das receitas federais, tanto administradas pela RFB quanto por outros órgãos, atingiu o valor de R\$ 1,0 trilhão em janeiro-outubro 2015. Esse resultado representou aumento nominal de 3,7% e queda real de 4,54% (IPCA) em relação ao ano anterior. Em setembro de 2015, a arrecadação federal mensal somou R\$ 95,2 bilhões. Em outubro, houve queda nominal de 2,53% e queda real de 11,33% ante o mesmo mês de 2014, chegando ao valor de R\$ 103,5 bilhões.

Os fatores que contribuíram para esse resultado foram: redução real da arrecadação do IRPJ/CSLL (-12,69%) no período de janeiro a outubro; compensações tributárias; e desonerações tributárias. Por outro lado, houve arrecadação extraordinária de R\$ 13,1 bilhões em 2015, em especial: recuperação de débitos em atraso em decorrência de ações fiscais por parte da administração tributária (R\$ 7,5 bilhões), transferência de ativos entre empresas (R\$ 4,6 bilhões), e remessas para residentes no exterior em razão de alienação de ativos (R\$ 1,0 bilhão). Além disso, não é desprezível o baixo desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos.

Analisando as rubricas tributárias, os principais decréscimos verificados em 2015, em relação ao ano anterior, foram: IPI-Bebidas (-27,18%); CSLL-Demais Empresas (-6,73%); e IRPJ-Entidades Financeiras (-6,04%). Pelo lado positivo, destacam-se os seguintes aumentos: IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior (+31,57%); IRRF-Rendimentos de Capital (+27,68%); IOF (+18,51%); e IPI-Vinculado à Importação (+13,80%).

Atividade Econômica no Rio de Janeiro

Indústria. A indústria fluminense apresentou queda de 0,93% em outubro em relação ao mês anterior. Na comparação anual, a queda foi de 11,1%. Em nível Brasil, o índice apresentou o mesmo movimento de queda em ambas às comparações: redução de 0,68% em relação a setembro, e de 11,2% em relação a outubro de 2014. No acumulado de janeiro a outubro, a indústria fluminense registra resultado negativo de 6,3%; e no acumulado dos últimos 12 meses, a indústria acumula queda de 5,4%. Em termos dos principais agregados, a indústria extrativa cresceu de 0,9% e a de transformação fluminense apresentou queda de 15,9 % em outubro, em relação ao mesmo período do ano anterior.

A análise das treze atividades industriais em que a indústria de transformação é desagregada no ERJ, doze mostram desaceleração na produção em outubro, em relação ao mês anterior. Os principais impactos negativos ficaram com os setores de 'Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis' (-19,6%) e de 'Veículos automotores, reboques e carrocerias' (-45,0%), pressionados, principalmente, pela menor produção de óleo diesel, óleos combustíveis, naftas para petroquímica, gás liquefeito de petróleo (GLP) e gasolina automotiva; e de caminhões, carrocerias para ônibus e chassis com motor para ônibus ou para caminhões, respectivamente.

Outras pressões negativas importantes vieram de 'Metalurgia' (-14,1%), de 'Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos' (-21,0%), de 'Produtos de metal' (-17,4%), de 'Outros equipamentos de transporte' (-20,9%), de 'Produtos alimentícios' (-8,0%) e de 'Outros produtos químicos' (-4,9%), explicadas em grande medida pelo recuo na produção dos itens bobinas a quente e a frio de aços ao carbono, folhas-de-flandres e lingotes, blocos, tarugos ou placas de aços ao carbono, na primeira

atividade; serviços de manutenção e reparação de navios ou outras embarcações para qualquer uso, de aeronaves, turbinas e motores de aviação, de máquinas motrizes não elétricas e de estruturas flutuantes, na segunda; andaimes tubulares, estruturas de ferro e aço em chapas ou em outras formas, fechaduras ou ferrolhos para usos diversos, obras de caldeiraria pesada e dobradiças de qualquer tipo, na terceira; embarcações para o transporte de pessoas ou cargas (inclusive plataformas), na quarta; sorvetes, picolés e produtos gelados comestíveis, biscoitos, pães, farinha de trigo, massas alimentícias secas e carnes e miudezas comestíveis de bovinos, na quinta; e tintas e vernizes para impressão e ácido láctico, seus sais e ésteres, na última. Por outro lado, a contribuição positiva veio de 'Impressão e reprodução de gravações' (+6,7%), impulsionada pela produção de papel-moeda (cédulas), livros e brochuras e jornais impressos.

De janeiro a outubro de 2015, comparado ao mesmo período de 2014, a produção industrial do Rio de Janeiro assinalou recuo de 6,3%. A queda observada neste período foi ampla, atingindo doze das treze atividades na indústria de transformação. Os principais impactos negativos vieram dos setores de 'Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis' (-10,5%) e de 'Veículos automotores, reboques e carrocerias' (-31,8%), pressionados, sobretudo, pela menor fabricação de óleos combustíveis, óleo diesel, gasolina automotiva e gás liquefeito de petróleo (GLP); e de caminhões, chassis com motor para ônibus ou para caminhões e carrocerias para ônibus, respectivamente.

Vale mencionar que os recuos vindos de 'Produtos de borracha e de material plástico' (-13,1%), de 'Produtos de metal' (-15,1%), de 'Produtos alimentícios' (-10,8%) e de 'Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos' (-9,4%). Estes são explicados, principalmente, pela menor produção de pneus novos de borracha para ônibus e caminhões, garrafas, garrafões, frascos e artigos semelhantes de plástico e filmes de material plástico para embalagem, na primeira atividade; de andaimes tubulares para armações e para escoramento, estruturas de ferro e aço em chapas ou em outras formas, âncoras, fateixas e suas partes e peças de ferro e aço, fechaduras ou ferrolhos, recipientes de ferro e aço para transporte ou armazenagem de gases comprimidos ou liquefeitos e obras de caldeiraria pesada, na segunda; de sorvetes, picolés e produtos gelados comestíveis, pães, farinha de trigo e açúcar cristal e refinado, na terceira; e de serviço de manutenção e reparação de navios ou outras embarcações para qualquer uso e de estruturas flutuantes, na última.

Comércio. O comércio varejista (restrito) no Rio de Janeiro retraiu 5,1% no 5º bimestre do ano, a maior queda bimestral em 2015, na comparação com o ano anterior. Desde o 2º bimestre (resultado positivo em janeiro-fevereiro), o volume de vendas no ERJ vem decrescendo. Conseqüentemente, houve redução de 2,5% do volume no acumulado entre janeiro e outubro de 2015 (+3,5% no mesmo período de 2014).

Analisando por atividade, no quinto bimestre apenas uma apresentou variação positiva: 'Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação' (+3,8%). Esta atividade variou positivamente em todos os bimestres de 2015, com exceção do 4º bimestre (-1,3%), e registrou crescimento de 24,7% no acumulado até outubro, bem superior ao verificado no Brasil (+0,6%). Nas demais atividades, as vendas retraíram em setembro-outubro, destacando-se 'Móveis e eletrodomésticos' (-18,4%) e 'Tecidos, vestuário e calçados' (-9,2%). Se considerado o acumulado entre janeiro e outubro, destaques negativos para as mesmas atividades citadas acima (-17,0% e -7,8%, respectivamente).

O comércio varejista ampliado, por sua vez, decresceu 13,2% no Rio de Janeiro e 11,7% no país, com destaque novamente para 'Veículos, motocicletas, partes e peças' (-28,8% e -22,8%, respectivamente). Esta atividade vem apresentando variações negativas, bimestre após bimestre, tanto no ERJ quanto no Brasil. O segmento 'Material de construção' também registrou seu pior resultado para um bimestre em 2015, tanto no ERJ (-17,9%) quanto no Brasil (-14,2%). Assim sendo, o retrospecto recente das atividades citadas influenciou ainda mais no péssimo resultado do índice ampliado no ano, tanto no ERJ (-6,4%) quanto na média nacional (-7,9%). 'Veículos, motocicletas, partes e peças' e 'Móveis e eletrodomésticos' continuam sendo, entre todas as atividades, aquelas com as maiores quedas no volume de vendas. Não é nenhuma surpresa se considerarmos que o encarecimento do crédito e a queda do rendimento real da população afetam, principalmente, os setores de bens de consumo duráveis.

Tabela 1
Volume de vendas do comércio varejista – variações em relação a igual período do ano anterior (%)

Atividade	BR		RJ	
	Set-Out	Jan-Out	Set-Out	Jan-Out
Combustíveis e lubrificantes	-9,9	-5,2	-8,0	-4,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-1,2	-2,1	-0,4	-2,0
Tecidos, vestuário e calçados	-11,2	-7,5	-9,2	-7,8
Móveis e eletrodomésticos	-17,2	-13,3	-18,4	-17,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-0,8	3,1	-4,3	1,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	-12,1	-9,6	-7,2	-7,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-18,0	0,6	3,8	24,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-8,1	0,3	-9,2	5,4
Comércio varejista	-5,9	-3,6	-5,1	-2,5
Veículos, motocicletas, partes e peças	-22,8	-16,9	-28,8	-15,1
Material de construção	-14,2	-7,4	-17,9	-6,7
Comércio varejista ampliado	-11,7	-7,9	-13,2	-6,4

Fonte: PMC/IBGE.

Mercado de Trabalho

A população economicamente ativa (PEA) da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) decresceu 0,55% no período janeiro-outubro 2015, na comparação anual. Quanto à população ocupada no Rio de Janeiro, esta reduziu 1,1% no mesmo período. Pode-se observar que este resultado é consequência da redução da ocupação como um todo: os postos de trabalho 'Com carteira assinada' apresentaram queda de 2,3% no período; o setor informal (37% do total em outubro) manteve o viés de baixa com a queda dos empregos 'Sem carteira assinada', que diminuíram 3,5%, por outro lado, houve aumento dos empregos por 'Contra própria' (+1,1%), categoria que representa 24% do total da ocupação. Ainda se sobressaem os postos de trabalho 'Militares ou funcionários públicos estatutários' (+3,8%). A combinação dos

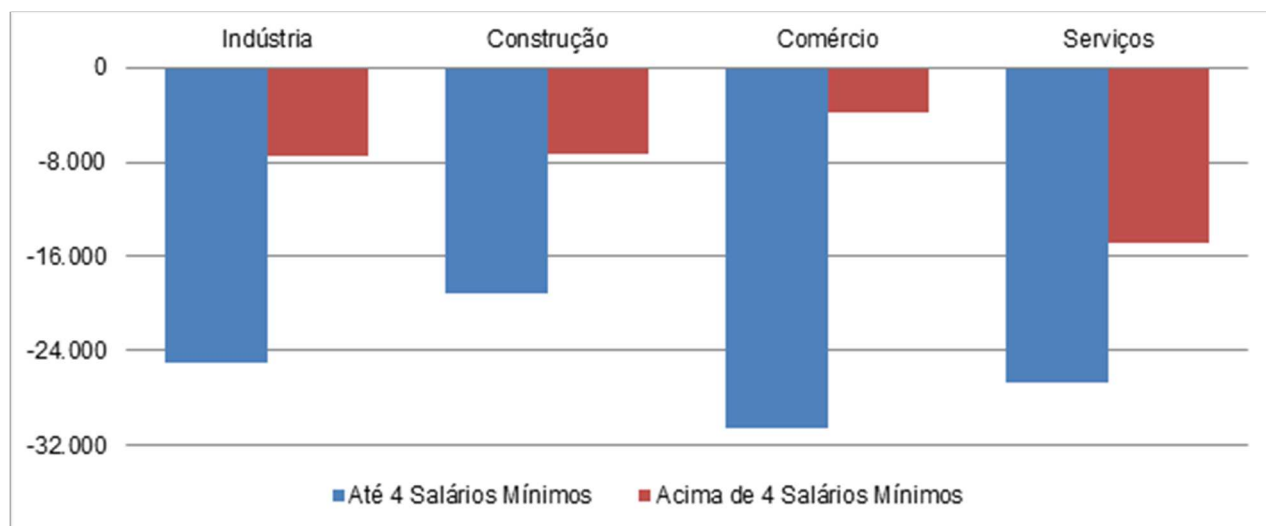
movimentos, considerando que ambas a PEA e a ocupação decresceram no ano, culminou no aumento da taxa de desocupação (no Rio de Janeiro, a taxa foi 6,0 em outubro de 2015).

Avaliando os setores econômicos no período, a ocupação no Rio de Janeiro foi impulsionada pelas contratações na atividade 'Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais' (+3,2%), correspondendo a 21% da ocupação em outubro. Por outro lado, nas demais atividades houve recuo da ocupação, com destaque para: 'Construção' (-7,1%), correspondendo a 7%, 'Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresa' (-2,3%), correspondendo a 15%, 'Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos' (-1,6%), correspondendo a 18%, e 'Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água' (-1,4%), correspondendo a 11%. Quanto ao rendimento médio real dos trabalhadores na RMRJ (a preços de setembro de 2015), no período janeiro-outubro 2015 houve queda 3,1% em relação ao ano anterior, revertendo a trajetória observada no ano passado. Esse resultado é consequência do aumento da inflação no período.

Tratando apenas dos empregos com carteira assinada, os dados do CAGED mostram que no período janeiro-outubro de 2015 houve desligamentos líquidos no Estado do Rio de Janeiro no total de 133.865 postos, resultado muito inferior ao observado no ano anterior (41.831 admissões líquidas em 2014). A situação deste ano é decorrente do volume de desligamentos líquidos nos setores 'Serviços' (-41.599), 'Comércio' (-34.334), 'Indústria de Transformação' (-32.548) e 'Construção Civil' (-26.482). Observa-se, contudo, que não houve desligamentos líquidos em 'Agropecuária' (1.098).

Gráfico 1

Saldo Caged no Rio de Janeiro, no período Janeiro-Outubro, por faixa salarial.



Fonte: Caged/MTE.

Inflação

Em 2015, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no Estado do Rio de Janeiro, registrou variação de 0,49% e 0,59%, nos meses de setembro e outubro, respectivamente. Em relação ao Brasil, os índices apresentados foram de 0,54% e 0,82% no mesmo período. Ressalte-se que a inflação no Rio de Janeiro alcançou 7,8% nos primeiros dez meses de 2015, variação superior à observada em 2014 (+5,6%). No que tange ao Brasil, o acumulado no ano foi 8,5%, índice maior que o apresentado no mesmo período do ano anterior (+5,0%). Lembrando que a meta para inflação estabelecida para o país em 2015 é de 4,5% (com teto de 6,5%), percentual do qual os preços estão distantes uma vez que a expectativa para o dado nacional é de 10,61%¹⁰ e o acumulado em 12 meses (até outubro 2015) está em 9,9%. Para conter o processo inflacionário, o Comitê de Política Monetária – COPOM decidiu manter a taxa SELIC, atualmente em 14,25%.

Tabela 2
Varição do IPCA sem ajuste sazonal (%)

Setores	Janeiro-Outubro		Outubro (12 meses)	
	RJ	BR	RJ	BR
Índice Geral	7,8	8,5	9,9	9,9
Alimentação e bebidas	7,2	8,4	9,8	10,4
Habitação	14,8	16,9	18,5	18,3
Artigos de Residência	1,6	4,6	2,3	4,5
Vestuário	2,0	2,5	4,2	3,7
Transportes	7,4	7,5	9,7	9,5
Saúde e Cuidados Pessoais	8,1	7,8	8,9	8,7
Despesas Pessoais	7,4	8,3	9,1	9,6
Educação	8,9	8,8	9,1	9,1
Comunicação	-0,9	0,6	-0,8	0,7

Fonte: IPCA/IBGE.

No Rio de Janeiro, os grupos que apresentaram as maiores altas no ano foram Habitação (14,8%), Educação (8,9%) e Saúde e Cuidados Pessoais (8,1%). O aumento no grupo Habitação é consequência do aumento da energia. O grupo Educação reflete os reajustes praticados no início do ano letivo, especialmente nos valores das mensalidades dos cursos regulares. Por fim, o grupo Saúde e Cuidados Pessoais foi principalmente impactado pela alta em 'Plano de Saúde' (+9,86%). Entre os grupos que apresentaram as menores variações no período, Vestuário e Artigos de Residência apresentaram ligeira alta e Comunicação apresentou deflação.

¹⁰ Boletim Focus de 11/12/2015.



Setor Externo

As exportações realizadas pelo RJ alcançaram US\$ 14,0 bilhões no período janeiro-outubro 2015, redução de 27,0% em relação a igual período de 2014. Este resultado é devido à redução das operações com produtos Básicos (-27,7%) que representam 56% do valor total comercializado no período. Destacam-se também as operações com produtos Industrializados, as quais retraíram 25,6%, operações que representam 40% do total. Do lado das importações, a entrada de mercadorias também reduziu consideravelmente (-21,7%), alcançando US\$ 14,4 bilhões. São observadas reduções nas operações com produtos Industrializados (-17,1%), que representam 81% do valor total comercializado no período, e com produtos Básicos (-37,1%), que representam 19% do valor total. O saldo no período foi de déficit de US\$ 369,6 milhões.

II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais de arrecadação para 2014 foram divulgadas no Anexo I da Resolução SEFAZ N° 842 de 10 Fevereiro de 2015.

- Receita Total Realizada

Bimestre: R\$ 12.109,74 milhões / 81,4% da meta realizada.
Acumulado: R\$ 63.619,10 milhões / 99,8% da meta realizada.

Tabela 3

METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET - OUT) 2015	RECETA REALIZADA (SET - OUT) 2015	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - OUT) 2015	RECETA REALIZADA (JAN - OUT) 2015	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	11.199,06	11.153,29	99,6%	55.539,84	60.177,63	108,4%
RECEITAS DE CAPITAL (1)	3.674,67	956,45	26,0%	8.226,72	3.441,47	41,8%
TOTAL	14.873,73	12.109,74	81,4%	63.766,56	63.619,10	99,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/11/2015.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes¹¹ são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

Já as receitas de capital¹² são as entradas de recursos financeiros decorrentes de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

A receita total realizada, até o 5º bimestre de 2015 ficou abaixo da meta em 0,2% e atingiu o montante de \$ 63.619,10 milhões.

¹¹ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

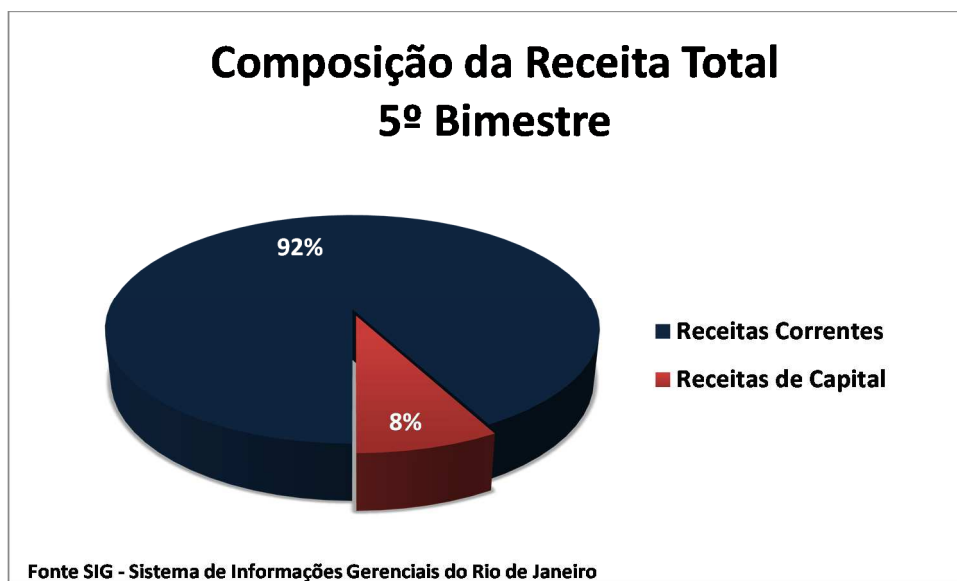
¹² Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.

A receita total realizada, no 5º bimestre de 2015, atingiu o montante de R\$ 12.109,74 milhões, valor que ficou aquém da meta estipulada para o período em 18,6% ou; - R\$ 2.763,98 milhões.

O não atingimento da meta, no bimestre, decorreu da frustração das receitas correntes e, principalmente, de capital. No bimestre, as receitas correntes totalizaram R\$ 11.153,29 milhões, 99,6% do previsto, R\$ 45,77 milhões abaixo da meta. O valor total das receitas correntes corresponde a, aproximadamente, 92,1% da receita arrecadada até o mês de outubro. Mais informações acerca das Receitas Correntes na seção IV.I.

As receitas de capital, da mesma forma, apresentaram desempenho aquém da meta estabelecida para o bimestre. Totalizaram R\$ 956,45 milhões, 26,0% do previsto, R\$ 2.718,21 milhões abaixo da meta estabelecida. Mais informações sobre as receitas de capital na seção IV.II.

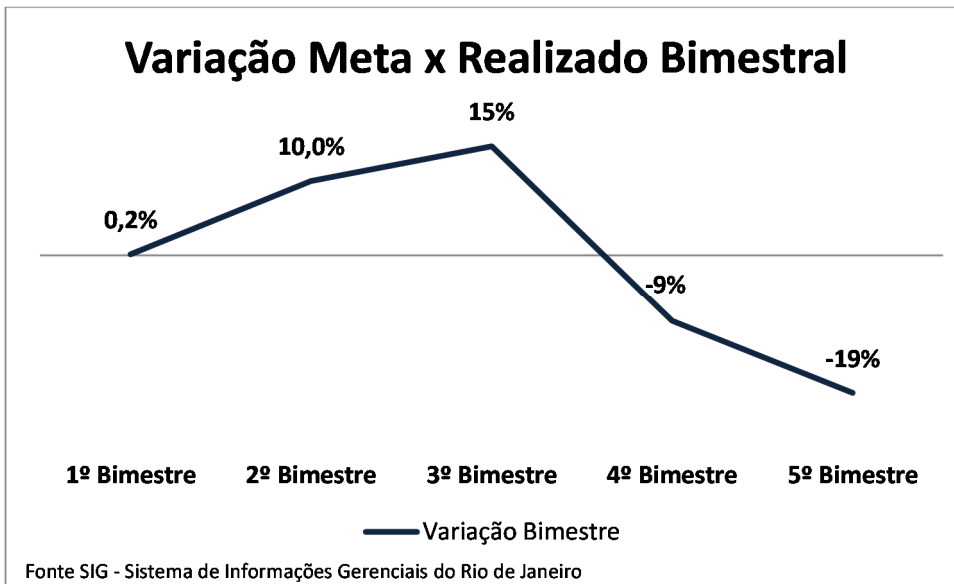
Gráfico 2



No acumulado, até outubro, a receita total realizada alcançou 99,8% da meta prevista, atingindo o valor de R\$ 63.619,10 milhões. O não atingimento da meta da receita prevista para o ano de 2015 ocorreu devido , às receitas de capital, as quais ficaram aquém da meta prevista no ano em 41,8% ou, em valores absolutos, R\$ 4.785,25 milhões. Já as receitas correntes totalizaram R\$ 60.177,63, no acumulado, 108,4% da meta estabelecida para o período.



Gráfico 3



- Receita Corrente Realizada

Bimestre: R\$ 11.153,29 milhões / 99,6% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 60.177,63 milhões / 108,4% da meta realizada.

Tabela 4
Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET - OUT) 2015	RECETA REALIZADA (SET - OUT) 2015	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - OUT) 2015	RECETA REALIZADA (JAN - OUT) 2015	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	11.199,06	11.153,29	99,6%	55.539,84	60.177,63	108,4%
TRIBUTÁRIA	7.400,87	6.947,97	93,9%	37.007,13	36.252,95	98,0%
CONTRIBUIÇÕES	258,81	322,67	124,7%	1.293,68	1.559,02	120,5%
PATRIMONIAL	578,58	529,26	91,5%	5.982,63	5.021,25	83,9%
AGROPECUÁRIA	0,08	0,00	3,7%	0,40	0,04	9,8%
INDUSTRIAL	49,57	42,71	86,2%	148,85	125,10	84,0%
SERVIÇOS	98,94	66,87	67,6%	485,07	310,55	64,0%
TRANSF. CORRENTES	987,47	972,88	98,5%	5.114,63	4.894,49	95,7%
OUTRAS	398,57	1.613,83	404,9%	1.992,65	9.035,49	453,4%
INTRAORÇAMETÁRIA	1.426,17	657,10	46,1%	3.514,80	2.978,73	84,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/11/2015.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes são classificadas nos seguintes níveis de origem¹³:

- a) Receita Tributária: Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- b) Receita de Contribuições: Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- c) Receita Patrimonial: Rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.
- d) Receita Agropecuária: Receita da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.

A receita corrente alcançou, no 5º bimestre de 2015, o valor de R\$ 11.153,29 milhões.

¹³ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 25, 4ª Edição.

- e) Receita Industrial: Receita da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, definidas como atividades industriais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- f) Receita de Serviços: Receita da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuária, armazenagem, inspeção e fiscalização, judiciária, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.
- g) Transferência Corrente: Ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.
- h) Outras Receitas Correntes: Ingressos correntes provenientes de outras origens não classificáveis nas anteriores.

As receitas correntes, no quinto bimestre de 2015, totalizaram R\$ 11.153,29 milhões, o que representa 99,6% da meta estipulada para o período. As outras receitas correntes tiveram destaque no montante das receitas correntes realizadas. Ao detalhar as receitas correntes, verifica-se que estas superaram a meta estipulada para o período em R\$ 1.215,26 milhões. Tal resultado equivale a 404,9% da meta estabelecida. A Receita advinda da Lei Complementar N° 163/2015¹⁴, que, no 5º bimestre, realizou R\$ 945,3 milhões, foi fator preponderante para a superação da meta. Mais informações acerca das receitas das outras receitas correntes, na seção IV.1.3 deste boletim. .

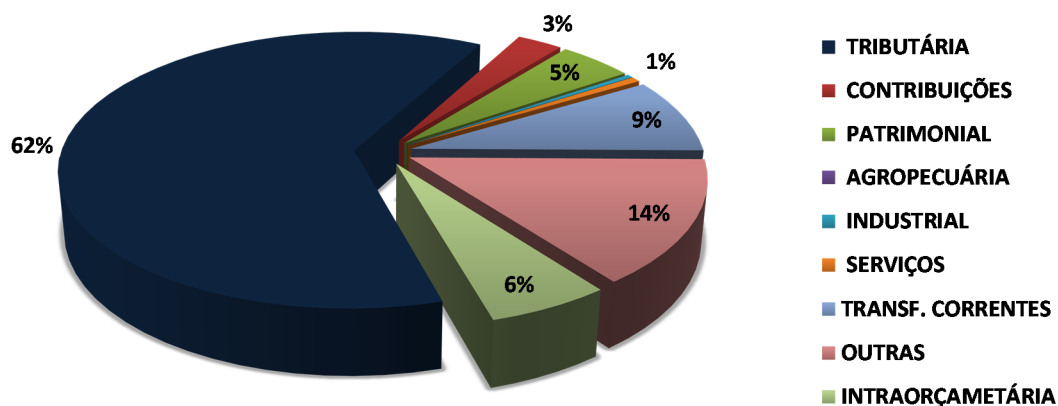
Já as receitas tributárias, principal receita do Estado, totalizaram no período 93,9% da meta projetada, atingindo o valor de R\$ 6.947,97 milhões. Seccionando a receita tributária, observa-se que apesar da receita do ICMS, principal tributo do estado, ter arrecadado o valor total de R\$ 5.437,21 milhões, com uma variação positiva de 3,2% em comparação com o mesmo período do ano anterior, o esforço arrecadatório não foi o suficiente para atingir a meta estabelecida da receita tributária.

Considerando o período acumulado até outubro de 2015, as receitas tributárias representaram 60,2% das receitas correntes.

¹⁴ Lei Complementar Estadual N° 163/2015: Modifica dispositivos da Lei Complementar N° 147, de 27 de junho de 2013, e dá outras providências. Lei Complementar n° 147, de 27 de junho de 2013 - Dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais de pagamento, e dá outras providências.

Gráfico 4

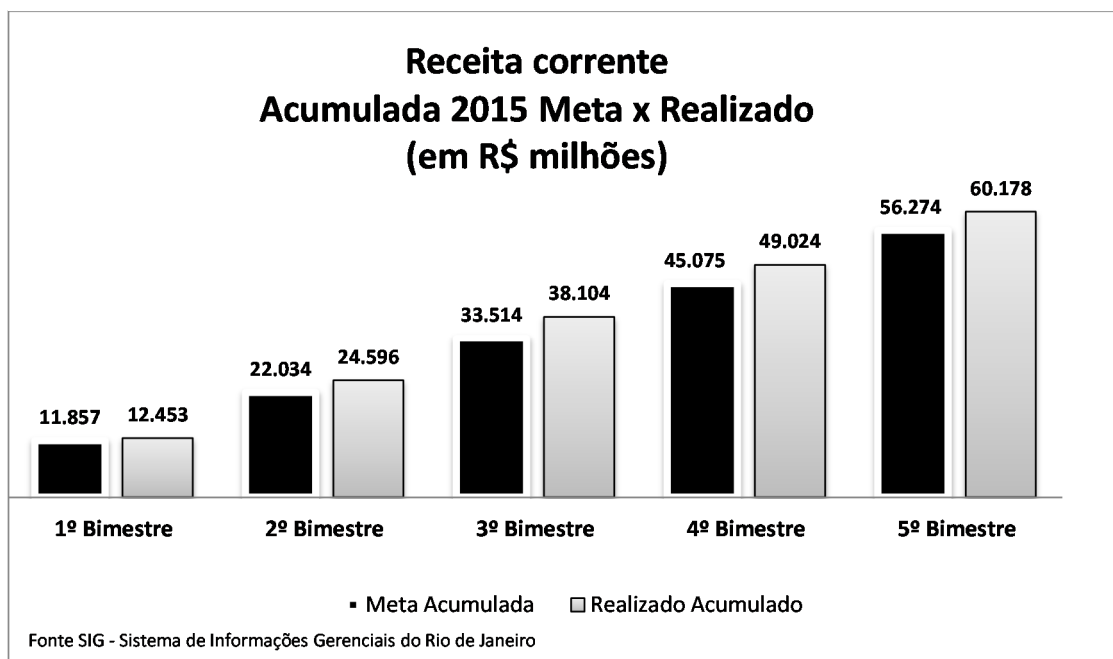
Composição da Receita Corrente Realizada 5º Bimestre



Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

Com relação ao resultado acumulado das receitas correntes, as mesmas totalizaram R\$ 60.177,63 milhões. Tal resultado equivale a 108,4% da meta estipulada.

Gráfico 5



- Receita de Capital Realizada

Bimestre: R\$ 956,45 milhões / 26,0% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 3.441,47 milhões / 41,8% da meta realizada.

Tabela 5

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET - OUT) 2015	RECEITA REALIZADA (SET - OUT) 2015	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - OUT) 2015	RECEITA REALIZADA (JAN - OUT) 2015	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECITAS DE CAPITAL ⁽¹⁾	3.674,67	956,45	26,0%	8.226,72	3.441,47	41,8%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.083,43	827,26	76,4%	4.990,58	2.882,99	57,8%
ALIENAÇÃO DE BENS	2.452,50	1,95	0,1%	2.462,55	12,94	0,5%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	39,84	61,56	154,5%	206,66	302,05	146,2%
TRANSF. CAPITAL	98,90	65,60	66,3%	566,83	243,14	42,9%
OUTRAS	0,00	0,00	-100,0%	0,10	0,00	0,0%
INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	0,08	100,0%	0,00	0,35	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/11/2015.

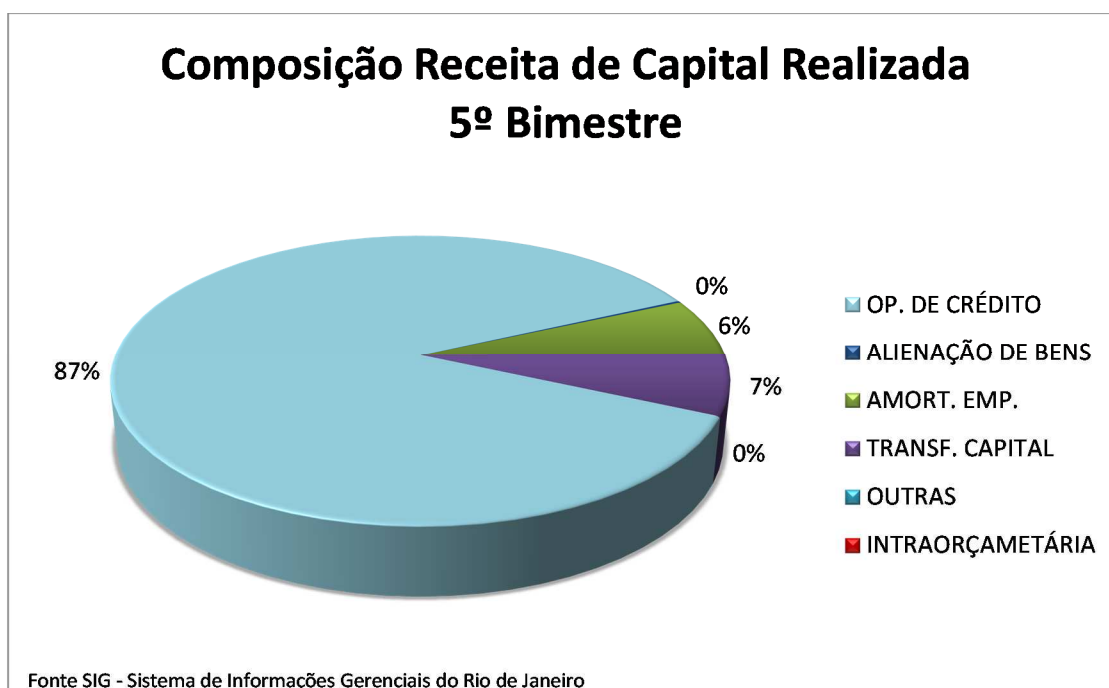
Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas de capital são classificadas nos seguintes níveis de origem¹⁵:

- i. Operações de Crédito: São os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.
- ii. Alienação de Bens: Valores oriundos da alienação de componentes do ativo permanente.
- iii. Amortização de Empréstimos: É o ingresso decorrente da amortização, ou seja, parcela referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.
- iv. Transferência de Capital: É o ingresso resultante de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.
- v. Outras Receitas de Capital: São os ingressos de capital advindos de outras origens não classificáveis nas anteriores.

Gráfico 6



¹⁵ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 28, 4ª Edição.

No quinto bimestre de 2015, as receitas de capital realizaram 26,0% da meta estimada para o período ou em valores absolutos: R\$ 956,45 milhões. Esse desempenho decorreu, principalmente, em função das operações de crédito e das receitas de alienação de bens. .

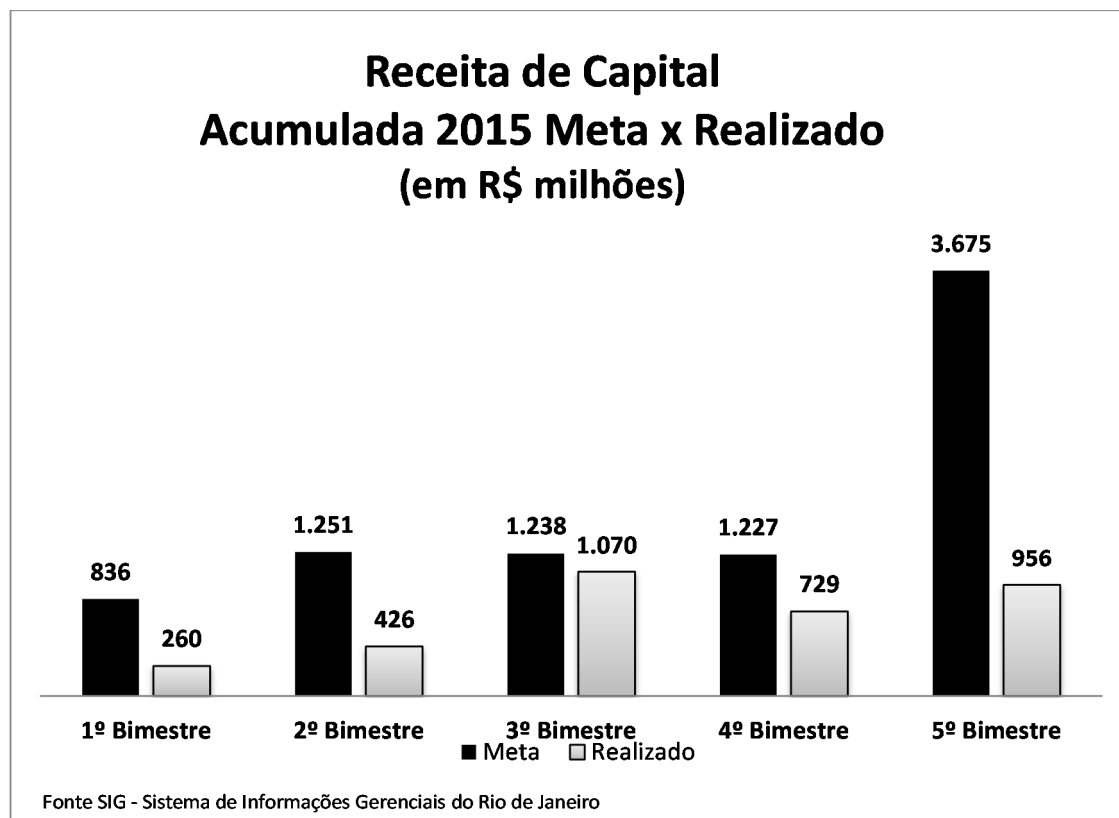
As receitas de operações de crédito, no quinto bimestre, atingiram o montante de R\$ 827,26 milhões. Este valor correspondeu a 76,4% da meta. O resultado ocorreu em função da alteração do cronograma de desembolso das receitas de operações de crédito que previa o recebimento dessas receitas para momento diverso do que de fato ocorreu. Já a receita proveniente de alienações de bens atingiu o valor de R\$ 1,95 milhão, 0,1% do previsto. Isto porque foram planejadas vendas de patrimônio do ERJ que não se concretizaram

O resultado acumulado das receitas de capital totalizou R\$ 3.441,47 milhões, 41,8% da meta do período. O desempenho das operações de crédito e das alienações de bens foram determinantes para este resultado. Em relação às operações de crédito, o resultado até outubro foi de R\$ 2.882,99 milhões, alcançando 57,8% do previsto. Como dito nos outros Boletins, esse resultado ocorreu devido ao descasamento dos desembolsos ocorridos e os previstos. Em relação às alienações de bens o resultado foi de R\$ 12,94 milhões, 0,5% da meta determinada. Como citado acima, este resultado é reflexo da não concretização da venda de patrimônio do ERJ.

Outras informações sobre as receitas de capital na seção IV.II deste Boletim.

As receitas de capital atingiram o montante de R\$ 956,45 milhões no 5º bimestre 2015, o que representa 26,0% da meta proposta.

Gráfico 7



III. Resultados Fiscais¹⁶

III.I Resultado Orçamentário

Bimestre: - R\$ 194,66 milhões / 92,3%

Acumulado: - R\$ 2.984,00 milhões / -13.584,9%

Tabela 6

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014 - 2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
I. RECEITA TOTAL LIQUIDA(A)	8.737,17	9.412,31	7,7%	51.882,67	49.572,86	-4,5%
I.1 RECEITA CORRENTE	6.814,95	7.798,77	14,4%	37.882,73	43.152,66	13,9%
<i>Ajuste de Conta Redutora*</i>	<i>-2.476,52</i>	<i>-2.646,07</i>		<i>-13.777,71</i>	<i>-12.930,96</i>	
I.2 RECEITA DE CAPITAL	1.619,69	956,37	-41,0%	10.603,76	3.441,12	-67,5%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	302,53	657,17	117,2%	3.396,18	2.979,08	-12,3%
II. DESPESA TOTAL LIQUIDA(B)	11.269,88	9.606,97	-14,8%	51.903,82	52.466,87	1,1%
II.1 DESPESA CORRENTE	8.703,25	8.044,88	-7,6%	39.587,07	41.876,96	5,8%
<i>Ajuste de Conta Redutora*</i>	<i>-1.559,66</i>			<i>-8.229,85</i>		
II.2 DESPESA DE CAPITAL	2.309,03	1.335,26	-42,2%	8.906,56	7.264,25	-18,4%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	257,60	226,83	-11,9%	3.410,18	3.325,66	-2,5%
RES. ORÇAM. (A-B)	-2.532,71	-194,66	92,3%	-21,15	-2.894,00	-13.584,9%

Fonte: RREO - 5º Bimestre de 2015 emitido em 19/11/2015

* Ajuste de Transferência aos Municípios

SIG 16/11/2015

O resultado orçamentário, proveniente do balanço orçamentário, demonstra o resultado entre as receitas e as despesas realizadas. O resultado da execução orçamentária pode ser superavitário ou deficitário.

O resultado orçamentário, no 5º bimestre de 2015, foi deficitário em R\$ 194,66 milhões.

O resultado orçamentário, no 5º bimestre de 2015, foi negativo em R\$ 194,66 milhões, com uma variação positiva de 92,3 % em relação ao mesmo período de 2014. Tal resultado ocorreu devido à superioridade das despesas corrente e de capital sobre as respectivas receitas. As despesas correntes ultrapassaram as receitas correntes e ocasionaram um déficit corrente de R\$ 246,12 milhões. Já as despesas de capital superaram as receitas em R\$ 378,89 milhões.

No acumulado, o resultado deficitário foi decorrente da superioridade das despesas de capital frente à receita de capital. Já as receitas

¹⁶ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.

correntes superaram as despesas correntes, mas não o suficiente para tornar positivo o resultado orçamentário. As despesas de capital realizaram R\$ 7.264,25 milhões, enquanto as receitas de capital R\$ 3.441,12 milhões. Já as receitas correntes, até outubro, totalizaram R\$ 43.152,66 milhões enquanto as despesas correntes somaram R\$ 41.876,96 milhões. Diante desses valores, o resultado orçamentário acumulado no ano atingiu o valor de - R\$ 2.894,00 milhões, com uma variação negativa de - 13.584,9% frente ao acumulado de 2014.

III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: - R\$ 198,66 milhões / 81,84%
Acumulado: - R\$ 3.288,32 milhões / -1.548,3%

Tabela 7

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM RIOPREVIDÊNCIA, 2014 - 2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
I. RECEITA TOTAL LIQUIDA(A)	7.870,12	7.241,86	-8,0%	40.460,74	36.536,85	-9,7%
I.1 RECBEITA CORRENTE	6.089,19	6.239,18	2,5%	32.341,15	32.705,47	1,1%
<i>Ajuste de Conta Redutora*</i>	<i>-2.476,52</i>	<i>-2.794,39</i>		<i>-14.723,31</i>	<i>-13.825,61</i>	
I.2 RECBEITA DE CAPITAL	1.568,06	923,17	-41,1%	7.001,73	3.275,18	-53,2%
I.3 RECBEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	212,87	79,51	-62,6%	1.117,86	556,20	-50,2%
II. DESPESA TOTAL LIQUIDA(B)	8.963,91	7.440,52	-17,0%	40.233,69	39.825,17	-1,0%
II.1 DESPESA CORRENTE	6.403,17	5.879,47	-8,2%	28.223,96	29.375,36	4,1%
<i>Ajuste de Conta Redutora*</i>	<i>-1.559,66</i>			<i>-8.229,85</i>		
II.2 DESPESA DE CAPITAL	2.304,01	1.335,14	-42,1%	8.901,34	7.264,13	-18,4%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	256,73	225,91	-12,0%	3.108,40	3.185,68	2,5%
RES. ORÇAM. S/ RIOPREVIDÊNCIA (A-B)	-1.093,80	-198,66	81,84%	227,05	-3.288,32	-1.548,3%
RECBEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	867,05	2.170,46	150,33%	11.421,93	13.036,02	14,1%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	2.305,97	2.166,46	-6,05%	11.670,13	12.641,70	8,3%
RES. ORÇAM. DO RIOPREVIDÊNCIA (C-D)	-1.438,91	4,00	100,28%	-248,20	394,31	258,9%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREVIDÊNCIA (A-B)+(C-D)	-2.532,71	-194,66	92,31%	-21,15	-2.894,00	-13.584,9%

Fonte: RREO - 5º Bimestre de 2015 emitido em 19/11/2015

SIG 16/11/2015

* Ajuste de Transferência aos Municípios

Analisando o resultado orçamentário sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA, o quinto bimestre foi deficitário em R\$ 198,66 milhões. Observa-se que o resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA colaborou para o resultado orçamentário do Estado, já que nesse período, o resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA foi de quatro milhões (92,31% frente ao ano anterior).

O resultado orçamentário, no 5º bimestre, excluindo o RIOPREVIDÊNCIA, foi deficitário em R\$ 198,66 milhões.

No acumulado, verifica-se o mesmo fenômeno do quinto bimestre, uma vez que o resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA foi

superavitário em R\$ 394,31 milhões. Desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA da análise, observa-se que o resultado orçamentário foi deficitário em - R\$ 3.288,32 milhões, com uma variação negativa de - 1.548,3% frente ao acumulado de 2014. Incorporando o resultado do RIOPREVIDÊNCIA - superávit de R\$ 394,31 milhões - ao resultado orçamentário geral do Estado, observa-se que o resultado orçamentário até outubro de 2015 passa a alcançar um déficit de R\$ 2.894,00 milhões.

III.III Resultado Primário

Bimestre: - R\$ 643,82 milhões / 79,7%

Acumulado: - R\$ 754,95 milhões / 86,5%

Tabela 8

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014-2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITAS TOTAL	8.737,17	9.412,31	7,7%	51.882,67	49.572,86	-4,5%
RECEITAS FINANCEIRAS	1.737,36	1.015,23	-41,6%	11.028,31	3.880,49	-64,8%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	302,53	657,17	117,2%	3.396,18	2.979,08	-12,3%
RECITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	6.697,29	7.739,91	15,6%	37.458,19	42.713,29	14,0%
DESPESAS TOTAL	11.269,88	9.606,97	-14,8%	51.903,82	52.466,87	1,1%
DESPESAS FINANCEIRAS	1.136,52	996,42	-12,3%	5.427,42	5.672,96	4,5%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	257,60	226,83	-11,9%	3.410,18	3.325,66	-2,5%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	9.875,76	8.383,73	-15,1%	43.066,22	43.468,24	0,9%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	-3.178,47	-643,82	79,7%	-5.608,03	-754,95	86,5%

Fonte: RREO - 5º Bimestre de 2015 emitido em 19/11/2015

SIG 16/11/2015

O resultado primário mede o comportamento fiscal do governo no período, representando a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

Analisando o resultado primário, o 5º bimestre, observa-se que a despesa primária excedeu a receita primária em R\$ 643,82 milhões, ocasionando um déficit no resultado primário do bimestre. Ao comparar com o mesmo período de 2014, observa-se uma variação de 79,7%. Este resultado é consequência da prevalência das despesas primárias ou não financeiras, frente às receitas primárias ou não financeiras. As despesas primárias atingiram R\$ 8.383,73 milhões, enquanto as receitas primárias terminaram o bimestre com o valor de R\$ 7.739,91 milhões.

No quinto bimestre de 2015, o resultado primário apresentou o valor de - R\$ 643,82 milhões.

No acumulado, ainda que as receitas primárias totais tenham obtido uma variação positiva frente a 2014 (+ R\$ 5.255,10 milhões; + 14,0%) e que as despesas primárias tenham crescido em menor proporção (+ R\$ 402,02 milhões;+ 0,9%), tal fato não foi suficiente para o resultado primário ser positivo, ocasionando um resultado primário deficitário de - R\$ 754,95 milhões.

Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: - R\$ 23,99 milhões / 98,5%
Acumulado: R\$ 1.243,01 milhões / 118.143,7%

Tabela 9

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM RIOPREVIDÊNCIA, 2014-2015

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITAS TOTAL	7.870,12	7.241,86	-8,0%	40.460,74	36.536,85	-9,7%
RECEITAS FINANCEIRAS	1.662,61	967,22	-41,8%	7.342,17	3.631,13	-50,5%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	212,87	79,51	-62,6%	1.117,86	556,20	-50,2%
RECETA PRIMÁRIA TOTAL (A)	5.994,64	6.195,12	3,3%	32.000,72	32.349,52	1,1%
DESPESAS TOTAL	8.963,91	7.440,52	-17,0%	40.233,69	39.825,17	-1,0%
DESPESAS FINANCEIRAS	1.136,52	996,42	-12,3%	5.427,42	5.672,96	4,5%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	255,86	224,98	-12,1%	2.806,61	3.045,69	8,5%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	7.571,53	6.219,11	-17,9%	31.999,66	31.106,51	-2,8%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-1.576,89	-23,99	98,5%	1,05	1.243,01	118143,7%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREVIDENCIA	-1.600,28	-617,98	61,4%	-5.951,12	-1.718,00	71,1%

Fonte: RREO - 5º Bimestre de 2015 emitido em 19/11/2015
 SIG 16/11/2015

A análise do resultado primário desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA nos mostra que, no bimestre, sem este órgão, o resultado primário teria atingido o valor de - R\$ 23,99 milhões, com uma variação de 98,5% frente ao mesmo período de 2014. Já No acumulado, o resultado primário excluindo o RIOPREVIDÊNCIA é de R\$ 1.243,01 milhões, com uma variação de 118.143,7% frente a 2014. Ressalta-se, assim, o impacto que o RIOPREVIDÊNCIA tem sobre o resultado primário do Estado, uma vez que, quando incluído na apuração, o resultado primário, no bimestre, se torna negativo, e, no acumulado, acentua ainda mais o resultado primário deficitário.

Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

- Despesa Total Realizada: R\$ 52,16 bilhões / 91,2%¹⁷

A dotação autorizada no Orçamento, até outubro, foi suplementada em R\$ 4,36 bilhões¹⁸ (aumento de 5,3%) em razão de mudanças orçamentárias tais como incorporação de superávit financeiro de convênios e a contratação de operações de crédito. Do orçamento atual (R\$ 87,16 bilhões), pouco mais de R\$ 5,0 bilhões estão contingenciados (6,1%) por medida de ajuste fiscal. A Tabela 10 sintetiza os dados apresentados.

A medida de controle orçamentário é necessária em virtude do fluxo financeiro apurado nas contas do Tesouro. Ao longo do exercício, o comportamento da arrecadação das principais rubricas estabelece o ritmo da execução, possibilitando a liberação das despesas represadas (no caso de superação das expectativas) ou a necessidade de realizar novos contingenciamentos no orçamento (em virtude da frustração das receitas previstas).

Até esse bimestre, a meta de execução, conforme divulgado no Cronograma de Desembolso (Resolução SEFAZ Nº 841 de 2015), foi de R\$ 57,22 bilhões.

Neste período, a despesa total realizada (R\$ 52,16 bilhões) ficou abaixo do estimado em 8,8% (variação negativa de R\$ 5,05 bilhões).

Do montante gasto, uma parcela equivale ao pagamento de Restos a Pagar: do total inscrito em RPP e RPNP (estoque de R\$ 3,30 bilhões), quase 80,0% (R\$ 2,63 bilhões) já foram liquidados pelo ERJ. Este valor correspondeu a pouco mais de 5,0% do montante total executado até o momento. A Tabela 11 traz o descritivo para o período.

Na análise por grupo de despesa, somente o grupo Pessoal e Encargos Sociais mostrou realização acima da meta: até outubro foram executados R\$ 18,11 bilhões, variação positiva de 6,6% (R\$ 1,12 bilhão).

Tabela 10

Valores em R\$

Lei Orçamentária do ERJ			
Análise do Orçamento ao longo do Exercício			
JANEIRO - OUTUBRO			
DOTAÇÃO	INICIAL	82.801.361.911	
	ATUAL	87.160.305.213	5,3%
	DISPONÍVEL	81.815.454.325	93,9%
CONTINGENCIADO		5.344.850.888	6,1%
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA		4.358.943.302	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2015.

*Exclui as Empresas Independentes (CEDAE, Imprensa Oficial)

Tabela 11

R\$ Milhões

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*					
GRUPO DE DESPESA	JANEIRO A OUTUBRO				Variação %
	METAS DE EXECUÇÃO**	DESP. ORÇAM. REALIZADA	RP 2014 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZADA	
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	16.987	17.192	919	18.111	106,6%
OUTRAS DESP. CORRENTES	28.407	22.584	1.247	23.831	83,9%
INVEST/INVERSÕES	5.896	4.105	460	4.564	77,4%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÕES	5.926	5.658	0	5.658	95,5%
TOTAL	57.216	49.538	2.626	52.164	91,2%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2015

*Exclui CEDAE & Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 841

***Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2014.

¹⁷ As informações representam: a execução até o bimestre e a variação percentual comparada à meta de desembolso publicada.

¹⁸ Valor exclui apenas as empresas independentes do ERJ.

As despesas pagas com os Serviços da Dívida (Juros e Amortização da Dívida) demonstraram um ritmo de execução muito próxima a estimada. No ano, R\$ 5,66 bilhões de recursos foram alocados para assegurar os compromissos assumidos pelo ERJ, valor este apenas 4,5% inferior (-R\$ 268,59 milhões) ao previsto no Cronograma.

Por outro lado, motivado principalmente pela necessidade de compatibilizar os gastos públicos com a nova realidade econômica do país e do ERJ, o grupo Outras Despesas Correntes apresentou uma execução bem inferior à meta. Os dados contábeis do período apontam para uma realização R\$ 4,58 bilhões abaixo do estimado (-16,1% ante ao estimado). O grupo registrou R\$ 23,83 bilhões de despesas pagas até outubro, dos quais, R\$ 1,25 bilhão em RP. Dos R\$ 22,58 bilhões de despesas realizadas no ano, R\$ 12,46 bilhões foram gastos na Previdência Social, R\$ 2,46 bilhão em Saúde e R\$ 1,67 bilhão em Encargos Especiais.

As despesas pagas no grupo Investimentos e Inversões Financeiras também registraram realização a menor. Em termos percentuais, o grupo alcançou 77,4% da meta (-R\$ 1,33 bilhão). Incluído o pagamento de Restos a Pagar, aproximadamente R\$ 4,56 bilhões de despesas foram executadas, dos quais, R\$ 3,47 bilhões (76,0%) foram financiados com recursos de Operações de Crédito (FR 11 e FR 21).

Por fim, cabe lembrar que as despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no item V deste Boletim.

IV. Receita Estadual¹⁹
Bimestre: R\$ 12.109,74 milhões / + 8,0%²⁰
Acumulado: R\$ 63.619,1 milhões / - 3,1%²¹
Tabela 12
DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
REC. CORRENTE	9.291,47	10.496,19	13,0%	51.660,44	57.198,89	10,7%
REC. CAPITAL	1.619,69	956,37	-41,0%	10.603,76	3.441,12	-67,5%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	302,53	657,17	117,2%	3.396,18	2.979,08	-12,3%
Total	11.213,69	12.109,74	8,0%	65.660,38	63.619,10	-3,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/11/2015.

No quinto bimestre de 2015, as Receitas Estaduais totalizaram R\$ 12.109,74 milhões – acréscimo de R\$ 896,05 milhões (+ 8,0%) em relação ao arrecadado no mesmo período de 2014 influenciado pelo acréscimo da arrecadação da Receita Corrente e da Receita Intraorçamentária.

A Receita Corrente, neste bimestre, cresceu 13,0% (+ R\$ 1.204,72 milhões) influenciada, principalmente, pela variação expressiva de Outras Receitas Correntes. Já o resultado negativo da Receita Patrimonial e a Receita Industrial, frearam o crescimento das Receitas Estaduais. O desempenho da Receita Corrente será pormenorizado na Seção IV.I.

A Receita de Capital, que apresentou queda de 41,0% (- R\$ 663,32 milhões), fruto, principalmente, da redução da Receita de Operações de Crédito. Tal comportamento será pormenorizado na Seção IV.II.

No acumulado, percebe-se um decréscimo de R\$ - 2.041,28 milhões (- 3,1%) na Receita Estadual, totalizando R\$ 63.619,10 milhões. O decréscimo foi influenciado pela queda na arrecadação de Receitas de Capital, sendo a redução das Receitas de Aliações de Bens e das Operações de Crédito o principal fator a influenciar o resultado acumulado em 2015. A Receita Corrente apresentou acréscimo de R\$ 5.538,45 milhões (+ 10,7%), com destaque, em menor grau, para

No 5º bimestre de 2015, as Receitas Estaduais cresceram 8,0%, influenciadas, principalmente, pela Receita de Corrente que apresentou acréscimo de 13,0%.

No acumulado de 2015, a Receita Estadual decresceu aproximadamente dois bilhões de reais dada a retração da arrecadação da Receita de Capital.

¹⁹ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

²⁰ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

²¹ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

Receitas Tributárias e Outras Receitas Correntes que apresentaram maior acréscimo, comparado ao mesmo período acumulado de 2014.

IV.I Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 10.496,19 milhões / + 13,0%
Acumulado : R\$ 57.198,89 milhões / + 10,7%

Tabela 13

RECBITA CORRENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
TRIBUTÁRIA	6.633,72	6.947,97	4,7%	34.970,21	36.252,95	3,7%
CONTRIBUIÇÕES	289,23	322,67	11,6%	1.477,50	1.559,02	5,5%
PATRIMONIAL	727,29	529,26	-27,2%	7.387,02	5.021,25	-32,0%
AGROPECUÁRIA	0,02	0,00	-85,5%	0,06	0,04	-31,4%
INDUSTRIAL	75,81	42,71	-43,7%	152,59	125,10	-18,0%
DE SERVIÇOS	74,78	66,87	-10,6%	312,84	310,55	-0,7%
TRANSF. CORRENTES	950,23	972,88	2,4%	4.936,98	4.894,49	-0,9%
OUTRAS CORRENTES	540,39	1.613,83	198,6%	2.423,24	9.035,49	272,9%
TOTAL	9.291,47	10.496,19	13,0%	51.660,44	57.198,89	10,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/11/2015.

No 5º bimestre de 2015, dentre as Receitas Correntes, merecem atenção pelo resultado positivo (+ R\$ 1.204,72 milhões; + 13,0%) a Receita Tributária (+ R\$ 314,25 milhões; + 4,7%) e Outras Receitas Correntes (+ R\$ 1.073,45 milhões; + 198,6%), principais fatores a influenciar o comportamento das Receitas Correntes, que alcançaram R\$ 10.496,19 milhões no 5º bimestre de 2015.

Por outro lado, a Receita Patrimonial apresentou decréscimo de R\$ 198,03 milhões (- 27,2%), em relação ao mesmo período de 2014, figurando como o principal fator a embaraçar o comportamento geral da Receita Corrente.

No acumulado, percebe-se acréscimo de R\$ 5.538,45 milhões (+ 10,7%) nas Receitas Correntes, atingindo um valor total de R\$ 57.198,89 milhões, proporcionado, principalmente, pelo acréscimo das Receitas Tributárias e de Outras Receitas Correntes. Estas últimas apresentaram acréscimo de R\$ 6.612,25 milhões (+ 272,9%). Por outro lado, assim como na análise bimestral, as Receitas Patrimoniais (- R\$ 2.365,77 milhões; - 32,0%) ofereceram resistência ao crescimento das Receitas Correntes.

No quinto bimestre de 2015, a Receita Corrente apresentou acréscimo, sustentado principalmente por Receitas Tributárias e Outras Receitas Correntes, contas essas também responsáveis pelo crescimento no acumulado.



Outras Receitas Correntes abrangem as Receitas de Multas e Juros de Mora, Receitas de Indenizações e Restituições, Receitas da Dívida Ativa e Receitas Diversas. Tais receitas serão abordadas com mais detalhes no item IV.1.3 - Demais Receitas Correntes. As Receitas Patrimoniais encontra-se detalhada no item IV.1.2 enquanto que as Receitas Tributárias, no item que se segue.

IV.I.1 Receita Tributária

Bimestre: R\$ 6.947,97 bilhões / + 4,7%
Acumulado: R\$ 36.252,95 bilhões / + 3,7%

Tabela 14
RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.633,72	6.947,97	4,7%	34.970,21	36.252,95	3,7%
ICMS	5.266,42	5.437,21	3,2%	26.128,74	26.420,56	1,1%
Adicional do ICMS	487,06	502,88	3,2%	2.406,05	2.487,00	3,4%
IRRF	303,29	464,96	53,3%	2.101,74	2.489,38	18,4%
IPVA	114,66	102,70	-10,4%	1.948,61	2.230,55	14,5%
ITD	123,28	149,55	21,3%	516,28	637,34	23,4%
Taxas	339,01	290,67	-14,3%	1.868,80	1.988,13	6,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/11/2015.

A Receita Tributária arrecadada no quinto bimestre de 2015 elevou-se 4,7% (+ R\$ 314,25 milhões) em comparação ao mesmo período de 2014, totalizando R\$ 6.947,97 bilhões. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pela arrecadação do ICMS, que apresentou aumento de R\$ 170,79 milhões (+ 3,2%), e pelo recebimento do IRRF, que afetou o resultado bimestral com adição de R\$ 161,67 milhões (+ 53,3%). De modo inverso, o IPVA decresceu em R\$ 11,95 milhões (-10,4%), bem como a Taxa, que reduziu em R\$ 48,34 milhões (-14,3%).

No acumulado, a Receita Tributária mostrou desempenho positivo de 3,7%, totalizando R\$ 36.252,95 milhões. A variação percentual representa aumento de R\$ 1.282,73 bilhões na arrecadação. No período, os destaques foram: o Imposto de Renda Retido na Fonte, com crescimento de R\$ 387,63 milhões (+ 18,4%); o ICMS, com elevação de R\$ 291,82 (+ 1,1%); e o IPVA, o qual adicionou R\$ 281,94 milhões (+ 14,5%).

A arrecadação de ICMS apresentou resultado favorável no bimestre, com acréscimo de receita de R\$ 170,79 milhões (+ 3,2 %).

A arrecadação do IRRF registrou aumentos expressivos, tanto no bimestre quanto no acumulado, crescendo R\$ 161,67 milhões e R\$ 387,63 milhões, respectivamente.

– Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):

Bimestre: R\$ 5.437,21 milhões / + 3,2%
Acumulado: R\$ 26.420,56 milhões / + 1,1%

A arrecadação de ICMS apresentou variação positiva no quinto bimestre de 2015, com aumento de 3,2% (+ R\$ 170,79 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior²².

No acumulado, a arrecadação apresenta variação positiva de 1,1% (+ R\$ 291,82 milhões), tendo seu montante ascendido para R\$ 26.420,56 milhões.

Conforme esclarecimento da edição do 3º bimestre de 2015, quanto ao ICMS, houve alteração na metodologia de análise. Esta, antes realizada por setor econômico, passou a ser feita por código de receita, isto é, classificação do Sistema de Arrecadação da Secretaria de Estado de Fazenda. Optou-se por detalhar os grupos que apresentam maior participação na arrecadação do imposto, que juntos concentram cerca de 80% das receitas acumuladas.

Assim, quanto ao imposto, os grupos que possuem maior relevância são:

ICMS Substituição Tributária²³ (Participação Acumulada → 26,9%)

Bimestre: + 4,0%
Acumulado: + 5,2%

A arrecadação na receita de Substituição Tributária (ST), no 5º bimestre, foi significativamente afetada pelo reajuste estadual no preço médio ponderado a consumidor final (PMPF) sobre o volume de gasolina A, diesel e álcool hidratado e pela atualização da pauta de preços, iniciada em 01 de setembro de 2015. Essas duas medidas compõem a base de cálculo para a ST.

No acumulado, esta classe obteve crescimento devido ao impacto de diversas ações. Os destaques foram: aumento da arrecadação nas atividades de refino e distribuição de combustíveis (principalmente com o credenciamento das distribuidoras de etanos, conforme

²² Arrecadação extraída do Sistema de Informações Gerenciais do Estado do Rio de Janeiro – SIG RJ.

²³ O regime de Substituição Tributária é o instituto jurídico mediante o qual se atribui à determinada pessoa a responsabilidade pelo recolhimento do imposto relativo a fato gerador praticado por outro contribuinte.

Decreto nº 44.883/14); ações fiscais realizadas que resultaram em lançamentos e recolhimento de impostos não pagos anteriormente; e o Decreto nº 45.258,15, o qual elevou significativamente as Margens de Valor Agregado (aumento da base de cálculo) na substituição tributária progressiva³ principalmente no setor de venda porta-a-porta.

ICMS Normal²⁴ (Participação Acumulada → 20,6%)

Bimestre: - 8,3%
Acumulado: - 6,2%

A redução no ICMS Normal, no bimestre, foi fortemente influenciada pela queda do consumo do comércio varejista no setor de Supermercados e no setor de Siderurgia, Metalurgia e Material de Construção em suas principais atividades: automotiva, linha branca, petróleo, construção civil.

No acumulado, a redução foi resultado da receita atípica de grande impacto realizada em junho do ano anterior, relativa à venda de elementos combustíveis a um grande contribuinte, a qual inflou a base comparativa desse grupo de receitas no terceiro bimestre de 2014, resultando em queda no 3º bimestre de 2015. Soma-se a tal fato, de forma relevante, o reflexo do arrefecimento das atividades do setor automobilístico (veículos e materiais viários) causado pela baixa concessão de crédito por parte das instituições financeiras e a atual conjuntura econômica sobre o setor varejista, além da transferência de produtos para o regime de substituição tributária.

ICMS Energia Elétrica (Participação Acumulada → 15,1%)

Bimestre: + 79,7%
Acumulado: + 53,3%

A ascensão do ICMS na Energia Elétrica, tanto no bimestre quanto no acumulado, foi relevantemente afetada pelas medidas adotadas pelo governo federal para o realinhamento tarifário das companhias, aplicadas desde novembro de 2014, que fez aumentar o preço e por consequência a arrecadação derivada de tal atividade.

²⁴ ICMS NORMAL é o grupo que tem sua arrecadação não decorrente das reunidas em inspetorias especializadas tais como ICMS-Substituição Tributária, ICMS-Energia Elétrica, ICMS-Importação, ICMS-Comunicações, etc.

**ICMS Importação (Participação Acumulada → 14,6%)****Bimestre: - 13,1 %**
Acumulado: - 23,7%

A queda do ICMS derivado de importação, no 5º bimestre, foi consideravelmente afetada pelo uso, por grandes contribuintes, de créditos acumulados.

No acumulado, a diminuição resulta, principalmente, do considerável impacto na queda do setor de petróleo e da atividade GNL (gás natural liquefeito) dadas causas estruturais que circulam tais atividades quanto pelo cenário econômico atual.

→ ICMS Comunicações (Participação acumulada → 12,6%)**Bimestre: + 1,2%**
Acumulado: + 2,0%

O baixo crescimento deve-se principalmente ao setor de comunicações, o qual tem sido influenciado pela convergência de tecnologias e migração da demanda por utilização das chamadas tradicionais (voz) para aplicação via aplicativos, bem como também devido à acirrada concorrência do setor, motivada pelos preços dos serviços. Fatores estes que vêm ocorrendo nos últimos anos, e afetam vultuosamente a arrecadação deste ICMS e não permitindo um crescimento relevante no recolhimento do imposto.

→ ICMS Auto de Infrações (Participação Acumulada → 0,7%)**Bimestre: + 3.219,5%**
Acumulado: + 609,1%

O significativo aumento dos Autos de Infração, a despeito de registrar uma leve participação na arrecadação anual, deve-se principalmente à entrada de negociação extrajudicial de créditos junto a grandes contribuintes nos setores de telecomunicação, metalurgia e bebidas devedores do imposto, mediante uso de Termo de Ajuste de Conduta Tributária – TACT.

No acumulado, a ascensão, da mesma forma, é fortemente afetada pelos TACT's, ocorridos a partir do segundo semestre de 2015.

ICMS Outros (Participação Acumulada → 0,2%)

Bimestre: + 553,0%
Acumulado: + 49,5%

Apesar da leve participação diante da arrecadação total, no 5º bimestre houve importante variação resultante de Termo de Ajuste de Conduta Tributária realizado junto à contribuinte do setor de Siderurgia e Metalurgia, classificada como ICMS Outros. Tal negociação refletiu igualmente no acumulado do ano.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA²⁵):

Bimestre: R\$ 102,70 milhões / - 10,4%
Acumulado: R\$ 2.230,55 bilhões / + 14,5%

O IPVA apresenta um comportamento sazonal significativo, que se consolida nos quatro primeiros meses do ano.

No quinto bimestre de 2015, o IPVA apresentou decréscimo de R\$ 11,95 milhões (- 10,4%). Esse resultado foi reflexo do amplo pagamento de impostos atrasados no primeiro bimestre, fato que reduziu o estoque de dívida de IPVA nos bimestres subsequentes. Acrescenta-se as isenções trazidas por novos dispositivos legais, em especial a Lei 7.068/15²⁶, e a necessidade de adaptação dos sistemas e procedimentos à nova legislação. Tal adequação exigiu atenção especial dos servidores da Inspetoria o que acabou por restringir as atividades de cobrança e fiscalização.

No acumulado, houve aumento de R\$ 281,94 milhões (+ 14,5%), alcançando R\$ 2.230,55 milhões. Fatos relevantes a este aumento foram: redução de desconto para pagamento à vista (alterado de 10,0% para 8,0%) por determinação da Resolução nº 827/14, art. 14 e § 2º; recolhimentos decorrentes do programa de parcelamento (Lei Estadual nº 6.931/14) a serem pagos em três vezes (fevereiro, março e abril de 2015) ou em cota única (fevereiro de 2015); descontinuidade do desconto de 50,0% concedido para as concessionárias que vigorou em 2014; impacto da operação

Alterações na legislação impactaram positivamente a receita de IPVA no acumulado de 2015.

A Resolução nº 827/14 alterou o desconto do IPVA para pagamentos à vista, no ano de 2015, de 10,0% para 8,0%.

Lei Estadual nº 6.931/14 concedeu programa de parcelamento de débitos de IPVA, dos exercícios de 2010 a 2013, a serem pagos dentro primeiro semestre de 2015.

O Decreto nº 44.568/14, que concedia desconto de 50,0% no IPVA das concessionárias, perdeu a vigência no exercício de 2015.

²⁵ De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do vencimento das placas dos veículos usados. No restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.

²⁶ A Lei nº 7.068 de 01/10/2015 alterou a Lei nº 2.877, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

nomeada Pávio Curto que teve por objetivo alcançar contribuintes inadimplentes quanto ao IPVA; e, adicionalmente, o reflexo do envio de aproximadamente 120 mil cartas de aviso de débitos a contribuintes, enviados em junho e julho deste ano, referente à cobrança de atrasados deste imposto, referentes aos exercícios de 2011 a 2014.

– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):

Bimestre: R\$ 149,55 milhões / + 21,3%

Acumulado: R\$ 637,34 milhões / + 23,4%

Em comparação com o mesmo período de 2014, a arrecadação ITD apresentou acréscimo, no 5º bimestre do ano corrente, de 21,3% na arrecadação (+ R\$ 26,28 milhões). O resultado bimestral de R\$ 149,55 milhões, assim como todo o ano de 2015, foi afetado pela reestruturação nos processos internos na inspetoria deste imposto, adequados quando detectada alguma forma de melhoria. A reformulação começou a ser aplicada a partir de março, a qual tornou mais eficiente o atendimento ao contribuinte e proporcionou aumento de arrecadação.

Assim, no acumulado, o ITD apresentou crescimento de 23,4% (+ R\$ 121,06 milhões), com o valor de total de R\$ 637,34 milhões até agosto de 2015. Destaca-se no ano, a reestruturação nos processos internos na inspetoria e mudança na sistemática de lançamento do imposto quanto aos fatos gerados da Herança Extrajudicial, tendo, dessa forma, reduzido os prazos de tramitação e do tempo para lavratura das Guias de controle de ITD na Doação e Herança Judicial.

É proveitoso citar a relevância de tais alterações que permitem que o imposto continue a apresentar variação positiva, ainda que o comportamento esperado, na atual situação econômica, pudesse levar à prática de se postergar a abertura dos inventários.

– Imposto de Renda (IRRF):
Bimestre: R\$ 464,96 milhões / + 53,3%
Acumulado: R\$ 2.489,38 bilhões / + 18,4%

O Imposto de Renda apresentou aumento 53,3% (+ R\$ 161,67 milhões) em sua arrecadação, comparativamente ao quinto bimestre de 2014. Tal fato decorreu de ajustes no fluxo de repasses do RIOPREVIDÊNCIA diverso ao do exercício anterior. A adaptação do cronograma de repasses é indispensável ao equilíbrio financeiro do Estado no pagamento de inativos e pensionistas.

Na análise acumulada, o aumento de 18,4% (+ R\$ 387,63 milhões) retrata a apropriada tendência de crescimento do imposto.

– Taxas:
Bimestre: R\$ 290,67 milhões / - 14,3%
Acumulado: R\$ 1.988,13 milhões / + 6,4%
Tabela 15
RECETA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
Taxas	339,01	290,67	-14,3%	1.868,80	1.988,13	6,4%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	34,06	33,57	-1,4%	365,79	411,43	12,5%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito ⁽¹⁾	25,22	20,92	-17,1%	326,99	367,72	12,5%
Outras	8,84	12,65	43,1%	38,80	43,71	12,6%
Taxas pela Prestação de Serviços	304,96	257,10	-15,7%	1.503,00	1.576,70	4,9%
Emolumentos e Custas Judiciais	89,64	78,23	-12,7%	375,63	385,54	2,6%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	76,24	62,51	-18,0%	342,40	329,38	-3,8%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	139,08	116,36	-16,3%	784,97	861,78	9,8%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	112,68	103,76	-7,9%	604,09	661,17	9,4%
Outras	26,40	12,61	-52,2%	180,88	200,61	10,9%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/11/2015.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

A arrecadação de Taxas apresentou decréscimo de R\$ 48,34 milhões (- 14,3%) em relação ao quinto bimestre de 2014, totalizando R\$ 290,67 milhões. Essa redução foi resultado da queda apresentada em todas as alíneas das Taxas pela Prestação de Serviços. Em Outras Taxas de Prestação de Serviços, o decréscimo foi relevantemente influenciado pela queda na arrecadação de Taxas de



Prevenção e Extinção de Incêndio do Fundo Especial do Corpo de Bombeiros (- R\$ 12,18 milhões). Por outro lado, Emolumentos e Custas Judiciais e as Extrajudiciais, relacionadas ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça, obtiveram retração de R\$ 11,32 e R\$ 10,95 milhões, respectivamente.

No acumulado, de outra maneira, as Taxas cresceram 6,4% (+ R\$ 119,33 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 1.988,13 milhões. Esse resultado foi influenciado pelas Taxas do DETRAN, com elevação da Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito (+ R\$ 57,08 milhões; + 9,4%) e da Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia pelo Controle e Fiscalização do Trânsito (+ R\$ 40,73 milhões; + 12,5%).

IV.1.2 Receita Patrimonial e Royalties
Bimestre: R\$ 529,26 milhões / - 27,2%
Acumulado: R\$ 5.021,25 milhões / - 32,0%
Tabela 16
RECEITA PATRIMONIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

(R\$ milhões)

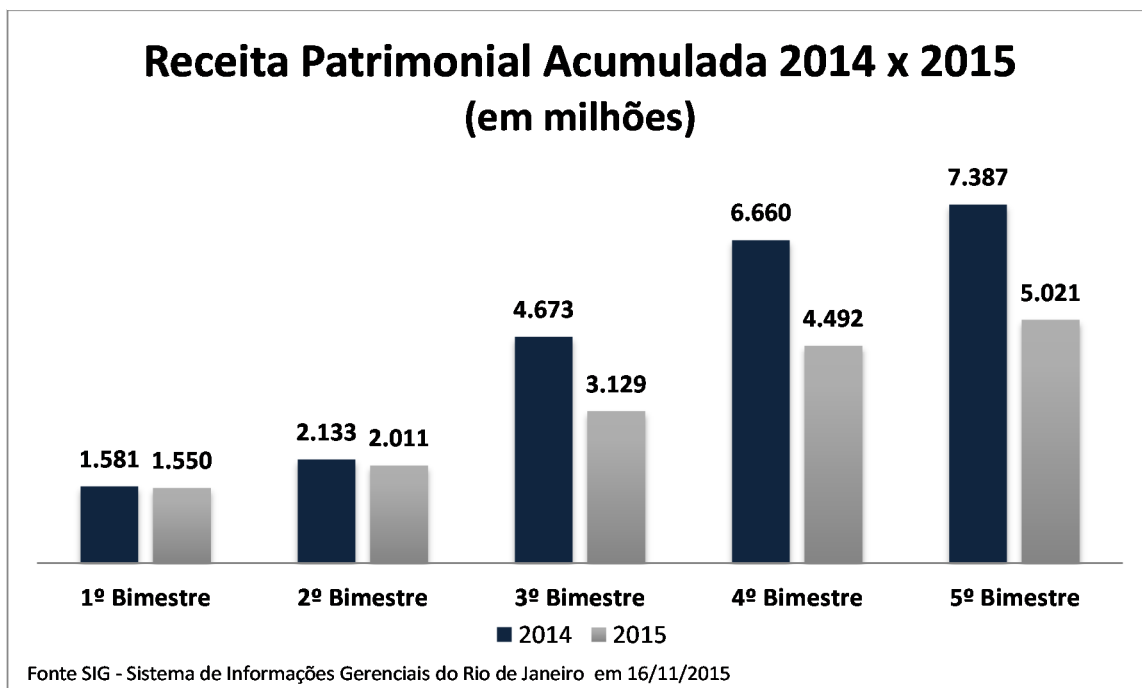
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITA PATRIMONIAL	727,29	529,26	-27,2%	7.387,02	5.021,25	-32,0%
Petróleo	547,73	385,30	-29,7%	6.548,33	4.196,00	-35,9%
Royalties	546,92	384,72	-29,7%	2.422,47	1.922,45	-20,6%
Part. Especial	0,00	0,00	0,0%	4.122,43	2.270,69	-44,9%
FEP	0,81	0,58	-28,0%	3,43	2,87	-16,4%
CFT's	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,0%
Aplic. Financeiras	154,09	124,46	-19,2%	734,70	682,51	-7,1%
Demais Rec. Patrimoniais	25,47	19,50	-23,4%	103,99	142,73	37,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/11/2015.

As Receitas Patrimoniais, no 5º bimestre de 2015, realizaram o valor total de R\$ 529,26 milhões, o que representa uma variação negativa de 27,2% (- R\$ 198,03 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. Tal resultado foi influenciado, principalmente, pelas receitas de petróleo, as quais atingiram um valor 29,7% (- R\$ 162,43 milhões) abaixo do valor de 2014. As aplicações financeiras seguiram a mesma tendência e apresentaram queda de 19,2% (- R\$ 29,64 milhões) frente ao mesmo bimestre do ano anterior.

No acumulado, as Receitas Patrimoniais decresceram em 32,0% (- R\$ 2.365,77 milhões). A receita de petróleo apresentou variação negativa de 35,9% o que impacta significativamente o total das receitas patrimoniais, dada sua representação – aproximadamente 84% do total daquelas receitas até o quinto bimestre de 2015. As aplicações financeiras também apresentaram resultado negativo (- 7,1%, - R\$ 52,19 milhões) impactando, em menor intensidade, as Receitas Patrimoniais. Essas receitas serão detalhadas a seguir em item próprio.

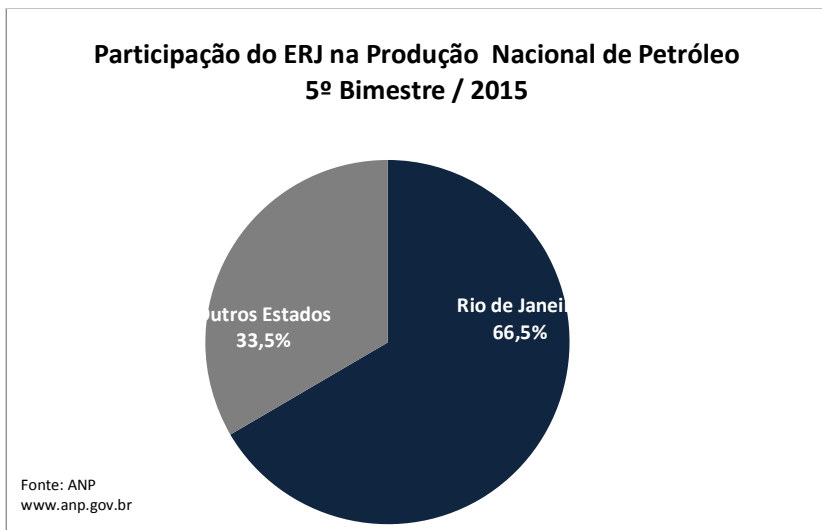
Gráfico 8



- **Petróleo:** as receitas de petróleo alcançaram R\$ 385,30 milhões no quinto bimestre de 2015. Tal resultado retrata uma variação negativa de 29,7% frente a 2014. Analisando a receita de petróleo, observa-se que a quase a totalidade da variação negativa ocorreu na receita de Royalties, que decaiu 29,7% (- R\$ 384,72 milhões). Os fatores que influenciam as receitas do petróleo são o volume na produção, o *brent* (preço do barril) e a taxa de câmbio. Considerando que, no bimestre, a produção do petróleo alcançou 16,25 milhões de m³ (ANP), variação de + 4,2% frente a 2014, e que a taxa de câmbio apresentou acréscimo de 50,6% no período - o preço do *brent* afetou sobremaneira a arrecadação uma vez apresentou variação negativa de 50,5% (conforme Tabela 17).

A produção de petróleo, no quinto bimestre de 2015, correspondeu a 66,5% da produção total brasileira.

Gráfico 9



Importante ressaltar que o pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, a análise das entradas de receita do 5º bimestre de 2015 é feita com base nos dados de produção, câmbio e valor do *brent* do 4º bimestre de 2015.

Tabela 17
Participação Governamental do Petróleo

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
Produção (milhões de m³)	15,59	16,25	4,2%	72,73	78,87	8,4%
Brent (US\$)	104,19	51,54	-50,5%	108,05	59,17	-45,2%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,24	3,37	50,6%	2,29	2,97	29,8%

Fontes: Produção: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Brent: Energy Information Administration, EIA. Câmbio: Ipeadata.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 5º bimestre de 2015 são apresentados os dados de produção do 4º bimestre de 2015.

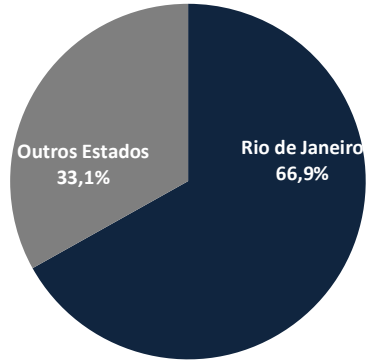
Ao analisar o acumulado, percebe-se que as receitas de petróleo apresentaram queda de 35,9% (- R\$ 2.352,33 milhões). A queda concentra-se na receita de Participações Especiais que decresceu 44,9% (- R\$ 1.851,74 milhões) em relação ao mesmo período acumulado de 2014 e pela receita de Royalties que decresceu 20,6% (- R\$ 500,02 milhões). Embora a produção acumulada de petróleo tenha aumentado (Tabela 17), o *brent* apresentou variação negativa de 45,2% contribuindo para a queda na arrecadação de petróleo, ainda que com a *taxa de câmbio* acrescida de 29,8% no período.

Segundo dados da ANP, a produção do Rio de Janeiro correspondeu a 66,5% da produção total brasileira no 5º bimestre de 2015 e, na análise acumulada, atingiu 66,9% da produção nacional de petróleo.



Gráfico 10

Participação do ERJ na Produção Nacional de Petróleo
Janeiro a Agosto/2015



Fonte: ANP
www.anp.gov.br

IV.I.3 Demais Receitas Correntes
Bimestre: R\$ 2.046,09 milhões / + 108,7%
Acumulado: R\$ 11.030,20 / + 152,6%
Tabela 18
DEMAIS RECETAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
DEMAIS RECETAS CORRENTES	980,23	2.046,09	108,7%	4.366,23	11.030,20	152,6%
Receita de Contribuições	289,23	322,67	11,6%	1.477,50	1.559,02	5,5%
Receita Agropecuária	0,02	0,00	-85,5%	0,06	0,04	-31,4%
Receita Industrial	75,81	42,71	-43,7%	152,59	125,10	-18,0%
Receita de Serviços	74,78	66,87	-10,6%	312,84	310,55	-0,7%
Multas e Juros de Mora	141,04	259,17	83,8%	519,50	791,00	52,3%
Indenizações e Restituições	31,23	93,40	199,1%	262,68	330,29	25,7%
Dívida Ativa	205,98	147,08	-28,6%	391,38	356,81	-8,8%
Receitas Diversas	162,14	1.114,18	587,2%	1.249,69	7.557,40	504,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/11/2015.

As Demais Receitas Correntes apresentaram acréscimo de 108,7%, (+ R\$ 1.065,86 milhões) no 5º bimestre em relação a 2014, totalizando R\$ 2.046,09 milhões. O desempenho do grupo foi influenciado, em quase sua totalidade, pela alta nas arrecadações de Receitas Diversas (+ R\$ 952,04 milhões; + 587,2%), da Receita de Multas e Juros de Mora (+ R\$ 118,13 milhões; + 83,8%), da receita de Indenizações e Restituições (+ R\$ 62,17 milhões; + 199,1%) e da receita de Contribuições (+ R\$ 33,44 milhões; + 11,6%). Já as receitas da Dívida Ativa (- R\$ -58,90 milhões; - 28,6%) e a Receita Industrial (- R\$ -33,11 milhões; - 43,7%) apresentaram decréscimos, influenciando negativamente o resultado no 5º bimestre.

No acumulado, houve acréscimo de 152,6% (+ R\$ 6.663,98 milhões) em relação ao mesmo período acumulado de 2014, totalizando R\$ 11.030,20 milhões. Esse acréscimo foi influenciado pela arrecadação da Receita de Multas e Juros de Mora (+ R\$ 271,50 milhões; + 52,3%), pela Receita de Contribuições (+ R\$ 81,52 milhões; + 5,5%) e, em maior parte, pelas Receitas Diversas (+ R\$ 6.307,71 milhões; + 504,7%).

– **Receitas de Contribuições:** Houve acréscimo de R\$ 33,44 milhões (+ 11,6%) em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 322,67 milhões no período. As receitas que mais fortemente contribuíram para o resultado bimestral foram as Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio do Servidor Ativo Civil. Já a Contribuição de Servidor Ativo Militar e a Contribuição para o Fundo de Saúde dos Militares influenciaram negativamente o resultado bimestral.

No acumulado, houve acréscimo de 5,5% (+ R\$ 81,52 milhões) em relação ao mesmo período de 2014, totalizando R\$ 1.559,02 milhões. Tal acréscimo foi suportado, principalmente, pelas receitas das Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio do Servidor Ativo Civil, a Contribuição de Servidor Inativo Civil e Militar, a Contribuição de Pensionista Civil e da Contribuição do Servidor Ativo Civil - Lei nº 6.338/2012²⁷. Na contramão, destaca-se a Contribuição de Servidor Inativo Civil - Pagamento de Sentenças Judiciais, Contribuição de Servidor Ativo Militar e a Contribuição para o Fundo de Saúde dos Militares que influenciaram negativamente o resultado acumulado.

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** houve acréscimo de 83,8% (+ R\$ 118,13 milhões) na arrecadação das Receitas de Multas e Juros de Mora em relação ao mesmo período anterior, o que gerou uma receita total de R\$ 259,17 milhões arrecadados no 5º bimestre de 2015. Em grande parte, o comportamento é explicado pelo acréscimo das receitas de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS e Multas e Juros de Mora do ICMS, derivadas da aderência dos contribuintes do ICMS ao Termo de Ajuste de Conduta Tributária (TACT)²⁸ com efeitos desde julho de 2015 e que continuarão a produzir efeitos até o final de 2015, além das Multas por Danos ao Meio Ambiente.

No acumulado, a arrecadação de Multas e Juros de Mora também apresentaram acréscimo (+ 52,3%; + R\$ 271,50 milhões) em relação ao ano de 2014. O resultado foi impactado por Multas e Juros de Mora do ICMS, Multas e Juros de Mora do IPVA, Multas e Juros de

²⁷ Lei nº 6.338/2012 - Dispõe sobre o plano de custeio do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Rio de Janeiro - RPPS/RJ, altera a Lei nº 3.189, de 22 de fevereiro de 1999 e dá outras providências.

²⁸ O Termo de Ajuste de Conduta Tributária (TACT), previsto na Lei nº 7.020 de 11 de junho de 2015, visa o recebimento de créditos tributários de contribuintes do ICMS que não cumpriram adequadamente a legislação por conta de divergência interpretativa ou erro operacional na apuração das obrigações tributárias atinentes a este imposto, objeto de litígio judicial ou administrativo.

Mora da Dívida Ativa do ICMS e pelas Multas por Danos ao Meio Ambiente. Repetindo o comportamento bimestral, as maiores variações foram Multas e Juros de Mora do e Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS, derivadas da adesão ao TACT.

– Dívida Ativa:

A receita de Dívida Ativa apresentou decréscimo (- 28,6%; - R\$ 58,90 milhões) em relação ao quinto bimestre de 2014, alcançando R\$ 147,08 milhões. Em quase sua totalidade, o decréscimo concentrou-se na receita da Receita da Dívida Ativa do ICMS que recuou R\$ 56,68 milhões. Há que se acrescentar que a Receita de Dívida Ativa estava elevada em seus patamares normais em 2014 dada a realização do REFIS²⁹, o que acaba por demonstrar variação negativa no ano corrente.

A receita acumulada da Dívida Ativa, por outro lado, apresentou decréscimo de 8,8% (- R\$ 34,58 milhões), totalizando R\$ 356,81 milhões. Foi influenciada, principalmente, pelo recuo da arrecadação Dívida Ativa referente ao IPVA e, em maior parte, da Receita da Dívida Ativa do ICMS. Em consonância com a análise bimestral, tal queda é retrato da realização do TACT em 2014.

– Indenizações e Restituições: apresentou acréscimo de R\$ 62,17 milhões (+ 199,1%) em relação ao 5º bimestre de 2014, totalizando R\$ 93,40 milhões. Esse resultado concentrou-se em Outras Restituições, especificamente relativas ao Tesouro do Estado do Rio de Janeiro.

No acumulado, houve uma variação positiva de 25,7% (+ R\$ 67,61 milhões) comparativamente ao mesmo período acumulado de 2014, totalizando R\$ 330,29 milhões arrecadados. Além de Outras Restituições, especificamente relativas ao Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, são influenciadores do resultado acumulado o Ressarcimento de Pessoal Cedido- Área de Segurança e também a receita de Restituições de Convênios relativos ao Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro.

²⁹ REFIS: Programa de Recuperação Fiscal, que estabelece procedimentos relativos ao parcelamento e à utilização de saldos credores acumulados do ICMS para liquidação de débitos tributários de ICM e ICMS, inscritos ou não em dívida ativa de que trata o Decreto n.º 44.780/14.



- **Receitas Diversas:** houve acréscimo de 587,2% (+ R\$ 952,04 milhões) na arrecadação das Receitas Diversas em relação ao mesmo período de 2014, o que gerou uma receita total de R\$ 1.114,18 milhões arrecadados no bimestre. O comportamento foi influenciado pelo acréscimo das receitas oriundas das Leis Complementares Estaduais nº 147 / 2013 e 163 / 2015³⁰ relativas ao Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (+ R\$ 940,60 milhões).

No acumulado houve acréscimo de 504,7% (+ R\$ 6.307,71 milhões), totalizando R\$ 7.557,40 milhões. Da mesma maneira, o resultado foi fortemente influenciado pelas leis complementares citadas anteriormente, totalizando R\$ 6.650,60 milhões. O fluxo dessas entradas encontra-se no quadro ao lado.

R\$

Recursos provenientes da LC nº 163/2015	
Abril	2.270.000.000,00
Mai	1.630.000.000,00
Junho	1.550.000.000,00
Julho	260.000.000,00
Agosto	-
Setembro	940.596.901,62
TOTAL	6.650.596.901,62

³⁰ Lei Complementar nº 147, de 27 de junho de 2013, dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais e dá outras providências. Lei Complementar nº 163, de 31 de março de 2015 modifica dispositivos da lei complementar nº 147/2013 e dá outras providências.

IV.1.3.1 Receita de Transferências
Bimestre: R\$972,88 milhões / 2,4%
Acumulado: R\$ 4.894,49 milhões / - 0,9%
Tabela 19
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

(R\$ milhões)

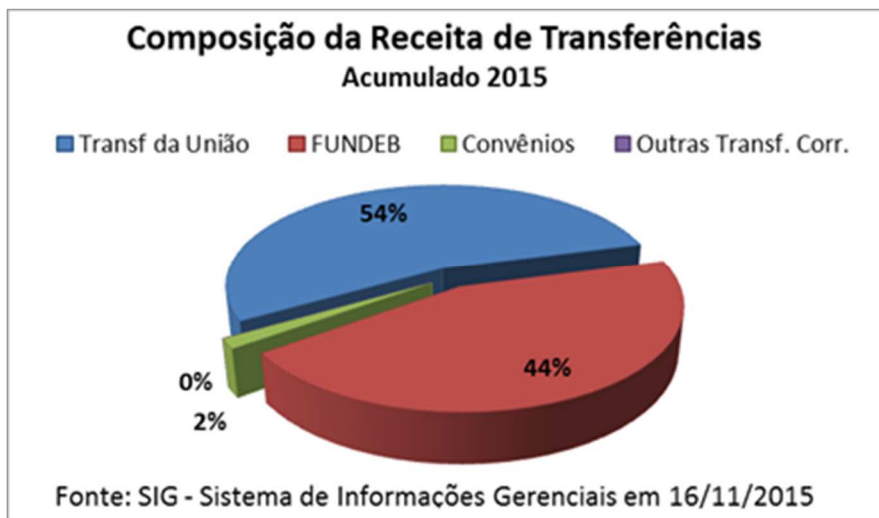
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	950,23	972,88	2,4%	4.936,98	4.894,49	-0,9%
Transf da União	472,20	513,75	8,8%	2.626,60	2.653,35	1,0%
FPE	150,01	157,35	4,9%	906,78	963,57	6,3%
IPI exp	135,79	123,11	-9,3%	659,75	601,22	-8,9%
IOF	0,01	0,00	-100,0%	0,03	0,05	101,2%
CIDE	0,00	16,38	0,0%	5,92	22,42	278,6%
SUS	92,93	99,02	6,6%	523,63	507,23	-3,1%
Salário Educação	67,54	68,62	1,6%	357,90	406,98	13,7%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	64,33	71,48	11,1%
Outras Transf. da União	11,62	34,98	201,0%	108,26	80,40	-25,7%
FUNDEB	436,10	435,07	-0,2%	2.175,02	2.166,59	-0,4%
Convênios	41,93	24,05	-42,6%	135,24	74,46	-44,9%
Outras Transf. Corr.	0,00	0,00	4,2%	0,12	0,10	-22,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/11/2015.

As Receitas de Transferências apresentaram crescimento bimestral de 2,4% (+ R\$ 22,65 milhões), em comparação com o mesmo bimestre de 2014. O crescimento é derivado das Transferências da União, em especial referentes a Outras Transferências da União, que apresentou variação positiva de R\$ 23,36 milhões no período (+ 201,0%).

No acumulado, as Receitas de Transferências totalizaram R\$ 4.894,49 milhões, o que representou um decréscimo de 0,9% (- R\$ 42,49 milhões) em relação ao ano passado. A redução se deve à queda da receita relativa aos Convênios no valor de 60,78 milhões (- 44,9%) e por conta, também, das receitas referentes ao IPI exportação, que apresentaram uma redução de 58,53 milhões (- 8,9%).

Gráfico 11

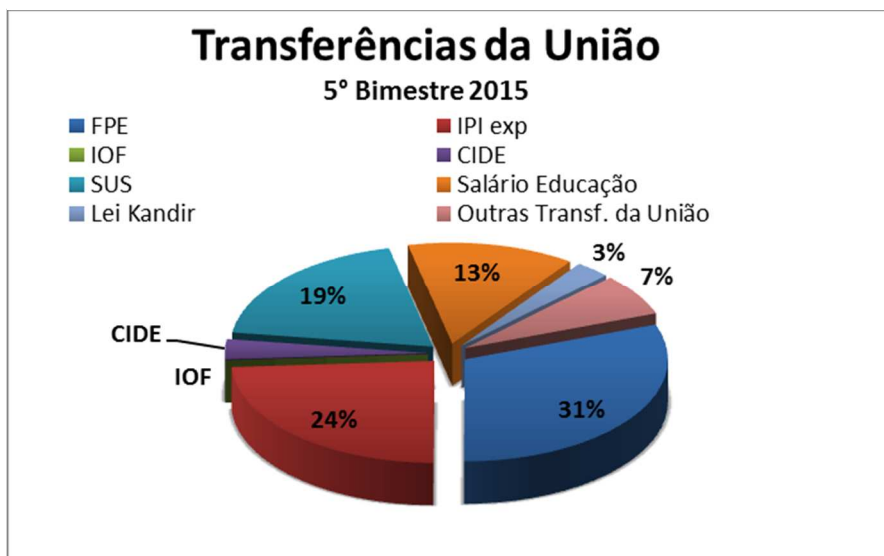


IV.I.3.2 Transferências da União

As Transferências da União, no 5º bimestre de 2015, registraram aumento de 8,8% (+ R\$ 41,55 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. O acréscimo dos repasses das Outras Transferências da União, bem como o retorno da cobrança da CIDE explica o resultado positivo bimestral desta conta. Tal assunto será abordado em itens específicos para cada Transferência.

No acumulado, o aumento de R\$ 26,75 milhões (+ 1,0%) foi decorrente do desempenho do FPE e Salário Educação, apesar da redução expressiva verificada nos repasses do IPI Exportação e Outras Transferências da União, na comparação com o mesmo período de 2014.

Gráfico 12



– **FPE**³¹: O Fundo de Participação dos Estados é composto por 21,5% da arrecadação do IPI e do IR. O desempenho do 5º bimestre dos recursos do FPE superou em R\$ 7,34 milhões (+4,9%) o mesmo bimestre de 2014. O resultado bimestral dessa transferência foi produto do aumento da arrecadação do IR, em especial no item IRRF – Rendimentos de Capital. Para fins de análise, o conteúdo referente ao IPI será analisado no item IPI-Exportação, a seguir.

O ligeiro aumento bimestral na arrecadação do IR justifica o desempenho do FPE, compensando a queda de arrecadação no IPI.

No acumulado, o crescimento do FPE de R\$ 56,79 milhões (+ 6,3%) é, resultado do desempenho do Imposto de Renda. Esse aumento é justificado pelo IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, em especial no item IRRF – Rendimentos do Capital, em grande parte motivada pela arrecadação do imposto incidente sobre fundos de renda fixa, operações de swap e o item aplicações de renda fixa (PF e PJ).

³¹ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de setembro e outubro de 2015, Receita Federal.

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2015/setembro2015/analise-mensal-set-2015.pdf>

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2015/outubro2015/analise-mensal-out-2015.pdf>

-IPI-EXP: A Constituição de 1988 determina que 10% da arrecadação do IPI sejam distribuídas para os Estados e Distrito Federal, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”, como forma de compensação à desoneração das exportações. A competência para estabelecer e divulgar os coeficientes de participação dos Estados cabe ao Tribunal de Contas da União e os mesmos estão disponíveis em <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/transferencias>

A retração da receita na conta IPI-Exportação reflete a redução do coeficiente relativo à participação do ERJ, bem como a redução da base tributária.

Nesse bimestre a receita apresentou redução de 9,3% (- R\$ 12,68 milhões), comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado é reflexo da redução na arrecadação nos itens: IPI Bebidas, resultado da alteração da sistemática de apuração em função da Lei 13.097/15, IPI Automóveis, decorrente da redução no volume de vendas e IPI Outros, consequência do decréscimo na produção industrial. Ademais, vale ressaltar, que no ano de 2015 houve redução significativa do coeficiente de participação do ERJ.

O acumulado apresentou queda de 8,9% (- R\$ 58,53 milhões), pelos mesmos motivos citados anteriormente.

-CIDE: Os recursos repassados pela União aos Estados, DF e Municípios a título de CIDE-Combustíveis são destinados obrigatoriamente ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes. Os dados referentes aos coeficientes de distribuição das receitas da CIDE podem ser consultados no portal do TCU na internet.

O decreto 8.395/15 reintroduziu a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Isso justifica a retomada do repasse dessa transferência no bimestre, que atingiu R\$ 16,38 milhões (+ 100%) no período em análise.

No acumulado, o valor recebido foi de R\$ 22,42 milhões, 278,6% (+ 16,50 milhões) a mais do que o valor recebido no mesmo período em 2014.



– **LEI KANDIR:** Essa receita é uma transferência da União distribuída a partir de um montante consignado na lei orçamentária anual federal. No quinto bimestre de 2015, a transferência da Lei Kandir apresentou o mesmo valor obtido no mesmo bimestre do ano anterior, R\$ 14,30 milhões.

No acumulado, houve variação positiva de 11,1% (+ R\$ 7,15 milhões), que é justificada pela ausência de repasse no mês de março de 2014 pela União.

–**SUS:** A transferência do SUS consiste no repasse de valores, regular e automático, diretamente do Fundo Nacional da Saúde (FNS) para os Estados e Municípios, independentemente de convênio ou instrumento similar. Destina-se ao financiamento dos programas do SUS e abrange recursos para a Atenção Básica (PAB³² fixo³³ e PAB variável³⁴) e para os procedimentos de Média e Alta Complexidade.

As Transferências do SUS apresentaram aumento bimestral de R\$ 6,09 milhões (+ 6,6%). Tal aumento evidencia-se na Rede de Teto Estadual.

Apesar do aumento bimestral, o acumulado ainda apresenta decréscimo de R\$ 16,40 milhões (- 3,1%), derivado, principalmente, da redução no repasse de transferências para o bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

– **OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:** Nesta conta estão consolidadas as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE) - exceto as receitas do salário-educação, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e demais transferências da União.

³² PAB: Piso de Atenção Básica

³³ Refere-se ao financiamento de ações de atenção básica à saúde. Os recursos são transferidos mensalmente, de forma regular e automática.

³⁴ Destina-se a manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, servindo o recurso para financiar os salários destes, bem como demais despesas decorrentes da manutenção do programa. São recebidas 13 (treze) parcelas durante o ano, sendo o incentivo adicional normalmente creditado no mês de Dezembro.

Com arrecadação de R\$ 34,98 milhões no bimestre, esta receita apresentou crescimento de 201,0% (+ R\$ 23,36 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. O aumento justifica-se no repasse de parte do Auxílio Financeiro aos Estados (FEX) referente ao exercício de 2014, repassado com atraso ao ERJ em outubro de 2015. No acumulado, com arrecadação de R\$ 80,40 milhões, esta receita apresentou decréscimo de 25,7% (- R\$ 27,87 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. A redução justifica-se no repasse do Auxílio Financeiro aos Estados (FEX) 2013, repassado ao ERJ em janeiro de 2014, distorcendo a base de comparação desta conta.

- FUNDEB:

É um fundo especial, de natureza contábil, formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios. São redistribuídos aos estados e municípios de acordo com critérios de rateio baseado no número de alunos matriculados na rede pública divulgado pelo censo escolar. A aplicação de seus recursos na educação básica é obrigatória.

A diminuição das receitas do FUNDEB no bimestre (- 0,2% / - R\$ 1,03 milhão) refere-se à redução do IPVA nas receitas do fundo, que apresentou decréscimo neste período citado.

No acumulado, o decréscimo de R\$ 8,43 milhões (- 0,4%) no resultado é derivado da composição do ICMS nas receitas do fundo no primeiro semestre de 2015, uma vez que houve queda significativa nos dois primeiros bimestres do ano na contribuição deste imposto.

- CONVÊNIOS:

As receitas de convênios mostram o valor de R\$ 24,05 milhões, apresentando decréscimo de 42,6% (- R\$ 17,87 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano passado. Deve-se destacar o convênio com a Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, que apresentou montante significativo em outubro de 2014, o que não se repetiu no mesmo período de 2015. Há que se considerar, também, que o convênio com o Fundo Especial da Assembleia Legislativa do



ERJ verificou um repasse elevado, também, no mês de outubro de 2014, o que ainda não ocorreu ao longo do ano de 2015.

Já no acumulado, as Transferências de Convênios apresentam decréscimo de R\$ 60,78 milhões (- 44,9%). Esse resultado explica-se pelos mesmos motivos apontados anteriormente, bem como pelas Transferências de Convênios da União destinados a Programas de Educação, destacando-se os repasses para o Fundo Nacional de Saúde.

IV.II Receitas de Capital

Bimestre: R\$ 956,37 milhões / -41,0%
Acumulado: R\$ 3.411,12 milhões / -67,5%

Tabela 20

RECEITA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITAS DE CAPITAL	1.619,69	956,37	-41,0%	10.603,76	3.441,12	-67,5%
Operações de Crédito	1.527,05	827,26	-45,8%	6.650,07	2.882,99	-56,6%
Alienação de Bens	5,50	1,95	-64,5%	3.408,58	12,94	-99,6%
Amortiz. de Empréstimos	50,72	61,56	21,4%	234,96	302,05	28,6%
Transf. de Capital	36,43	65,60	80,1%	310,11	243,14	-21,6%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,0%	0,05	0,00	0,0%

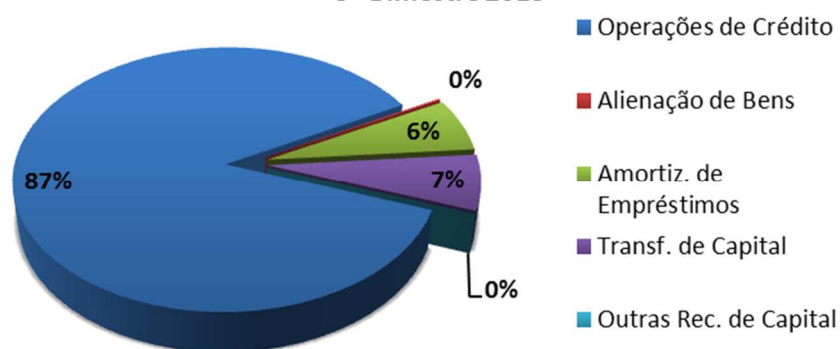
Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/11/2015.

As Receitas de Capital apresentaram recuo bimestral de 41,0% (- R\$ 663,32 milhões), em relação ao mesmo período de 2014, devido, principalmente, à redução das Operações de Crédito no montante de R\$ 699,79 milhões.

Gráfico 13

Composição das Receitas de Capital

5º Bimestre 2015



Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais em 16/11/2015

OPERAÇÕES DE CRÉDITO: A redução de 45,8% (- R\$ 699,79 milhões) nas Receitas de Operações de Crédito neste bimestre em relação ao mesmo período do ano passado decorre, em especial, da diminuição das Operações de Crédito Internas para Programas de Meio Ambiente destinados ao financiamento do PRODES – CREDIT SUISSE e Programas de Transportes como o PROSUT – BTG PACTUAL.

O resultado acumulado representa uma redução de 56,6% (- R\$ 3.767,08 milhões) em relação ao acumulado de 2014. Esse desempenho é resultante da redução das operações de crédito que objetivaram financiar os programas Pró – Cidades II do BB e da fase II da Linha 4 do Metrô (BNDES).

ALIENAÇÕES DE BENS: A receita de alienação de bens apresentou redução de R\$ 3,54 milhões (-64,5%). Tal fato é explicado pelo diminuição do ingresso financeiro da receita proveniente da Alienação de Bens Imóveis do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

No acumulado, essa conta apresentou decréscimo de 99,6% (- R\$3.395,64 milhões) resultado do ingresso financeiro atípico da receita proveniente da Venda de Recebíveis do RIOPREVIDÊNCIA em junho de 2014.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL: As Transferências de Capital demonstram aumento bimestral de 80,1% (+ R\$ 29,17 milhões). Esse acréscimo é explicado pelo aumento dos repasses nas Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC, especificamente na conta Caixa Econômica Federal.

O resultado acumulado apresentou uma variação negativa de 21,6%, com arrecadação de R\$ 243,14 milhões, R\$ 66,96 milhões a menos que o arrecadado no mesmo período do ano anterior. Esse resultado é decorrente da redução das Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC para o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, bem como pelas Transferências de Outros Convênios dos Municípios, em especial para o Município do Rio de Janeiro.



AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS: As receitas referentes à Amortização de Empréstimos fecharam com crescimento de 21,4% (+ R\$ 10,85 milhões) no bimestre. O aumento bimestral justifica-se na conta do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses (FREMFL), que estava zerada no quinto bimestre de 2014. Anteriormente, os recursos do FREMFL eram transferidos diretamente ao RIOPREVIDÊNCIA, por determinação do decreto 42.753 de 20 de dezembro de 2010.

O aumento do resultado acumulado de 28,6% (+ R\$ 67,09 milhões) apresentado nesta receita se justifica pelo mesmo motivo apontado anteriormente.

V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I Despesa Total

A Tabela 21 mostra as despesas do ERJ no seu aspecto mais amplo.

Inicialmente, a LOA fixou as despesas do Poder Executivo em R\$ 75,35 bilhões. Ao fim do 5º bimestre, após as alterações decorrentes no orçamento do estado, a dotação alcançou R\$ 79,58 bilhões. Deste valor, R\$ 5,35 bilhões (6,7%) encontram-se contingenciados, medida que vislumbra orientar as despesas orçamentárias ao novo panorama econômico.

Até o momento, aproximadamente R\$ 50,10 bilhões em despesas já foram empenhados pelos órgãos do Poder Executivo (67,5% do orçamento disponível). Liquidados, R\$ 46,56 bilhões (63,1% do disponível).

Os Demais Poderes, a despesa inicialmente fixada foi de R\$ 7,45 bilhões. Atualmente, a dotação sofreu ligeiro acréscimo (+1,7%) alcançando o patamar de R\$ 7,57 bilhões. Boa parte das despesas planejadas por seus órgãos já foi empenhada (R\$ 6,41 bilhões, equivalente a 84,54% da dotação autorizada).

V.II Créditos Adicionais

Até o 5º bimestre, aproximadamente R\$ 4,36 bilhões foram integrados ao orçamento por meio de créditos adicionais.

Analisando as alterações por suas respectivas FR, observou-se uma forte expansão por meio das FR 10 (Arrecadação Própria), FR 11 (Operação de Crédito através do Tesouro) e FR 90 (Fundo de Depósitos Judiciais): juntos, esses recursos totalizaram R\$ 4,43 bilhões. Em contrapartida, as FR 00 (Impostos), FR 06 (FPE) e FR 07

Tabela 21 – Execução da Despesa Total

R\$ Milhões

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - JAN A OUT							
PODER EXECUTIVO							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2014	DESPESA SEM INTRA	67.582	68.921	855	68.066	55.450	52.213
	DESPESA INTRA	2.977	3.431		3.431	2.940	2.878
	DESPESA TOTAL	70.559	72.352	855	71.496	58.390	55.091
2015	DESPESA SEM INTRA	71.496	76.380	5.267	71.113	47.271	44.075
	DESPESA INTRA	3.855	3.204	78	3.127	2.825	2.781
	DESPESA TOTAL	75.350	79.584	5.345	74.239	50.095	46.856
OUTROS PODERES							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2014	DESPESA SEM INTRA	5.943	6.077		6.077	5.455	4.511
	DESPESA INTRA	587	660		660	560	532
	DESPESA TOTAL	6.530	6.737		6.737	6.015	5.043
2015	DESPESA SEM INTRA	6.843	6.917		6.917	5.835	5.066
	DESPESA INTRA	608	659		659	570	545
	DESPESA TOTAL	7.451	7.576		7.576	6.405	5.610
2014	FUNDEB (Conta redutora)						4.602
2015	FUNDEB (Conta redutora)						4.734

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2015

(Transferências da União provenientes de Impostos) registraram contração de R\$ 915,85 milhões.

Numa análise por função governamental, o maior acréscimo ocorreu na função Transportes: R\$ 1,74 bilhão, sendo R\$ 1,36 bilhão por meio de Operações de Crédito (Tesouro) e R\$ 378,86 milhões através de Demais Fontes. R\$ 1,30 bilhão foi alocado no projeto Implantação de Novas Linhas Metroviárias (R\$ 1.15 bilhão através de FR 11) e R\$ 149,67 milhões no Programa Bilhete Único.

Outra função em destaque, a Segurança Pública registrou R\$ 1,18 bilhão de incremento orçamentário. Basicamente, o ajuste supriu os gastos de pessoal e encargos sociais (R\$ 500,52 milhões). Outros importantes projetos também sofreram ajustes: Gestão da Frota (R\$ 54,41 milhões), Alimentação dos Apenados e Custodiados (R\$ 82,50 milhões).

A Função Educação também apresentou acréscimos. No período, R\$ 502,05 milhões foram alocados na função, dos quais R\$ 438,07 milhões foram por meio de recursos do Tesouro: 87,8% através da FR 00.

A Tabela 22 apresenta as alterações orçamentárias incluídas no orçamento do Estado, incrementos financiados essencialmente por meio de Convênios, Operações de Crédito e Demais Recursos.

V.III Despesas por Fonte de Recursos

Comparando-se as despesas liquidadas até o momento com o mesmo período de 2014, verifica-se uma queda de 13,4% (decréscimo de R\$ 7,58 bilhões). Tamaña perda apurada entre os anos, apenas reforça o atual momento econômico do estado. A Tabela 23 – Despesa por Fonte de Recurso – apresenta os dados contábeis do período em análise.

Mesmo diante do atual cenário de escassez de recursos, a FR 00 (Recursos Provenientes de Impostos) continua sendo responsável por garantir a execução de boa parte das despesas assumidas pelo estado: até

Tabela 22 – Alterações Orçamentárias

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A OUT 2015		
PRINCIPAIS FUNÇÕES	FR	CRÉDITOS ADICIONAIS
Transporte	Operações de Crédito	1.359
	Demais Fontes	379
Segurança Pública	Tesouro	930
	Demais Fontes	247
Educação	Tesouro	438
	Demais Fontes	64
SUBTOTAL		3.418
OUTRAS DEMANDAS		941
TOTAL		4.359

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2015.

Tabela 23 – Despesa por Fonte de Recurso

R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	JAN - OUT		Varição
	2014	2015	%
RECURSOS DO TESOURO	39.111	30.181	-22,8%
PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 00)	25.780	17.614	-31,7%
NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 01)	901	2.596	188,1%
ROYALTIES E PART. ESPECIAL PETRÓLEO (FR 04)	2.164	1.772	-18,1%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	293	366	25,2%
FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS (FR 06)	871	928	6,5%
DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS (FR 07)	793	531	-32,9%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	5.694	3.533	-37,9%
FECF - ADICIONAL DO ICMS (FR 22)	2.062	1.855	-10,1%
DEMAIS FONTES*	554	985	77,8%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	17.613	18.960	7,7%
ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA (FR 10)	13.016	14.993	15,2%
CONVÊNIOS**	944	416	-55,9%
FUNDEB (FR 15)	2.230	2.235	0,2%
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FR 25)	697	570	-18,1%
DEMAIS FONTES***	726	746	2,7%
TOTAL	56.723	49.141	-13,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2015

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

* Fontes de Recursos 20, 21, 26, 90, 91, 95

** Fontes de Recursos 12, 13, 14, 16, 18, 19

*** Fontes de Recursos 23, 24, 96, 97, 98, 99

outubro, R\$ 17,61 bilhões foram executados com recursos da FR 00, dos quais R\$ 12,18 bilhões com o pagamento da folha. Comparativamente a 2014, queda de 31,7% (-R\$ 8,17 bilhões).

Outra fonte de recurso apresentou forte queda. A FR 11 (recursos originados de Operações de Crédito através do Tesouro) registrou execução de R\$ 3,53 bilhões até outubro. Comparativamente a 2014, perda de R\$ 2,16 bilhões (-37,9%).

Por outro lado, as despesas financiadas com a FR 01 (recursos não provenientes de impostos) demonstraram forte expansão em 2015 (+188,1%). Da diferença apurada ante 2014, R\$ 1,32 bilhão (77,8%) foi alocado para a amortização da dívida contratada (pagamento do principal).

As despesas financiadas com recursos de Outras Fontes (Não Tesouro) totalizaram, no período em análise, crescimento de 7,7% (+R\$ 1,35 bilhão).

Da despesa total realizada (R\$ 18,96 bilhões), R\$ 14,99 bilhões foram contabilizados com recursos de Arrecadação Própria da Administração Indireta (FR 10). Desse montante R\$ 12,01 bilhões justificados pelo pagamento de inativos e pensionistas (RIOPREVIDÊNCIA).

O Gráfico 14 e o Gráfico 15 ilustram a participação das Fontes de Recursos que compõem os dois grupos (Tesouro e Outras Fontes).

Evidenciou-se um menor comprometimento das despesas feitas pelo ERJ a partir de recursos do Tesouro (-22,8% em relação a 2014). Reflexo do baixo desempenho da arrecadação neste exercício

Gráfico 14 - Tesouro

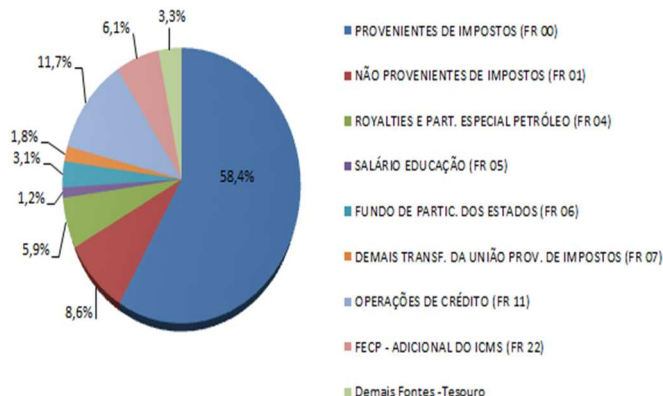
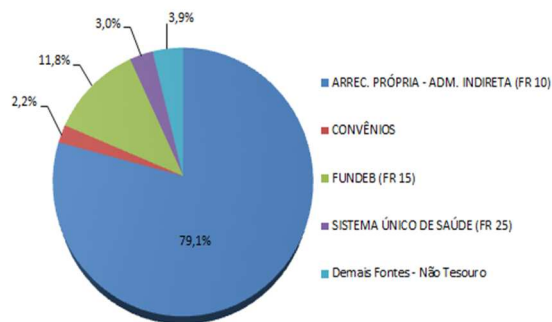


Gráfico 15 – Outras Fontes



V.IV Despesas por Grupo

Este tópico analisa os gastos pela ótica da Categoria Econômica (Corrente ou Capital) e pelo Grupo de Despesa, classificações que proporcionam uma melhor visibilidade das ações executadas.

A Tabela 24 apresenta os dados apurados neste 5º bimestre bem como no acumulado do exercício, comparando-os com os do último ano.

Tabela 24 - Despesas por Grupo

R\$ Milhões

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	SET A OUT			JAN A OUT		
		2014	2015	Varição %	2014	2015	Varição %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.425	3.025	-11,7%	15.028	15.848	5,5%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	2.800	2.309	-17,6%	11.702	12.189	4,2%
	1.2 - OUTROS PODERES	625	717	14,7%	3.326	3.659	10,0%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	492	537	9,2%	2.548	2.862	12,3%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.346	4.482	-29,4%	30.240	23.167	-23,4%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	2.530	771	-69,5%	9.812	10.135	3,3%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	2.223	465	-79,1%	8.697	8.805	1,2%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	307	306	-0,5%	1.114	1.330	19,3%
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	2.255	2.120	-6,0%	10.957	12.028	9,8%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	1.561	1.592	2,0%	9.472	9.422	-0,5%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	0	0	0,0%	1.200	1.005	-16,3%
	3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.561	1.592	2,0%	8.271	8.417	1,8%
	TOTAL CORRENTE	10.263	8.045	-21,6%	47.817	41.877	-12,4%
CAPITAL	4 - INVESTIMENTOS	1.638	872	-46,8%	5.971	4.441	-25,6%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	1.629	846	-48,1%	5.901	4.364	-26,0%
	4.2 - OUTROS PODERES	9	26	187,3%	70	77	9,4%
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	34	9	-74,1%	78	27	-65,5%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	638	455	-28,7%	2.857	2.796	-2,1%
TOTAL CAPITAL	2.309	1.335	-42,2%	8.907	7.264	-18,4%	
TOTAL (sem despesas intraorçamentárias)		12.572	9.380	-25,4%	56.723	49.141	-13,4%
Despesas Intraorçamentárias		258	227	-11,9%	3.410	3.326	-2,5%
TOTAL GERAL		12.830	9.607	-25,1%	60.134	52.467	-12,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2015

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

A Categoria das Despesas Correntes do RJ, grupo formado pelas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, e Outras Despesas Correntes – esta composta pelos gastos com inativos/pensionistas, despesas constitucionais e legais (transferências obrigatórias de recursos aos municípios e do pagamento de encargos com o Governo Federal) e com o custeio da máquina – foi responsável por 85,2% (R\$ 41,88 bilhões) do total liquidado até outubro. A Categoria das Despesas de Capital (Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida) executou R\$ 7,26 bilhões, representando 14,8% do total liquidado pelo ERJ até o momento. Cabe ressaltar que as despesas intraorçamentárias estão excluídas da análise.

Numa análise mais macro, observou-se crescimento das despesas do ERJ com Pessoal e Encargos Sociais (+5,5%; +R\$ 820,01 milhões) e com os Juros e Encargos da Dívida (+12,3%; +R\$ 313,33 milhões), e forte queda na Outras Despesas Correntes (-23,4%; -R\$ 7,07 bilhões).

As despesas liquidadas com Inativos e Pensionistas registraram crescimento de 9,8% (+R\$ 1,07 bilhão) no ano. Como já exposto nas versões anteriores do Boletim, essa expansão é decorrente, basicamente, do gasto com inativos da área da segurança e educação além do pagamento de pensionistas realizado pelo Rioprevidência.

No ano, as despesas com as Transferências Obrigatórias atingiram R\$ 9,42 bilhões, valor próximo ao do último exercício (-0,5% ante 2014). As despesas com Encargos com a União apresentaram forte retração de 16,3%, já os repasses assegurados constitucionalmente aos municípios apontaram ligeiro aumento de 1,8%. Cabe registrar que os dados apurados quanto às Transferências aos Municípios sofreram modificação nesse exercício, passando a serem contabilizadas através de contas redutoras das receitas. Basicamente, isso implica dizer que para fins de comparação entre os exercícios, os dados de 2015 são obtidos junto à receita arrecadada, não existindo, portanto, registro de sua execução no âmbito das despesas.

No Custeio, análise que reúne os gastos oriundos de manutenção dos órgãos e da realização dos programas governo, a despesa registrada indicou aumento de 3,3% (+R\$ 322,97 milhões) no ano e queda acentuada no bimestre (-69,5%; -R\$ 1,76 bilhão). A despesa tem sido frequentemente ajustada/contingenciada em função do fluxo financeiro do estado.

Em relação ao nível de Investimentos realizados, os dados contábeis indicam queda de 25,6% (-R\$ 1,53 bilhão) quando comparado ao mesmo período de 2014. Até o momento foram liquidados R\$ 4,44 bilhões em despesas do grupo. Os recursos gastos foram aplicados em importantes obras como a Implantação de Novas Linhas Metroviárias (R\$ 2,37 bilhão), Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário (R\$ 272,79 milhões), Abastecimento de Água (R\$ 152,52 milhões) e nas obras de finalização do Arco Metropolitano (R\$ 128,98 milhões). Juntas, essas ações requereram 65,8% do total liquidado no grupo.

No tocante à Amortização da Dívida, as despesas registradas exibiram pequena variação negativa de 2,1%, ou seja, -R\$ 61,06 milhões, resultado da variação da arrecadação tendo em vista que o pagamento baseia-se na aplicação do teto de 13% da Receita Líquida Real (RLR) - Lei Federal nº 9.496/97.

Nos próximos tópicos serão averiguados os gastos, as variações e as justificativas apresentado por cada grupo de despesa.

➤ Despesas de pessoal

A Tabela 25 examina as despesas com pessoal em relação às áreas de prioridade do ERJ. No acumulado foram liquidados R\$ 15,85 bilhões, montante 5,5% superior (+R\$ 820,01 milhões) ao do mesmo período de 2014. Quando consideradas as despesas intraorçamentárias (R\$ 2,81 bilhões), o valor alcança o patamar de R\$ 18,66 bilhões, incremento de 7,4% ante 2014. Reflexo dos gastos com obrigações patronais a fim de assegurar o fluxo de pagamento de Inativos e Pensionistas.

No âmbito geral o aumento da despesa de pessoal é influenciado pelo incremento de 14,6% concedido aos servidores estaduais que recebem o piso salarial, uma vez que o menor salário do ERJ não pode ser menor que o salário mínimo estabelecido pelo Governo Federal.

Identificou-se, no Executivo, um gasto maior nas áreas de Segurança Pública, Educação e Saúde: áreas prioritárias desse Governo, que juntas foram responsáveis por 63,5% (R\$ 10,06 bilhões do total liquidado no ano, desconsideradas as despesas intraorçamentárias).

A elevação das despesas na área da Segurança (18,8%, ou seja, R\$ 883,20 milhões) é decorrente, em grande parte, do reajuste de 11,2% concedido em fevereiro de 2014 aos servidores dessa área. Soma-se a isso, a concessão de gratificações aos policiais que desempenharam suas funções e cumpriram as metas na nova divisão geográfica (RISP), aos policiais militares que trabalham em prefeituras/concessionárias de serviço público/órgãos de administração direta durante seu horário de folga (PROEIS), e pelo auxílio disponibilizado aos servidores que prestarem serviços em programas específicos (RAS).

Na área da Educação foram executados R\$ 3,67 bilhões no acumulado (+5,9%, ou seja, +206,03 milhões) em relação a 2014:

Tabela 25 – Despesas de Pessoal

R\$ Milhões

FUNÇÃO	SET A OUT		Variação %	JAN A OUT		Variação %
	2014	2015		2014	2015	
Segurança Pública	962	1.057	9,9%	4.692	5.575	18,8%
Educação	781	678	-13,2%	3.463	3.669	5,9%
Saúde	171	154	-10,0%	828	818	-1,2%
DEMAIS ÁREAS	1.511	1.136	-24,8%	6.046	5.786	-4,3%
SUBTOTAL	3.425	3.025	-11,7%	15.028	15.848	5,5%
DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIAS	107	156	45,0%	2.352	2.810	19,5%
TOTAL GERAL	3.533	3.181	-10,0%	17.381	18.658	7,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2015.

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

reflexo direto da valorização dos servidores da educação por meio do reajuste de 9%; do auxílio qualificação e do reajuste de 10% da gratificação de difícil provimento e da gratificação de agente de pessoal.

Na área da Saúde foram gastos R\$ 817,91 milhões no acumulado, uma execução bem próxima quando comparada com o mesmo período de 2014 (-1,2%)

Nas Demais Áreas, as despesas liquidadas somaram R\$ 5,79 bilhões até o outubro, apresentando queda de 4,3% (-R\$ 259,44 milhões) frente ao mesmo período de 2014.

Os gastos dos Demais Poderes (Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas) representam 23,1% do montante liquidado até outubro: juntos, foram R\$ 3,66 bilhões em recursos alocados na função pessoal, aumento de 10,0% frente a 2014.

➤ Outras Despesas Correntes

A Tabela 26 a seguir demonstra os custos de manutenção do Estado no 5º bimestre e no acumulado, comparativamente aos mesmos períodos de 2014.

Tabela 26 – Outras Despesas Correntes

No acumulado do ano, o grupo apresentou uma despesa total de R\$ 23,68 bilhões, dos quais, R\$ 4,58 bilhões foram liquidados apenas no 5º bimestre. Quando comparadas ao mesmo período de 2014, constatou-se quedas acentuadas tanto no acumulado (-24,33%; -R\$ 7,62 bilhões) como no bimestre (-29,5%; -R\$ 1,92 bilhões).

No âmbito da Saúde, as ações selecionadas requereram no exercício R\$ 1,86 bilhões, elevação de 9,2% ante 2014, em decorrência da implantação de novos contratos firmados com Organizações Sociais (OS).

Na área do Transporte Público, o Programa Bilhete Único demandou R\$ 504,29 milhões, crescimento de 12,2% (+R\$ 54,92 milhões) em relação a 2014. O aumento ocorreu dado à elevação do período de abrangência entre a integração de modais de 2 horas e meia para 3

AÇÕES	SET - OUT		Variação %	JAN - OUT		Variação %
	2014	2015		2014	2015	
Principais Ações de Saúde *	506.538	431.469	-14,8%	1.701.021	1.857.654	9,21%
Demais Poderes	307.342	305.821	-0,5%	1.114.406	1.330.013	19,35%
Bilhete Único	96.112	96.065	0,0%	449.371	504.294	12,22%
Renda Melhor + Aluguel Social	53.295	38.879	-27,0%	259.403	230.858	-11,00%
Nutrição Escolar	57.226	67.577	18,1%	214.440	223.558	4,25%
Alimentação dos Apenados e Custodiados	66.063	46.268	-30,0%	193.401	158.208	-18,20%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	22.960	15.645	-31,9%	74.849	75.849	1,34%
Demais Desp. Custeio	1.420.521	1.360.583	-4,2%	5.804.931	5.754.363	-0,87%
Subtotal CUSTEIO	2.530.057	2.362.307	-6,6%	9.811.822	10.134.796	3,29%
INATIVOS E PENSIONISTAS	2.254.846	2.119.891	-6,0%	10.957.029	12.027.685	9,77%
TRANSF. OBRIGATÓRIAS	1.560.791		-100,0%	9.471.565	1.004.631	-89,39%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	148.088	93.894	-36,6%	1.057.467	515.236	-51,3%
TOTAL	6.493.781	4.576.093	-29,5%	31.297.882	23.682.348	-24,33%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 04/12/2015.

* Oper. Integ. de Unid. Próp. p/ Gest. Compart. + Oper. de UPAS 24 H Próp. por Gest. Compart. (OS) + Operacion das Unid. Próprias Hosp.e Ambulat. + Apoio às UPAS 24 Horas Municipalizadas + Contratação de Serviço de Saúde Privado.

** As Transferências aos Municípios estão sendo contabilizadas por contas retificadoras (No Bimestre R\$1,592 bilhão e no Acumulado R\$ 8,417 bilhões)

Até o 5º Bimestre de 2015, foram liquidados, em Outras Despesas Correntes do ERJ, R\$ 23,68 bilhões: um decréscimo de R\$ 7,62

horas, iniciado em março de 2014, além do aumento no número de usuários. Desta forma, houve a necessidade de aumentar o repasse feito à Riocard de R\$ 10 milhões para 12 milhões semanais.

Os programas Renda Melhor e Aluguel Social, auxílio financeiro à população economicamente menos favorecida, exigiram até o 5º bimestre pouco mais de R\$ 230 milhões, valor esse 11,0% menor que o registrado em igual período do último ano (queda de R\$ 28,55 milhões). Apesar da redução, este programa tem apresentado estabilidade em seus gastos, havendo apenas atrasos momentâneos no repasse dos recursos.

O Programa Nutrição Escolar é outro programa que tem apresentado certo grau de estabilidade nos gastos: quando comparado a 2014, o programa apresentou ligeiro aumento (+4,3%; +R\$ 9,12 milhões). Nesse bimestre, houve uma elevação significativa (18,1%) nos gastos das despesas. Este programa continua sendo o maior gasto em outras despesas correntes da função educação após as despesas registradas em encargos sociais de pessoal.

Outro programa merece o devido destaque: Alimentação dos Apenados e Custodiados. Essa ação, que representa mais de 75% das despesas correntes da Secretaria de Administração Penitenciária no período, apresentou uma redução de R\$ 35,19 milhões no ano (-18,2%), basicamente, em consequência de atrasos no repasse de recursos.

Por fim, o programa de Apoio a Pesquisadores e Estudantes, apresentou um aumento de 1,3% (+R\$ 1,00 milhão) nas despesas até o 5º bimestre de 2015, representando aproximadamente 40% das despesas liquidadas da FAPERJ.

➤ Investimentos e Inversões Financeiras

A Tabela 27 apresenta as principais execuções do Governo do ERJ em Investimentos e Inversões Financeiras no exercício. Ao todo, foram investidos R\$ 4,46 bilhões no período de janeiro a outubro.

Em 2015, verifica-se que a função transporte público vem apresentando considerável destaque no rol de investimentos realizados pelo Governo do Estado. Ao todo, são R\$ 2,79

Tabela 27 – Investimentos e Inversões Financeiras

PRINCIPAIS AÇÕES	JAN A OUT		Variação (%)
	2014	2015	
	Em R\$ Milhares		
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	2.007.332	2.368.857	18,0%
Melhoria no Sistema de Transp Ferrov - PET II	26.785	272.795	918,5%
Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ	179.041	152.523	-14,8%
Abastecimento de Água - PAC	602.178	128.985	-78,6%
Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios	129.241	124.385	-3,8%
SUBTOTAL	2.944.577	3.047.545	3,5%
DEMAIS AÇÕES	3.104.554	1.420.335	-54,2%
TOTAL	6.049.132	4.467.880	-26,1%

Fonte: SIG - Sistemas de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2015

Exclui as despesas intra-orçamentárias/Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

bilhões de recursos públicos alocados na área, quase 63% do total realizado pelo estado.

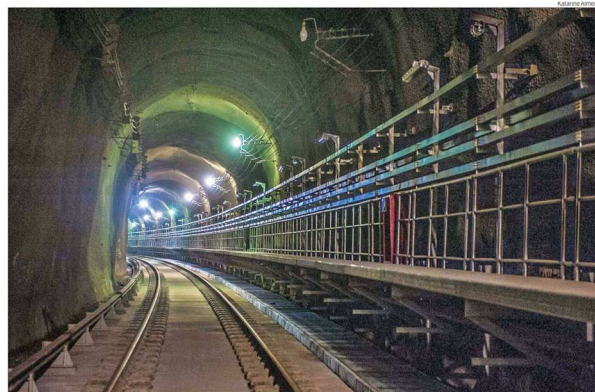
A Implantação de Novas Linhas Metroviárias (R\$ 2,36 bilhões) e a Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário (R\$ 272,79 milhões) são as principais ações desse grupo de despesa.

A implantação da linha 4 do Metrô é o maior legado em transporte que a população do Rio de Janeiro ganhará com os Jogos Olímpicos. Estima-se que, após passar por uma fase de testes, a Linha 4 entre em operação no primeiro semestre de 2016, quando estarão funcionando as estações Nossa Senhora da Paz, Jardim de Alah, Antero de Quental, São Conrado e Jardim Oceânico. A Estação Gávea teve o projeto alterado para ampliar a possibilidade de futuras expansões da malha metroviária do Rio e será inaugurada em dezembro de 2016.

Já o processo de revitalização do sistema ferroviário do Rio, foi iniciado em 2012 quando começaram a entrar em circulação as 30 primeiras composições fabricadas na China. Em 2013, foram adquiridos mais 70 trens chineses, totalizando a aquisição de 100 composições, pelo Governo. Pelo cronograma elaborado pelas áreas técnicas, a conclusão da renovação da frota ocorrerá em 2016.

As obras complementares da rodovia denominada BR-493/RJ, hoje, oficialmente denominado Arco Metropolitano, e a implantação de sistema de iluminação pública através de fonte renovável de energia, também apresentou destaque dentro dos inúmeros investimentos realizados no bimestre. O nível de execução, em comparação a 2014, já demonstra queda brusca justamente em função da conclusão das atividades sob responsabilidade do estado. A próxima etapa do cronograma das obras será realizada pelo Governo Federal.

Outro importante investimento do Estado tem sido o apoio ao desenvolvimento dos municípios. Itaboraí foi um desses municípios beneficiados, firmando uma parceria com Governo do Estado, por meio do Programa Somando Forças, que resultou no projeto de revitalização da sua principal via, a Avenida 22 de Maio.



Obras da Linha 4 do Metrô: Pacto Olímpico assumido pelo Governo do ERJ.



Programa Somando Forças: ação direta do Estado em benefício dos Municípios fluminenses.



Além de nova pavimentação, a via terá trechos duplicados e ganhará equipamentos modernos de iluminação com fiação subterrânea, áreas de lazer, acessibilidade, ciclovia, ponte, passarela e a construção de uma grande praça com um centro de convenções. Neste bimestre, foram concluídos os trabalhos de drenagem e compactação da via, iniciando uma a fase de instalação do meio-fio.

V.V - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ³⁵, FECAM³⁶ e FEHIS³⁷.

A Tabela 28 ao lado, apresenta os percentuais verificados pelos índices constitucionais e legais com base na arrecadação da receita e a liquidação das despesas, acumuladas até o quinto bimestre de 2015.

Ressalta-se que a apuração destes índices é realizada ao fim do exercício. O acompanhamento ao longo do ano e a divulgação de tais resultados por meio deste Boletim de Transparência tem a finalidade de balizar a gestão orçamentária e financeira adequada ao cumprimento dos percentuais.

A apuração dos índices leva em consideração as receitas e despesas previstas pela respectiva legislação: para os Índices de Educação e Saúde, são contabilizados os recursos provenientes da arrecadação de impostos e de transferências recebidas pelo Estado e as despesas por eles financiados; para o Índice da FAPERJ, a receita é composta pelos recursos líquidos de impostos (subtraída das transferências aos municípios) deduzida dos montantes equivalentes à aplicação em Educação e Saúde; para o FECAM, a aplicação mínima em gastos com meio ambiente é igual a 5% dos recursos de royalties oriundos da exploração dos campos de pós-sal, mais 10% do pré-sal; e, por fim, para o FEHIS, o mínimo equivale a 10% dos recursos provenientes do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECP –, receita tributária que incide adicionalmente ao ICMS.

As receitas tributárias, que são base para os cálculos da maioria dos índices, apresentaram ligeiro crescimento em relação ao mesmo período do ano passado. A exceção fica por conta dos recursos provenientes dos royalties, que afetam diretamente o índice

Tabela 28 – Execução dos Índices Constitucionais

R\$ Milhares

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS			
PERÍODO	JAN - OUT		Variação %
	2014	2015	
EDUCAÇÃO			
RECEITA BASE	27.632.310	28.751.460	4,1%
DESPESA LIQUIDADADA	7.154.125	7.404.945	3,5%
FUNDEB	4.602.255	4.734.460	2,9%
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	6.908.078	7.187.865	4,1%
% ÍNDICE	25,9%	25,8%	-0,14%
SAÚDE			
RECEITA BASE	27.632.283	28.751.405	4,1%
DESPESA LIQUIDADADA*	2.705.989	2.812.442	3,9%
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	3.315.874	3.450.169	4,1%
% ÍNDICE	9,8%	9,8%	0,0%
FAPERJ			
RECEITA BASE	16.508.273	17.199.657	4,2%
DESPESA LIQUIDADADA	269.160	254.935	-5,3%
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	330.165	343.993	4,2%
% ÍNDICE	1,6%	1,5%	-0,1%
FECAM			
RECEITA BASE	6.207.825	3.924.198	-36,8%
DESPESA LIQUIDADADA**	230.787	148.541	-35,6%
MÍNIMO A SER APLICADO	331.671	257.298	-22,4%
% ÍNDICE	3,7%	3,7%	0,0%
FEHIS			
RECEITA BASE	2.422.049	2.501.699	3,3%
DESPESA LIQUIDADADA	186.082	108.559	-41,7%
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	242.205	250.170	3,3%
% ÍNDICE	7,7%	4,3%	-3,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 02/12/2015.

1. Valor da Despesa Liquidada

* Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde

** Desconta o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 anos.

³⁵ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

³⁶ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

³⁷ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

do FECAM. A frustração na entrada destes recursos gerou uma queda de 36,8% na receita base.

Uma análise apenas dos percentuais aplicados mostra panoramas distintos em relação à execução dos índices. O percentual mínimo de 25% na Educação vem sendo cumprido ao longo do ano, impulsionado, sobretudo, pela despesa de pessoal. Na Saúde, embora o montante aplicado ainda esteja inferior aos 12%, a execução em relação à receita base segue em ritmo semelhante ao do ano anterior. O mesmo cenário ocorre com o índice da FAPERJ e FECAM.

Já o índice do FEHIS apresentou despesas liquidadas e percentuais de aplicação inferiores aos verificados nos cinco bimestres do ano anterior.

A seguir, os gastos correspondentes aos índices serão tratados detalhadamente.

➤ Educação

O Índice da Educação atingiu uma aplicação na função de 25,8% até outubro/2015. A despesa liquidada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino alcançou R\$ 7,40 bilhões, um aumento de 3,5% (+R\$ 250,81 milhões). A Tabela 29 demonstra a despesa executada da função por grupo de despesa.

A despesa de pessoal aplicada com recursos do Tesouro apresentou uma variação positiva de 14,7% quando comparado com 2014 (+R\$ 292,99 milhões). A maior parcela está alocada na Secretaria de Educação, aplicada basicamente com o pagamento da folha dos profissionais de ensino. A despesa do grupo de Pessoal e Encargos Sociais somou R\$ 2,29 bilhões, sendo R\$ 815,07 milhões aplicados pela SEEDUC. Deste montante, R\$ 454,78 milhões foi referente ao aporte ao RIOPREVIDÊNCIA que vem impactando todas as Unidades Orçamentárias deste grupo de despesa ao longo do período.

O Grupo Outras Despesas Correntes apresentou uma pequena variação negativa de 0,4% (-R\$ 20,97 milhões). O FUNDEB participou

Tabela 29 – Aplicação na Função Educação

Em R\$ Milhares

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2015
	JAN - OUT			
	2014	2015		
Pessoal	1.996.400	2.289.390	14,7%	30,9%
Outras Desp. Correntes	5.133.269	5.112.296	-0,4%	69,0%
Custeio*	531.015	377.836	-28,8%	5,1%
FUNDEB*	4.602.255	4.734.460	2,9%	63,9%
Investimento/Inversões	24.463	3.259	-86,7%	0,0%
RP Cancelado	-	-		
TOTAL	7.154.132	7.404.945	3,5%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2015.

*A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral

com 63,9%, sendo responsável pelo acréscimo de R\$ 132,20 milhões em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado na Tabela 29.

Até esse quinto bimestre, a despesa de investimento apresentou execução negativa de 86,7% (-R\$ 21,20 milhões). Do total de gastos executado em 2015 (R\$ 3,26 milhões), R\$ 1,29 milhão foi aplicado no DEGASE em reparo e conservação das Unidades do Departamento, nos diversos municípios fluminenses. Ressaltamos que os recursos provenientes de FR 11 – Operação de Crédito – continuam sendo executados, porém não estão incluídos na contabilização do índice.

A Tabela 30 abaixo demonstra a distribuição da despesa do índice por Unidade Orçamentária do ERJ, além da análise das maiores participações executadas até outubro de 2015.

Tabela 30 – Distribuição do Índice por UO

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO				
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	JAN - OUT		Variação %	Participação em 2015
	2014	2015		
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	941.806.808	938.490.358	-0,4%	12,7%
DEGASE - Depart.Geral Ações Socio-Educat.	120.243.112	127.406.608	6,0%	1,7%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	673.294.484	775.668.588	15,2%	10,5%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	662.570.308	659.197.321	-0,5%	8,9%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	105.529.485	124.716.994	18,2%	1,7%
CECERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distân do Est RJ	28.423.097	27.626.081	-2,8%	0,4%
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	20.009.947	17.379.270	-13,1%	0,2%
Total das Unidades Orçamentárias**	2.551.877.241	2.670.485.221	4,6%	36,1%
FUNDEB**	4.602.254.578	4.734.460.261	2,9%	63,9%
RP Cancelado**				
TOTAL DO ÍNDICE	7.154.131.819	7.404.945.483	3,5%	100,0%

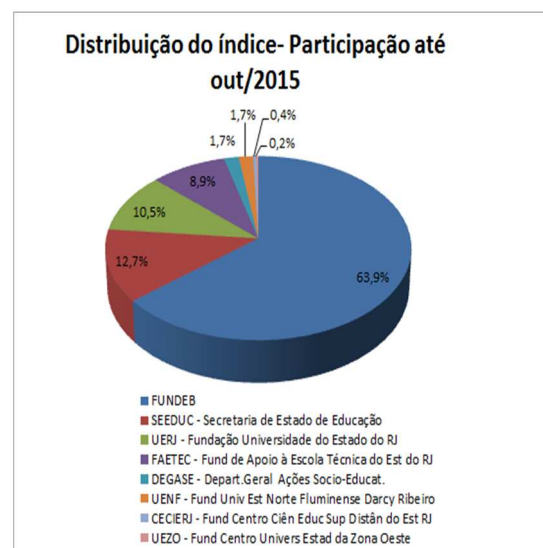
Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2015.

* A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

O valor total utilizado pelas unidades orçamentárias atingiu, até o quinto bimestre, R\$ 2,67 bilhões. A Secretaria de Estado de Educação apresentou maior participação na composição do índice (12,7%), com uma execução total de R\$ 938,49 milhões. Em comparação ao mesmo período do ano anterior, apresentou uma pequena variação negativa de 0,4% (R\$ 3,32 milhões). Do montante aplicado, R\$ 815,07 milhões foram gastos na despesa de pessoal (86,8%). A aplicação em custeio foi inferior em 13,1% (-R\$ 123,43 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. Na SEEDUC, o gasto de custeio atingiu o valor de R\$ 123,24 milhões, sendo R\$ 22,39 milhões utilizados no regime de desembolso descentralizado,

Gráfico 16



atendendo ao programa de manutenção das escolas estaduais, ao Transporte Rural, ao Programa Autonomia e ao Vestibular Social.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) registrou, até este bimestre, um acréscimo de R\$ 102,37 milhões (+15,2%) em relação ao ano de 2014. Seu principal gasto com recursos do Tesouro refere-se à despesa de pessoal, registrando o valor R\$ 615,51 milhões, equivalente a 79,4% do total aplicado pela Universidade.

A UENF – Universidade Estadual Norte Fluminense – apresentou um crescimento de 18,2 % em relação ao mesmo período de 2014. A execução da universidade atingiu R\$ 124,72 milhões, concentrada em pessoal (R\$ 98,92 milhões), cujo crescimento está atrelado ao cumprimento da política salarial da Universidade.

UENF- Centro de Biociências e Biotecnologia - CBB



o **Educação - Outras Fontes de Recursos**

A Tabela 31 abaixo apresenta a destinação das Fontes Não Tesouro na Função Educação, receitas com montante significativo dentro do gasto total da área.

Quando comparada à execução de 2014, a despesa apresentou uma variação negativa -1,1% (-R\$ 31,28 milhões). O valor total de recursos Não Tesouro, aplicados na Função Educação, atingiu R\$ 2,78 bilhões.

Nas despesas liquidadas com recursos oriundos de fontes não Tesouro, um montante expressivo foi financiado com recursos do FUNDEB (FR 15) aplicados pela SEEDUC, com participação de 80,3% da despesa total aplicada no período. Sua execução atingiu R\$ 2,23 bilhões, com um pequeno acréscimo de 0,2% (+R\$ 5,00 milhões) em relação a 2014, destinados basicamente ao pagamento da folha de salários (R\$ 2,06 bilhões) e de Auxílios Transporte e Alimentação (R\$ 170,92 milhões).

O Salário Educação (FR 05), destinado exclusivamente a ações de desenvolvimento da educação básica, apresentou um acréscimo de 25,2% (+R\$ 73,84 milhões). Até o quinto bimestre foram aplicados R\$ 366,44 milhões, sendo R\$ 174,81 milhões direcionados à Nutrição

Tabela 31 – Aplicação na Função Educação

Em R\$

FR - FONTES NÃO TESOURO	FUNÇÃO EDUCAÇÃO		Variação %	Participação em 2015
	2014	2015		
FUNDEB (FR 15)	2.230.234.832	2.235.238.999	0,2%	80,3%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	292.595.553	366.439.183	25,2%	13,2%
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES A CONVÊNIOS (FR 24)	56.173.389	49.647.446	-11,6%	1,8%
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	39.172.033	36.145.983	-7,7%	1,3%
SUS (FR 25)	35.974.441	31.476.111	-12,5%	1,1%
OPERAÇÃO DE CRÉDITO (FR 11)	132.734.222	29.701.545	-77,6%	1,1%
CONVÊNIOS (FR 12-13)	26.525.959	31.141.251	17,4%	1,1%
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (98)	14.000	2.357.683	16740,6%	0,1%
TOTAL	2.813.424.429	2.782.148.201	-1,1%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2015

1. Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ

Escolar e R\$ 130,40 milhões aplicados nas atividades relacionadas aos Serviços Educacionais, como vigilância, higiene e despesas de manutenção.

A FR 24 - Transferências da União – apresentou variação negativa de 11,6% (-R\$ 6,52 milhões) e financiou R\$ 49,65 milhões, sendo R\$ 48,75 milhões aplicados pela SEEDUC no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – e R\$ 894,10 mil aplicados pela FAETEC com despesas de pessoal, na forma de bolsa-auxílio aos profissionais envolvidos nas atividades do PRONATEC.

Os recursos diretamente arrecadados (FR 10) atingiram R\$ 36,14 milhões, com uma variação negativa de 7,7% (-R\$ 3,03 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. A UERJ executou até o período R\$ 34,06 milhões, basicamente aplicados na ação Integração UERJ/Sociedade e com o Sistema de Desembolso Descentralizado – SIDES – suporte financeiro para atender as unidades da UERJ. O restante (R\$ 2,08 milhões) foi executado pela UENF, CECIERJ e UEZO.

Os repasses do SUS (FR 25) estão direcionados especificamente à Operacionalização do Hospital Universitário Pedro Ernesto, aplicados pela UERJ. Foram desembolsados R\$ 31,48 milhões, um decréscimo de 12,5% (R\$ 4,50 milhões) em relação ao ano passado. Basicamente os recursos foram aplicados na compra de medicamentos, de produtos alimentícios e de material cirúrgico, de laboratório e de enfermagem, além de repasse para outras unidades de saúde da UERJ.

Com recursos de Operação de Crédito (FR11), foram aplicados R\$ 29,70 milhões, uma variação negativa de 77,6% (-R\$ 103,03 milhões). Mesmo com esta desaceleração em relação ao mesmo período de 2014, a SEEDUC aplicou R\$ 27,64 milhões ao longo do ano, na ampliação da rede e melhoria das escolas.



Alunos do C.E. Matemático Joaquim Gomes de Sousa - Intercultural-Brasil China representam o país na “Chinese Bridge” com foco em Ciências Exatas Inglês e Mandarim

➤ Saúde

Até o quinto bimestre de 2015, a aplicação de recursos em ações direcionadas à Rede de Saúde Pública do ERJ foi positiva em 3,9% em relação ao mesmo período do ano passado, +R\$ 106,45 milhões, conforme demonstrado na Tabela 32.

Destaca-se a participação no grupo de despesa de Outras Despesas Correntes na execução do índice, com 68,3% das aplicações em Ações e Serviços de Saúde. Neste grupo de despesa foi constatado um acréscimo de 8,7% (+R\$ 154,07 milhões) em relação ao ano anterior. A análise das principais ações desenvolvidas nesse grupo até este quinto bimestre será abordada abaixo conforme as destinações finais mais expressivas:

1- Operacionalização Integral de Unidades Próprias por Gestão Compartilhada – investiu-se R\$ 852,38 milhões totalmente direcionados para a Gestão de Serviços de Saúde, distribuídos nos Hospitais conforme Tabela 33 ao lado.

2- Operacionalização das UPA's 24 horas Próprias administradas por Gestão Compartilhada – aplicação de R\$ 282,94 milhões. A Tabela 34 demonstra o detalhamento da despesa por Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

3- Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais – gastos de R\$ 187,71 milhões sendo: R\$ 57,92 milhões no pagamento de Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; R\$ 24,34 milhões com o Preparo e Administração de Alimentos e Bebidas; R\$ 13,90 milhões com Reparos, Adaptações e Conservações de bens imóveis; R\$ 13,61 milhões com Medicamentos em Geral; dentre outras despesas.

4- Apoio às UPA's 24 horas Municipalizadas – despesa realizada de R\$ 90,60 milhões, repassadas conforme Tabela 35 abaixo.

No grupo Investimento/Inversões foi constatada uma redução de 75,6% (-R\$ 37,20 milhões) em relação ao ano anterior, reflexo do corte de orçamento realizado neste exercício de 2015, frente às frustrações de arrecadação de receita.

Tabela 32 - Aplicação do Índice por Grupo de Despesa

Em R\$

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2015
	JAN A OUT			
	2014	2015		
Pessoal	884.776.644	875.194.902	-1,1%	31,1%
Outras Desp. Correntes	1.766.753.028	1.920.821.743	8,7%	68,3%
Investimento/Inversões	49.194.760	11.998.082	-75,6%	0,4%
Amortização da Dívida	5.264.391	4.426.787	-15,9%	0,2%
TOTAL	2.705.988.823	2.812.441.514	3,9%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2015.

Tabela 33 – Repasse para OS's

Em
Milhões R\$

REPASSO PARA AS OS's - 2015		
UNIDADES COM GESTÃO COMPARTILHADA INTEGRAL	LOCALIZAÇÃO	JAN A OUT
HOSPITAL ESTADUAL VEREADOR MELCHIADES CALAZANS	NILÓPOLIS	35,76
HOSPITAL DA MULHER HELONEIDA STUDART	SÃO JOÃO DE MERITI	40,62
HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES	SÃO GONÇALO	153,61
HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANÇA	VILA VALQUEIRE	42,89
HOSPITAL ESTADUAL ALBERT SCHWEITZER	REALENGO	82,66
HOSPITAL ESTADUAL ADÃO PEREIRA NUNES	DUQUE DE CAXIAS	115,02
HOSPITAL DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DONA LINDU	PARAÍBA DO SUL	18,12
HOSPITAL ESTADUAL GETÚLIO VARGAS	PENHA	86,12
HOSPITAL ESTADUAL DO CÉREBRO	CENTRO RJ	71,56
HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA	NITERÓI	52,97
HOSPITAL ESTADUAL CARLOS CHAGAS	MARECHAL HERMES	2,61
HOSPITAL ESTADUAL ROCHA FARIA	CAMPO GRANDE	4,01
HOSPITAL ESTADUAL DE SAQUAREMA	SAQUAREMA	29,09
HOSPITAL ESTADUAL ROBERTO CHABO	ERJ	25,90
HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS	CENTRO RJ	58,14
COMPLEXO REGIONAL MATERNIDADE E CLÍNICA DA MULHER	MESQUITA	33,29
TOTAL REPASSADO		852,38

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2015.

No grupo de Pessoal houve um discreto decréscimo de 1,1% (-R\$ 9,58 milhões) em relação ao ano passado. Um reflexo do corte de gratificações de pessoal com o objetivo de reequilibrar as contas do ERJ devido à diminuição considerável de orçamento.

A Tabela 36 abaixo evidencia a distribuição dos recursos por unidade orçamentária do Estado.

O Fundo Estadual de Saúde – FES –, grande responsável pela execução no período (86,4%, R\$ 2,43 bilhões), apresentou um acréscimo (+1,1%, ou seja, +R\$ 25,49 milhões) frente ao executado neste período em 2014.

O grande destaque na execução por Unidade Orçamentária foi a SES (UO 2901). Em consequência do remanejamento do orçamento de três importantes projetos de trabalho do FES (UO 2961) para a Secretaria de Estado de Saúde – SES -, essa unidade orçamentária teve um aumento significativo de execução de 1151,1% (+R\$ 71,90 milhões), apesar de representar somente 2,8% das aplicações do índice.

A Fundação Saúde do ERJ (UO 2942) exibiu um leve crescimento em relação a 2014: variação positiva de R\$ 10,77 milhões (+4,3%), refletindo o ritmo lento de execução orçamentária deste exercício de 2015. A execução da despesa na Fundação é contabilizada na FR 23 (Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde), previamente empenhada no FES, com recursos do Tesouro em favor da Fundação.

As despesas do Instituto Vital Brazil (IVB) diminuíram em R\$ 1,71 milhão (-3,8%) em relação ao quinto bimestre do ano anterior. Sua participação na execução do índice foi de 1,5% das aplicações e seus gastos com recursos do Tesouro foram direcionados a Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 21,23 milhões), Manutenção das Atividades Operacionais e Administrativas (R\$ 4,94 milhões) e Ampliação dos Laboratórios Experimentais (R\$ 4,44 milhões), dentre outras despesas de menor vulto.

Tabela 34 – UPA's por OS do ERJ em 2015

UPA'S 24HS do ERJ (Gestão por meio de OS)	Em R\$	
	VALORES REPASSADOS	
	JAN A	OUT
SÃO GONÇALO I	11.377.777	
MESQUITA	10.872.154	
COMPLEXO PENITENCIÁRIO de BANGU	7.396.745	
SÃO GONÇALO II	10.991.598	
NOVA IGUAÇU II	8.608.961	
CAMPOS dos GOYTACAZES	12.637.632	
SÃO PEDRO DA ALDEIA	8.012.607	
CAXIAS II	9.604.994	
ITABORAÍ	14.017.481	
BOTAFOGO	10.933.796	
ENGENHO NOVO	9.910.609	
ILHA DO GOVERNADOR	8.741.613	
PENHA	9.925.343	
COPACABANA	8.209.071	
JACAREPAGUÁ	4.826.450	
MARÉ	9.918.090	
QUEIMADOS	8.824.413	
TIJUCA	5.453.983	
IRAJÁ	8.694.595	
NOVA IGUAÇU I	7.535.883	
BANGU	8.116.855	
NITERÓI	11.433.853	
CAMPO GRANDE II	8.009.993	
CAXIAS I	7.290.335	
MARÉCHAL HERMES	11.537.885	
REALENGO	10.721.399	
RICARDO DE ALBUQUERQUE	11.612.433	
SANTA CRUZ	10.461.399	
MAGÉ	9.381.194	
CAMPO GRANDE I	7.878.166	
TOTAL REPASSADO	282.937.307	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais
Obs: Dados extraídos em 17/11/2015.

Tabela 35 – UPA's Municipalizadas do ERJ em 2015

UPA'S MUNICIPALIZADAS do ERJ	Em R\$	
	VALORES REPASSADOS	
	JAN A	OUT
PETROPÓLIS	8.400.000	
ANGRA DOS REIS	4.800.000	
ITAPERUNA	4.800.000	
DUQUE DE CAXIAS	4.800.000	
ITAGUAÍ	4.800.000	
MARICÁ	4.800.000	
RIO BONITO	3.600.000	
TERESÓPOLIS	4.800.000	
VOLTA REDONDA	4.200.000	
ARARUAMA	4.800.000	
BELFORD ROXO	4.800.000	
NILÓPOLIS	4.800.000	
TRÊS RIOS	4.800.000	
BARRA MANSA	4.800.000	
CABO FRIO	4.800.000	
RESENDE	6.000.000	
MACAÉ	4.800.000	
NOVA FRIBURGO	4.800.000	
UPA'S NÃO ESPECIFICADAS	1.200.000	
TOTAL REPASSADO	90.600.000	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais
Obs: Dados extraídos em 17/11/2015.

Tabela 36 – Distribuição do Índice por UO

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO			
	JAN A OUT		Variação %	Participação em 2015
	2014	2015		
FES - Fundo Estadual de Saúde	2.405.276.155	2.430.762.387	1,1%	86,4%
Fundação Saúde do Estado de Rio de Janeiro	249.752.134	260.522.243	4,3%	9,3%
IVB - Instituto Vital Brasil S.A.	44.713.965	43.006.142	-3,8%	1,5%
SES - Secretaria de Estado de Saúde	6.246.569	78.150.743	1151,1%	2,8%
TOTAL DO ÍNDICE	2.705.988.823	2.812.441.514	3,9%	100,00%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2015.

➤ **Saúde - Outras Fontes de Recursos**

Além dos recursos do Tesouro, a Função Saúde também é financiada com recursos de Outras Fontes, não contabilizados para fins de apuração do Índice Constitucional. A Tabela 37 abaixo discrimina o detalhamento da execução a partir de tais fontes.

Neste quinto bimestre de 2015, as despesas do Sistema Único de Saúde (SUS - FR 25) apresentaram um decréscimo em relação ao mesmo período de 2014 (queda de 17,8%; -R\$ 116,56 milhões). Essa diminuição das despesas financiadas com a fonte do SUS provém do repasse a menor desse recurso pelo governo federal diante da crise econômica apresentada em nosso país.

Conseqüentemente, pelo lado da receita, o decréscimo da arrecadação foi de 7% (-R\$ 39,85 milhões). Em 2014, a arrecadação até o quinto bimestre alcançou R\$ 569,09 milhões, e, em 2015, R\$ 529,25 milhões.

Do montante de R\$ 537,97 milhões executados na FR 25, R\$ 255,58 milhões foram direcionados para a Operacionalização Integral de Unidades Próprias por Gestão Compartilhada; R\$ 100,04 milhões foram aplicados na Operacionalização das UPA's 24hs Próprias geridas por Gestão Compartilhada; R\$ 68,42 milhões foram para a Contratação de Serviço de Saúde Privado; R\$ 24,44 milhões para a Prestação de Assistência Móvel de Urgência e Emergência; dentre outras despesas menores.

Comparada à execução do quinto bimestre de 2014, as despesas liquidadas com Recursos Próprios (FR 10) registraram uma queda de R\$ 50,17 milhões (-25,0%). Dos R\$ 150,67 milhões executados nesse ano, R\$ 122,82 milhões correspondem a gastos do Instituto Vital Brazil – IVB – (UO 2971), basicamente na manutenção de seu parque industrial: R\$ 103,52 milhões destinados a Medicamentos, R\$ 15,31 milhões a Serviços, R\$ 1,60 milhão em Aquisição de Imóveis, dentre outros. A UO 1661 (Fundo Especial do Corpo de Bombeiros) aplicou R\$ 26,24 milhões com FR 10, sendo R\$ 8,20 milhões aplicados em Serviços de Assistência à Saúde, R\$ 3,88 milhões em Serviço de Asseio e Higiene; R\$ 3,34 milhões em Descentralização para Órgãos Estaduais e R\$ 2,81 milhões em Aparelhos e Utensílios Médico-odontológicos, laboratoriais e hospitalares.

Tabela 37 – Função Saúde – Outras Fontes

Em R\$

FUNÇÃO SAÚDE				
FR - FONTES NÃO TESOIRO	JAN A OUT		Variação %	Participação em 2015
	2014	2015		
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	200.839.230	150.666.304	-25,0%	21,4%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	16.513.778	5.372.340	-67,5%	0,8%
CONVÊNIOS (FR 13)	7.984.012	1.428.158	-82,1%	0,2%
CONVÊNIOS (FR 19)	-	7.522.974	-	1,1%
SUS (25)	654.533.134	537.968.606	-17,8%	76,5%
OUTRAS RECEITAS ADM. INDIRETA (FR 98)	-	15.000	-	0,0%
TOTAL	879.870.154	702.973.381	-20,1%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2015.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias

Destaques na Área de Saúde do ERJ neste 5º Bimestre de 2015

Projeto Sorriso Especial - no Hospital Estadual Rocha Faria em Campo Grande

O projeto alcançou neste bimestre, a marca de mil cirurgias dentárias. A iniciativa consiste no atendimento odontológico especializado a pacientes com necessidades especiais. Cerca de oito mil famílias de todo o ERJ já foram assistidas, contabilizando uma média de 500 pacientes atendidos mensalmente no ambulatório. Crianças, jovens e adultos portadores de doenças como paralisia cerebral, autismo e síndrome de down são atendidas no centro cirúrgico sob anestesia geral. A equipe é composta por 11 cirurgiões-dentistas, dois técnicos e quatro auxiliares em Saúde Bucal, uma enfermeira e cinco técnicos de enfermagem.

Hospital Estadual da Mãe, em Mesquita, é referência em parto humanizado

O Hospital da Mãe já realiza o parto humanizado através de recursos como as salas de PPP (pré-parto, parto e pós-parto). São 12 salas de PPP, 70 leitos de internação e oito de UTI neonatal. Além disso, a unidade conta com leitos de recuperação pós-anestesia, assistência aos recém-nascidos e centro cirúrgico. A novidade desse bimestre foi o plano de parto individualizado. Nesse plano é possível escolher como será o momento de dar à luz, quem assistirá ao parto e quem cortará o cordão umbilical. Além de toda estrutura para relaxar a gestante - bolas, cadeiras de balanço e inalação de óxido nitroso, que tem efeito analgésico - a unidade oferece aromaterapia, cromoterapia e musicoterapia.

➤ FAPERJ

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ), órgão executor das ações na área de Ciência e Tecnologia, executou R\$ 254,93 milhões financiados com recursos do Tesouro, apresentando uma variação negativa de -5,3% (-R\$ 14,22 milhões) quando comparado ao mesmo período de 2014. Este cenário é apresentado pela queda significativa de receita do Estado que implica na redução das despesas aplicadas pelo Tesouro. Mesmo com este quadro, a FAPERJ vem cumprindo o índice. A despesa liquidada representou 1,5% da receita base do índice. (Tabela 28).

Apesar do valor inferior apresentado na execução de 2014, a FAPERJ executou ações relevantes, demonstradas na Tabela 38. As despesas liquidadas com maior relevância foram do projeto Apoio a Estudantes e Pesquisadores, atingindo o montante de R\$ 75,09 milhões (variação de 1,9%), com o atendimento aos bolsistas da Fundação e do INMETRO. Outra atividade foi o Núcleo de Pesquisa e Tecnologia, com gastos na ordem de R\$ 68,15 milhões, acréscimo de 144,2%, com destaque para as despesas do Projeto Pensa-Rio (R\$ 32,94 milhões) e projetos de pesquisas coordenados por pesquisadores vinculados a Instituições de Ensino e Pesquisas sediadas no Estado do Rio de Janeiro.

**Tabela 38 – Execução Orçamentária
Fonte Tesouro**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				EM R\$
FONTE TESOURO				
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A OUT		Variação %	
	2014	2015		
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	73.678.636	75.089.148	1,9%	
Núcl de Pesquisa e Tecnol p/Desenv Socioecon	27.908.678	68.151.717	144,2%	
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	73.854.704	26.719.974	-63,8%	
Apoio à Pesquisa na Administ Pública Estadual	13.541.541	20.169.269	48,9%	
Desenv de Estudos e Pesquisas através da UERJ	26.216.774	19.961.812	-23,9%	
Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	13.859.334	15.793.246	14,0%	
Inovação Tecnológica	15.026.735	8.772.839	-41,6%	
Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	8.177.891	8.359.769	2,2%	
Pessoal e Encargos Sociais	5.228.859	6.590.722	26,0%	
Nova sede da FAPERJ	8.255.359	2.396.844	-71,0%	
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	1.586.928	1.435.515	-9,5%	
Pagamento Despesas Serviços Utilidade Pública	883.431	1.396.655	58,1%	
Apoio ao Pesquisador na Empresa	110.700	53.120	-52,0%	
Despesas Obrigatórias	32.748	29.072	-11,2%	
Prest Serv entre Órg Est/ Aquis Comb e Lubrif	14.023	15.494	10,5%	
Tecnologia da Inform p/ Gest Pública- PRODERJ	783.272	-		
TOTAL	269.159.613	254.935.195	-5,3%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2015

A despesa com a ação Apoio à Pesquisa na Administração Pública Estadual aumentou, até o quinto bimestre, 48,9% (+ R\$ 6,63 milhões). Houve liquidações em Auxílio ao Desenvolvimento Tecnológico – R\$ 6,49 milhões referentes ao projeto FAPERJ/FAETEC para a construção e desenvolvimento da filial brasileira da escola francesa de gastronomia *Le Cordon Blue*, no município do Rio de Janeiro, unidade de ensino que será administrada pela FAETEC.

As despesas financiadas com recursos de outras fontes tiveram uma queda quando comparadas ao mesmo período do ano passado. Houve uma variação negativa de 43,6% (-R\$ 6,79 milhões) decorrente da menor aplicação de recursos no FATEC. As despesas financiadas com recursos de convênio (FR 13), totalizando R\$ 6,68 milhões, foram na sua maioria aplicadas na Inovação Tecnológica. (Tabela 39).

Outras duas ações desenvolvidas pela FAPERJ que merecem ser destacadas são: Apoio a Estudantes e Pesquisadores e Núcleo de Pesquisa.

Destacamos na Tabela 40 a ação Núcleo de Pesquisa e Tecnologia para o Desenvolvimento Socioeconômico, demonstrando a segunda maior expressividade de gastos com recursos do Tesouro, com os projetos executados e o valor liquidado até o período.

A FAPERJ pagou efetivamente, até o quinto bimestre, R\$ 44,11 milhões em descentralizações à UERJ, UENF e CECIERJ para atender ao Desenvolvimento de Estudos e Pesquisa e Formação Superior à Distância, contribuindo com a política do desenvolvimento tecnológico no ERJ. (Tabela 41).

Tabela 41 – Descentralização da FAPERJ

DESCENTRALIZAÇÃO DA FAPERJ JAN/OUT/2015			
Programas de Apoio à Ciência e Tecnologia			
UERJ	Desenv Estudos e Pesquisas através da UERJ	PROATEC PRO-CIÊNCIA	19.961.812
UENF	Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	Estudantes Bolsitas	8.359.769
CECIERJ	Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	Produção Acadêmica - Tutoria Incentivo à Docência Pré-Vestibular Social	15.793.246
TOTAL GERAL			44.114.827

**Tabela 39 – Execução Orçamentária
Outras Fontes - FAPERJ**

PROJETO/ATIVIDADE	OUTRAS FONTES		Variação %
	JAN A OUT		
	2014	2015	
Inovação Tecnológica	697.815	5.925.750	749,2%
Fundo de Apoio ao Desenv Tecnológico - FATEC	8.240.734	2.104.323	-74,5%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	1.170.280	759.370	-35,1%
Desenv Estudos e Pesquisas através FAPERJ	5.467.473	-	-100,0%
	15.576.302	8.789.443	-43,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2015

**Tabela 40 - Despesa Liquidada no Núcleo
de Pesquisa e Tecnologia para o
Desenvolvimento Socioeconômico**

NÚCLEO DE PESQUISA E TECNOLOGIA PIDESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	
EDITAL 08/2014 -PRIORIDADE RIOTECNOLOGIA (projetos relacionados ao planejamento, gestão, desenvolvimento regional, agricultura, abastecimento,pesca, saúde e educação entre outros)	687.385
EDITAL 20/2014 - DCTR -Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional, municípios sediados fora da região metropolitana do ERJ	87.003
EDITAL.32/2014-FAPERJ/IDOR. Apoio a realização de pesquisas clínicas e translacionais no ERJ- (na área médica)	3.464.640
EDITAL 34/2014 AUXÍLIO À PESQUISA- PENSE RIO - Apoio ao estudo de temas relevantes e estratégicos para o ERJ	32.948.884
EDITAL 36/2014 AUXÍLIO À PESQUISA- Apoio a melhoria do ensino em escolas da rede pública sediadas no ERJ	172.903
EDITAL 37/14 - APOIO A INCUBADORAS Empresas de base tecnológica do ERJ	690.493
EDITAL 38/2014- PROGRAMA FUNDO NEWTON/RCUK/FAPERJ	3.155.022
EDITAL 40/2014-FUNDO NEWTON - BOLSAS E MOBILIDADE DE PESQUISA (Estabelecer colaborações sustentáveis entre pesquisadores do ERJ e do Reino Unido)	56.701
EDITAL 45/2014-FAPERJ/SORBONNE (Acordo de cooperação científica e tecnológica entre FAPERJ e a Sorbonne Universités (período de 2014 a 2016)	539.276
EDITAL 03/2015 AUXÍLIO A PESQUISA-TEMATICAS (Projetos de pesquisa temáticos inovadores com resultados científicos e tecnológicos de alto impacto	26.349.410
TOTAL DO PROJETO ATIVIDADE	68.151.717

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2015

➤ FECAM

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos de investimento direcionados para o setor de meio ambiente do ERJ, conta, a partir de norma estadual, com 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo e gás do ERJ e de 10% dos recursos, quando provenientes da camada do pré-sal.

Até 5º bimestre de 2015, o FECAM liquidou R\$ 148,54 milhões, redução de 35,6% (R\$ 82,25 milhões) comparando ao mesmo período de 2014, sem cumprir o mínimo estabelecido em norma legal, conforme apresentado na Tabela 28.

As ações realizadas em 2015 por meio dos recursos do Fundo estão descritas na Tabela 42 abaixo. Nela são apresentados os projetos desenvolvidos, assim como o órgão responsável pela execução e os valores liquidados no exercício.

A ação com maior expressividade no período foi Prevenção e Controle Ambiental de Inundações com um gasto total de R\$ 74,6 milhões, correspondendo a 50,2 % do total liquidado no Fundo.

Tabela 42 - Índice FECAM

Em R\$

AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	SET - OUT	JAN - OUT
Prevenção e Controle Ambiental de Inundações	Indenização de benfeitorias localizadas na área de intervenção junto aos campos hídricos. Elaboração de projeto executivo e execução das obras de controle de cheias e rec. Ambiental	INEA	29.492.795	74.605.531
Projeto Iguaçu - PAC - RJ/FECAM	Projeto de controle de inundações e recuperação ambiental Produção de empreendimento habitacional no Programa Minha Casa Minha Vida	INEA	17.384.310	24.919.747
Rio Mais Limpo	Obras de modernização do sistema de esgotamento sanitário da praia de São Conrado	CEDAE	9.086.935	14.526.659
Esgotamento Sanitário da Zona Oeste Total	Obras de ampliação do sistema coletor de esgotos sanitários da lagoa da Tijuca Obras de esgotamento sanitário do eixo olímpico	CEDAE	4.400.996	9.379.837
Apoio a Projetos de Saneamento, Proteção e Recuperação do Ambiente	Serviços de operação e manutenção da rede automática de monitoramento da qualidade do ar e meteorologia.	INEA	3.518.289	8.924.023
Demais Ações	-	-	7.821.526	16.185.614
TOTAL GERAL			71.704.850	148.541.411

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Valores integrais dos programas sem o abatimento de Restos a Pagar.

Obs: Dados extraídos em 17/11/2015.

➤ **FEHIS**

O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é composto por 10% dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECF – FR 22) aplicados na área de habitação pelas: Secretaria de Obras – SEOBRAS; Secretaria de Habitação – SEH; Instituto de Terras e Cartografia – ITERJ; Companhia Estadual de Habitação - CEHAB e pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH. Esta última secretaria é responsável pelo Aluguel Social às famílias atingidas por intempéries ou retiradas de áreas de risco.

A partir de outubro, por meio da Lei Nº 7.063 de 30 de setembro de 2015, foi autorizada a criação da Unidade Orçamentária 1962 – Fundo Estadual de Habitação – FEHIS, vinculada à Secretaria Estadual de Habitação (SEH), com o objetivo de dar continuidade à execução das ações destinadas ao cumprimento do índice previsto no § 3º, da Lei 4.056, de 30 de dezembro de 2002, de acordo com o art.2º da Lei nº 4.962, de 20 de dezembro de 2006.

Na Tabela 43 abaixo são discriminados os gastos do índice do FEHIS, destacando os órgãos executantes, seus principais projetos e a despesa liquidada até Outubro de 2015.

Até este 5º bimestre, as despesas financiadas pelo FEHIS atingiram um montante de R\$ 98,13 milhões.

Desse montante, R\$ 52,81 milhões (ou seja, 53,8%) foram aplicados no apoio financeiro à população desabrigada ou alocada em áreas consideradas de risco – Aluguel Social – concentradas na Região Serrana, nos municípios de Niterói e São Gonçalo e na Comunidade de Manguinhos.

A SEOBRAS atingiu a marca de R\$ 20,04 milhões com a execução de obras complementares de urbanização e infraestrutura: construção de unidades habitacionais, áreas de lazer e esportiva, alargamento de via e despesas com o pagamento de indenizações nas desocupações de imóveis, necessárias às obras do PAC nessas comunidades.

Tabela 43 - Índice FEHIS

			Em R\$
ORGÃO	AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	JAN - OUT
SEOBRAS	Urbanização do Dona Marta	Reajustamento das obras de construção 64 unidades habitacionais em Botafogo	354.044
	Urbanização das Comunidades - PAC	Pagamento de indenizações nas desocupações de imóveis, necessárias às obras do PAC, no Complexo do Jacarezinho.	6.190.202
	Urbanização da Rocinha - PAC-RJ	Obras complementares de urbanização no Complexo da Rocinha	3.149.297
	Urbanização do Complexo de Manguinhos- PAC-RJ	Obras complementares de urbanização no complexo de Manguinhos	9.123.381
	Urbanização do Pavão-Pavãozinho - PAC-RJ	Obras de infraestrutura e reurbanização das comunidades Pavão Pavãozinho Cantagalo Fase 2	1.222.349
TOTAL SEOBRAS			20.039.273
SEH	Realoc Morad Assent Pop - Áreas Risco/Insalub	Pagamento de Aluguel Provisório	660.974
	Desenvolvimento de Modelo de Projeto	Despesas com Serviços Emergenciais no Fornecimento de Recursos Humanos e Material, bem como o Fornecimento de Energia Elétrica e Água para a Vila da Melhor Idade (Fundação Leão XIII)	628.188
TOTAL SEH			1.289.162
ITERJ	Acordo de Cooperação Técnico-Financeira BNDES	Investimentos aplicados nos Assentamentos Rurais das Comunidades Quilombolas Maria Romana e Preto Forro, no município de Cabo Frio/RJ.	742.851
	Construção dos Assentamentos Rurais e Urbanos	Obras de assentamento rural para o Projeto Terra Prometida nos municípios de Nova Iguaçu, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Magé, Paracambi, Conceição de Macabu e Pirai	730.888
	Assentam. e Reassent. de Famílias Ass. ITERJ	Projeto Básico e Executivo necessário a Urbanização e Implantação de 45 Unidades Habitacionais, visando o reassentamento das famílias do Hospital Colônia Curupaiti - Jacarepaguá	377.687
	Levantamento Físico e Socioeconômico RFIS	Serviços de Cadastro Sócio-Econômico e Levantamento Topográfico, necessários ao Processo de Regularização Fundiária em diversas comunidades assistida pelo ITERJ.	4.011.110
TOTAL ITERJ			5.862.535
CEHAB	Produção de Unidades Habitacionais (UH)	Construção de Unidades Habitacionais nos municípios de Sapucaia, Posse, Casimiro de Abreu	1.864.671
	Recuperação e Melhoria de UH	Recuperação do Conjuntos Habitacionais em Nova Iguaçu, Mesquita, Duque de Caxias, Petrópolis, Pilares, Guadalupe, Ramos.	9.580.639
	Urbanização de Assentamentos Irregulares	Obras e Serviços de Infraestrutura nos Bairros de Cabuçu, Curuzu e São José - Itaboraí/RJ	6.530.055
	Projeto Habitacional a cargo do Fundo - FNHIS	Serviços de Medição para execução de obras no Parque Mayra - Pinheiral /RJ	160.665
TOTAL CEHAB			18.136.031
SEASDH	Aluguel Social	Concessão de Aluguel Social para a Região Serrana, municípios de Niterói e São Gonçalo e comunidade de Manguinhos	52.808.888
TOTAL SEASDH			52.808.888
TOTAL GERAL			98.135.949

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2015

Um dos maiores investimentos do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – ITERJ – tem sido o Processo de Regularização Fundiária em diversas comunidades assistidas pelo órgão. Até outubro, foram aplicados R\$ 4,01 milhões nesse projeto.

As comunidades remanescentes de quilombolas em Cabo Frio foram as primeiras do país a receberem o título de posse de suas casas. Além da regularização fundiária, o ITERJ atua nestes assentamentos com apoio à produção agrícola, por meio da cessão de equipamentos, insumos e cursos. As moradias das comunidades também foram reformadas.



A Comunidade Nossa Senhora de Fátima, localizada no bairro da Taquara, na cidade do Rio de Janeiro, recebeu os Termos Administrativos de Comprovação de Posse e Moradia, que é um importante passo no processo de reconhecimento do direito à terra e à moradia das pessoas que vivem naquela região por aproximadamente 32 anos. Trata-se de uma Comunidade composta por 280 famílias, numa área de 42.168,26 m² que, originalmente, seria uma propriedade particular de um grupo imobiliário, que resolveu ajuizar ações de reintegração de posse contra os moradores.

A Companhia de Habitação do Estado do RJ – CEHAB – destacou-se com as ações de recuperação e melhoria das unidades habitacionais, que visam conservar e valorizar condomínios populares. Foram investidos R\$ 9,58 milhões nesta ação. Em setembro, por meio da CEHAB, o Governo do Estado entregou as obras de restauração do Conjunto Habitacional Prefeito Mendes de Moraes, o Pedregulho, em São Cristóvão, ícone da arquitetura brasileira. Um conjunto habitacional com 328 apartamentos, dividido por 03 blocos. A intervenção no Pedregulho faz parte do Programa De Cara Nova, que já reformou 129 conjuntos habitacionais no estado, beneficiando 80 mil famílias.

VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

A Resolução SEFAZ nº 918 em 19 de agosto de 2015 e ainda vigente, elevou a cota financeira em R\$ 1,21 em relação a primeira resolução e permaneceu inalterada no quinto bimestre. Desse montante, 40,5% referem-se às fontes de recursos do Tesouro e 59,5% referem-se às demais fontes como visto no Gráfico 17.

A Tabela 44 demonstra que para as Fontes do Tesouro, o percentual das despesas pagas em relação a cota utilizada foi de 91,8% e 98,2% para as Demais Fontes. O percentual geral totalizou 95,3% de despesas pagas em relação à cota utilizada. Nota-se que a FR do Tesouro representou 41,7% das Cotas liberadas, as FR Outras correspondem a 58,3% do total.

Em relação à execução orçamentária é possível verificar que o consumo das cotas financeiras das FR do Tesouro ocorreu dentro da normalidade. Tendo em vista, que o percentual de utilização da Cota Financeira foi de 99,3%, com destaque para as áreas de saúde e assistência social, nas quais utilizaram 99,8% e 99,4% respectivamente das cotas liberadas, conforme a Tabela 45.

Por meio da função alocativa o Estado tem conseguido adimplir 91,8% das Programações de Desembolso emitidas, de acordo com Tabela 45. A ênfase foi na área de Saúde, onde o total de despesa paga foi de 97,7% até outubro de 2015.

Gráfico 17

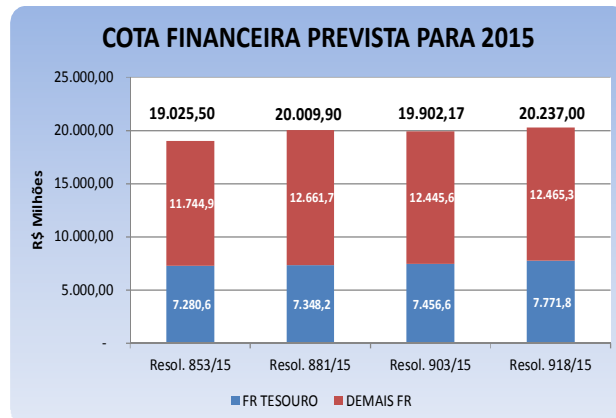


Tabela 44

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ OUTUBRO DE 2015

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	6.217	4.935	4.213	4.182	3.838
FR - Outras	6.316	5.260	5.890	5.162	5.071
Total geral	12.533	10.194	10.104	9.344	8.909

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Out/2015

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	79,4%	117,1%	84,7%	99,3%	91,8%
FR - Outras	83,3%	89,3%	98,1%	87,6%	98,2%
Total geral	81,3%	100,9%	91,7%	92,5%	95,3%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Out/2015

Tabela 45

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ OUTUBRO DE 2015 POR ÁREAS (FR TESOURO)

ÁREAS	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	244	167	103	102	89
SAÚDE	2.571	2.163	1.818	1.814	1.771
SEGURANÇA	714	517	420	411	369
ASSISTÊNCIA SOCIAL	447	392	377	375	337
DEMAIS ÁREAS	2.241	1.695	1.495	1.480	1.271
TOTAL GERAL	6.217	4.935	4.213	4.182	3.838

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Out/2015

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	68,4%	161,5%	61,2%	98,9%	87,0%
SAÚDE	84,1%	119,0%	83,8%	99,8%	97,7%
SEGURANÇA	72,5%	123,1%	79,5%	97,9%	89,7%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	87,7%	104,1%	95,5%	99,4%	90,0%
DEMAIS ÁREAS	75,6%	113,4%	87,3%	99,0%	85,9%
TOTAL GERAL	79,4%	117,1%	84,7%	99,3%	91,8%

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Out/2015

VI.2 Pagamento de PD's

O prazo médio geral de pagamentos do Tesouro foi 31 dias para as Programações de Desembolso. Para as áreas prioritárias o prazo foi de 15 dias e para as áreas não prioritárias alcançou 42 dias.

Conforme demonstrado no Gráfico 18, a maior parte das PD's, 71,5%, foi paga pelo Tesouro em até 20 dias, 9,7% foi pago entre 21 até 30 dias e 18,8% foram honradas acima de 30 dias.

A desaceleração das atividades econômicas teve impacto na arrecadação, um dos motivos do atual desequilíbrio das contas pública. Contudo o ERJ tem conseguido manter a transparência sobre a atual situação econômica, presando pelo bom relacionamento com seus credores. O Tesouro manteve o compromisso no pagamento na grande maioria das PD's, principalmente no que envolve às áreas prioritárias.

VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

O Comitê de Política Monetária (COPOM), na 194ª reunião³⁸, manteve por unanimidade a taxa SELIC em 14,25% a.a. O COPOM entende que a manutenção desse patamar da taxa básica de juros, por período suficientemente prolongado, é necessária para convergência da inflação para meta no horizonte relevante da política monetária.

Os fundos nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos mantiveram bom desempenho no quinto bimestre de 2015, obtendo em média 99,3% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI – benchmark dos fundos). Quanto a receita financeira, o montante registrado no 5º bimestre de 2015 apresentou queda de -39,9% em relação ao bimestre anterior. Quando comparamos o 5º bimestre de 2015 com o mesmo período

³⁸ Reunião realizada nos dias 20 e 21 de outubro de 2015.

Tabela 46

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's 5º BIMESTRE DE 2015

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	15
NÃO PRIORITÁRIAS	42
MÉDIA GERAL	31

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 18

PDs POR PRAZO MÉDIO DE PAGTO 5º BIMESTRE 2015

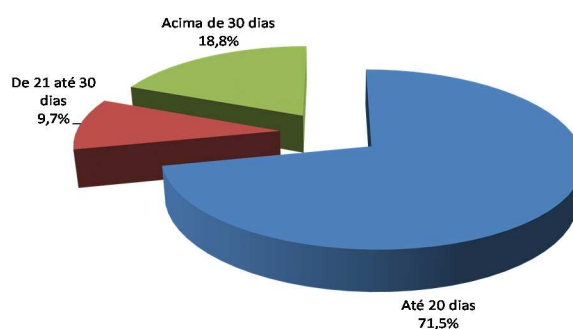
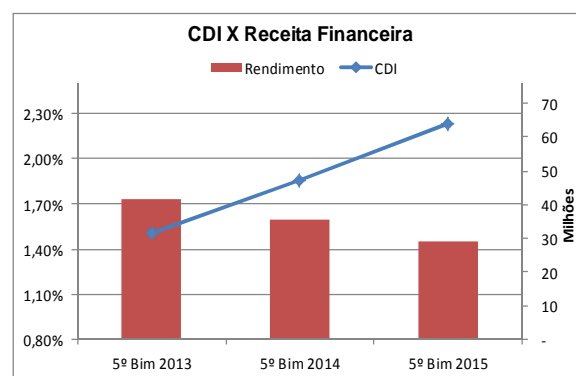


Gráfico 19

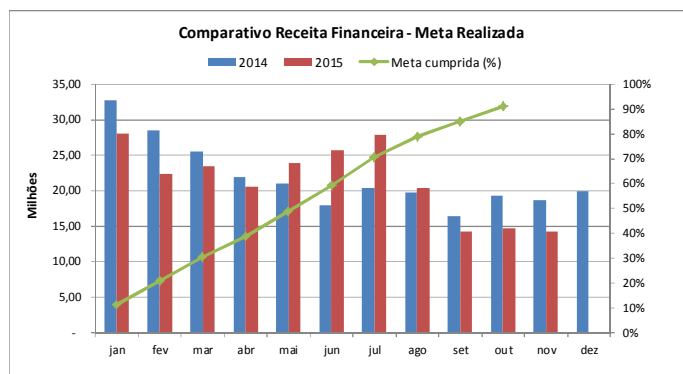


Fonte de Dados: SIG e CVM

do exercício anterior, observa-se que também houve queda de -18,8% na receita financeira registrada .

Analisando-se o período de janeiro a outubro de 2015, os investimentos dos recursos públicos geraram receita financeira de R\$ 235,5 milhões, montante este que representa 97% dos R\$ 242,8 milhões previstos na Lei Orçamentária Anual³⁹ (LOA) para todo o ano de 2014

Gráfico 20



Fonte: SIG

VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

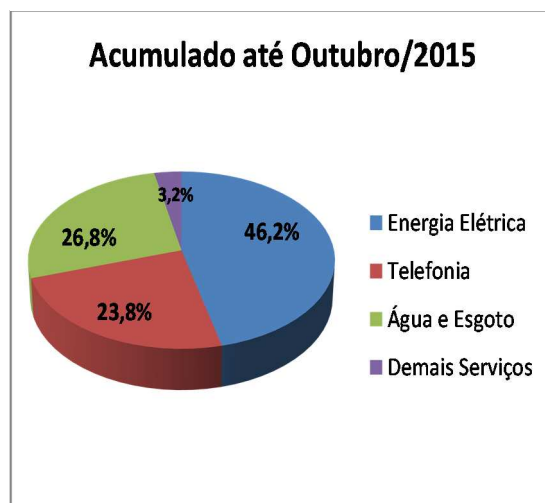
No período de janeiro a outubro de 2015, o Tesouro Estadual utilizou o montante de R\$ 85,90 milhões para honrar as despesas realizadas com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, cerca de 46,2%, foi utilizada para honrar despesas com energia elétrica, o restante subdivide-se em: 23,8% para despesas com serviços de telefonia, móvel e dados, 26,8% para despesas de água e esgoto, e 3,2% para demais serviços.

Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico visa assegurar a liquidação e pagamento de obrigações no exercício em que foram geradas, a fim de evitar custos derivados de multas e moras quando estas despesas são quitadas após o vencimento.

Destarte, no exercício de 2015, foram disponibilizados R\$ 421,22 milhões neste PT, e, até o presente momento, foram empenhados R\$ 265,36 milhões, ou seja, 63,0%.

Uma medida que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias –

Gráfico 21
Pagamento Acumulado das Concessionárias de Serviços Públicos



³⁹ Lei nº 6.955 de 13 de janeiro de 2015

SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais, abarca atualmente 18 concessionárias.

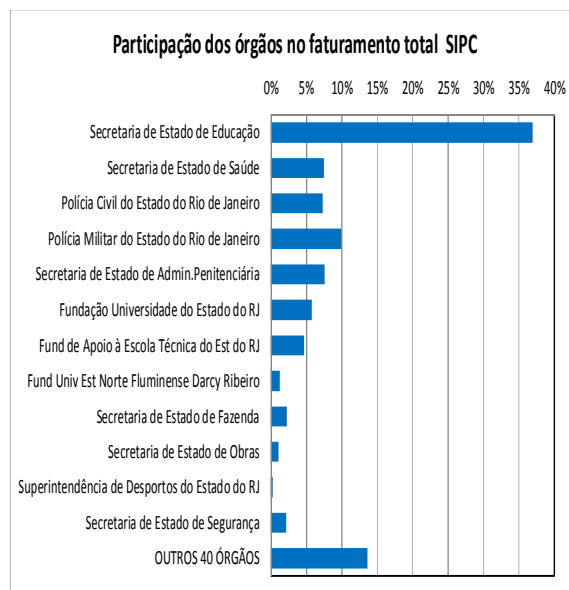
Considerando o faturamento de 2015, através do SIPC, foram registrados R\$ 336,3 milhões referentes a faturamento acumulado de serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 92,7 milhões, ou seja, 27,6 % do total.

A inadimplência do Erário junto às concessionárias (72,4 %), geralmente, ocorre devido a atrasos por parte de alguns órgãos no que diz respeito às descentralizações orçamentárias e às transferências de cota financeira - etapas necessárias para quitação de suas obrigações.

No 5º bimestre alguns órgãos não executaram todas as etapas necessárias para o pagamento, os seguintes órgãos encontraram-se nesta situação: a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), a Universidade do Estado do RJ (UERJ), a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP); a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ); ao Centro de Tec. de Informação e Comum do ERJ (PRODERJ) e a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ). Em 2015, as despesas destes órgãos juntas representaram 71,5 % do montante total faturado, dos quais foram quitados 8,2 %.

Por outro lado, cabe destacar, também, o desempenho positivo da Secretaria de Estado de Saúde (SES), da Fund. de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), da Fundação C.C.F. de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ) e da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) que honraram todos os seus compromissos em tempo hábil. Outros órgãos também merecem destaque favorável nesse sentido, quais sejam: Fund Dep Estradas de Rodagem do Estado do RJ (DER), Fund. Univ. Est. Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), dentre alguns outros.

Gráfico 22





VI.4.1 Características de Consumo

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 5º bimestre de 2015, verifica-se uma redução global de 2,40 %, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, em setembro e outubro de 2015, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 6,70 milhões, sendo R\$ 6,26 milhões de demanda contratada e R\$ 0,44 milhões de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que de janeiro a outubro de 2015 a média do faturamento foi de R\$ 1,21 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, analisando o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 99,68 mil.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e *wireless*, a Oi/Telemar (empresa que presta esses serviços ao Estado) aderiu ao SIPC para quitação das faturas por meio de descentralização. Nesse passo, após a implementação das rotinas necessárias, o faturamento abarcado pelo SIPC em 2015 somou R\$ 96,47 milhões, tendo sido quitado R\$ 16,46 milhões.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, em setembro e outubro de 2015, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 6,70 milhões, sendo R\$ 6,26 milhões de demanda contratada e R\$ 0,44 milhões de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que de janeiro a outubro de 2015 a média do faturamento foi de R\$ 1,21 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, analisando o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 99,68 mil.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e wireless, a Oi/Telemar (empresa que presta esses serviços ao Estado) aderiu ao SIPC para quitação das faturas por meio de descentralização. Nesse passo, após a implementação das rotinas necessárias, o faturamento abarcado pelo SIPC em 2015 somou R\$ 96,47 milhões, tendo sido quitado R\$ 16,46 milhões.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, em setembro e outubro de 2015, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 6,70 milhões, sendo R\$ 6,26 milhões de demanda contratada e R\$ 0,44 milhões de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que de janeiro a outubro de 2015 a média do faturamento foi de R\$ 1,21 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, analisando o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 99,68 mil.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e wireless, a Oi/Telemar (empresa que presta esses serviços ao Estado) aderiu ao SIPC para quitação das faturas por meio de descentralização. Nesse passo, após a implementação das rotinas necessárias, o faturamento abarcado pelo SIPC em 2015 somou R\$ 96,47 milhões, tendo sido quitado R\$ 16,46 milhões.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, em setembro e outubro de 2015, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 6,70 milhões, sendo R\$ 6,26 milhões de demanda contratada e R\$ 0,44 milhões de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que de janeiro a outubro de 2015 a média do faturamento foi de R\$ 1,21 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, analisando o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 99,68 mil.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e wireless, a Oi/Telemar (empresa que presta esses serviços ao Estado) aderiu ao SIPC para quitação das faturas por meio de descentralização. Nesse passo, após a implementação das rotinas necessárias, o faturamento abarcado pelo SIPC em 2015 somou R\$ 96,47 milhões, tendo sido quitado R\$ 16,46 milhões.

Na área de distribuição de água e esgoto, no 5º bimestre de 2015, foram faturados R\$ 17,98 milhões com este tipo de serviço. Vale observar que só a CEDAE compreende cerca de 62,0 % deste total.

Tabela 47
Fat. Acumulado por Serviço de Água e Esgoto

R\$ mil					
FAVORECIDOS	1º Bim/15	2º Bim/15	3º Bim/15	4º Bim/15	5º Bim/15
ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS	35	50	52	47	53
ÁGUAS DE NITERÓI	1.146	1.243	1.129	1.138	1.290
ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO	99	110	88	85	110
ÁGUAS DO IMPERADOR	81	112	94	85	107
ÁGUAS DO PARAÍBA	1.030	1.188	1.115	1.101	1.214
CEDAE	9.907	10.049	10.514	10.020	11.147
FÓZ ÁGUAS	4.405	3.134	3.379	3.258	3.447
C. ÁGUAS DE JUTURNABA	91	141	159	149	184
PROLAGOS	110	179	196	184	191
SAAE/B. MANSÁ	47	66	70	86	93
SAAE/V. REDONDA	112	42	115	141	141
Total Faturado	17.062	16.313	16.910	16.294	17.978

Fonte: Faturamento enviado pelas Concessionárias

VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

Em fevereiro de 2010, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, pelo qual deveria quitar seu estoque de precatórios em 15 anos, conforme sistemática do art. 97, § 1º, inciso II, do ADCT.

Dando cumprimento as regras do Regime Especial adotado, o Estado do Rio de Janeiro realizou tempestivamente as transferências dos recursos financeiros ao Tribunal de Justiça para realização dos pagamentos nos anos de 2010, 2011 e 2012.

Porém, com a promulgação da Lei Complementar nº 147 de 27 de junho de 2013, de iniciativa conjunta do Poder Judiciário e Executivo, foi autorizado ao Estado utilizar de 25% dos depósitos judiciais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor, mantendo-se o restante dos depósitos judiciais no Banco do Brasil, a fim de garantir a restituição ou pagamentos referentes aos depósitos.

Assim, em dezembro de 2013, utilizando os recursos provenientes dos depósitos judiciais, o Estado pode quitar todos os precatórios pendentes até o orçamento de 2013.

Em 2014, o Estado se manteve adimplente quitando todos os precatórios inscritos para aquele exercício orçamentário.

Salienta-se que ainda existem precatórios pendentes de exercícios anteriores, cujo pagamento não foi autorizado pelos Tribunais, devido a algum impedimento judicial.

Neste ano, em setembro e outubro, foram pagos pelo Tribunal de Justiça **R\$ 5,62 milhões** em precatórios judiciais.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 5º Bimestre deste ano, foram pagas pelo Tesouro Estadual 1.423 requisições de pequeno valor que totalizaram **R\$ 16,23 milhões**.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor ser de até 40 vezes o salário mínimo, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal⁴⁰.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se os precatórios e requisições de pequeno valor, no 5º bimestre de 2015, foram pagos o montante de R\$ 21,85 milhões.

VI.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública

O Tesouro Estadual desembolsou, no 5º bimestre de 2015, R\$ 992,60 milhões com o serviço da dívida⁴¹. A importância desembolsada foi 7,9% inferior ao valor pago no bimestre anterior.

Esta variação foi influenciada pela redução do serviço intralimite, que foi 35,7% inferior ao pago no 4º bimestre.

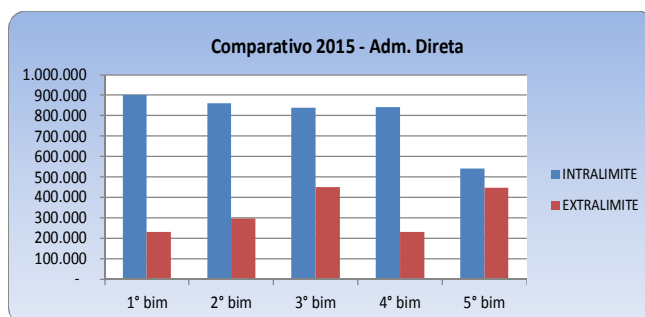
Do total pago no 5º bimestre de 2015, R\$ 541,97 milhões foram referentes à dívida intralimite⁴², valor superior aquele

Tabela 48

PAGAMENTOS DE RPV - 5º BIM. 2015		
R\$ mil		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
SETEMBRO	932	9.666.386,26
OUTUBRO	491	6.572.545,78
TOTAL	1.423	16.238.932,04

Fonte: SUCADP em 31/10/2015

Gráfico 23
Comparativo 2015 – Adm. Direta



⁴⁰ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

⁴¹ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

⁴² Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidas as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;

II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;

III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;

IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;

V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;

devido pela aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 50,64 bilhões.

Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta Honrada com recursos do Tesouro Estadual⁴³ alcançou R\$ 3,39 milhões, 62,6% superior em relação ao 4º bimestre de 2015.

Tabela 49

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm. Dir. + Adm. Ind. Honradas)							
	4º bim 2015			5º bim 2015			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	523.912	550.968	1.074.880	453.315	535.882	989.196	-7,97%
INTRALIMITE	431.083	411.391	842.474	268.893	273.070	541.963	-35,67%
EXTRALIMITE	92.828	139.577	232.406	184.422	262.812	447.234	92,44%
INTERNA	77.692	120.145	197.837	79.062	191.895	270.956	36,96%
EXTERNA	15.136	19.433	34.569	105.360	70.917	176.277	409,93%
ADM. INDIRETA HONRADA	1.966	121	2.087	1.923	1.470	3.394	62,57%
TOTAL	525.878	551.090	1.076.967	455.238	537.352	992.590	-7,83%
<i>Informações complementares:</i>							
Valor devido intra-limite	317.636	411.391	729.027	218.251.413	273.069.736	491.321.150	67294,07%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	431.083	411.391	842.474	268.892.835	273.069.736	541.962.571	64229,85%
Amortização do resíduo	(113.447)	-	(113.447)	(50.641.421)	-	(50.641.421)	44538,79%

Valores pagos a preços correntes.

*No cálculo do valor da amortização do resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

No tocante aos pagamentos da dívida externa, verifica-se um aumento de 410,0% em relação aos meses de julho e agosto, devido ao grande volume de contratos com pagamentos neste bimestre. Destacam-se nesse montante os pagamentos de amortização e juros dos contratos firmados junto ao Banco Interamericano (Programa de Despoluição da Baía de Guanabara) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (Programa de Mobilidade Urbana), que somaram R\$ 82,99 milhões. Ressalta-se, contudo, que o montante pago de dívida externa representou 17,8% do total de serviço pago.

VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;

VII – as despesas referentes à principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

⁴³ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 5º bimestre de 2015, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 103,10 bilhões, 3,3% maior que no bimestre anterior.

O estoque da dívida interna cresceu 2,9%, quando comparado ao 4º bimestre de 2015. Parte desse aumento é justificada pela variação do IGP-DI⁴⁴ e pelo ingresso de recurso de operações que se encontram em fase de desembolso.

Gráfico 24 - Composição por índices de correção

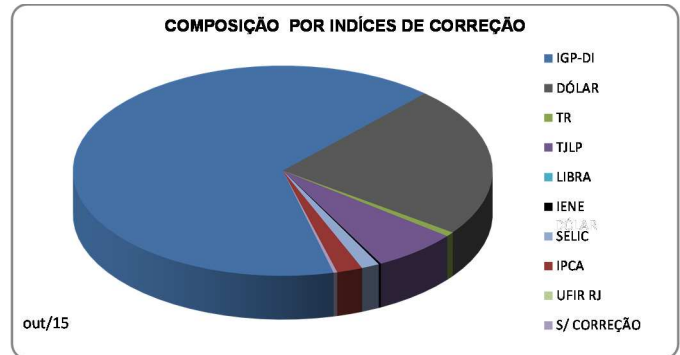


Tabela 50

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2015			
	4º Bimestre	5º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	99.795.764	103.102.263	3,31%
INTERNA	86.719.152	89.198.565	2,86%
Dívida com a União	67.572.007,41	68.770.069,37	1,77%
Outras Dívidas Contratuais	19.147.144,99	20.428.495,78	6,69%
EXTERNA	12.941.942	13.767.057	6,38%
Com Aval do Tesouro Nacional	12.936.359	13.761.148	6,38%
Mobiliária	5.583	5.910	5,85%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	134.670	136.641	1,46%
DÍVIDA FINANCEIRA	99.795.764	103.102.263	3,31%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI (*)	39.150.609	40.129.896	2,50%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,55	2,57	0,79%

Valores a preços correntes.

(*) Valor do 4º Bim/15 provisório.

⁴⁴ A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 4º bimestre fechou em 1,8% (IGP-DI de ago/15 e set/15) e nos últimos 12 meses (de out/14 a set/15) em 9,3%.

O estoque da dívida externa, que corresponde a 13,4% do total da dívida financeira, encerrou o 5º bimestre de 2015 com saldo de R\$ 13,77 bilhões, ou seja, 6,4% superior ao 4º bimestre de 2015, consequência da desvalorização do real frente ao dólar⁴⁵.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta somou o montante de R\$ 136,64 milhões, representando um aumento de 1,5% em relação ao saldo verificado em julho e agosto de 2015.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 78,4% do estoque. Desse montante, 87,65% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6,0%. A taxa média geral dos contratos é de 5,7%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR, até outubro de 2029.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2043, os vencimentos de curto prazo⁴⁶ representam 8,3%, e desse percentual, apenas 1% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2028 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR⁴⁷. No exercício seguinte, 2029, ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97.

Tabela 51

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS			
R\$ mil			
Préfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	915.249	1,13%	0,89%
2,1 - 4	213.886	0,26%	0,21%
4,1 - 6	70.877.123	87,65%	68,74%
acima de 6,1	8.858.190	10,95%	8,59%
Subtotal	80.864.449	100,00%	78,43%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	9.999.343	44,97%	9,70%
2,1 - 4	2.089.900	9,40%	2,03%
4,1 - 6	10.148.572	45,64%	9,84%
Subtotal	22.237.815	100,00%	21,57%
Total	103.102.263		100,00%

Gráfico 25

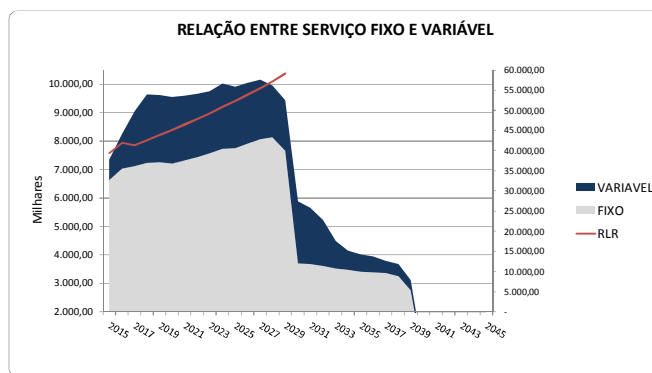
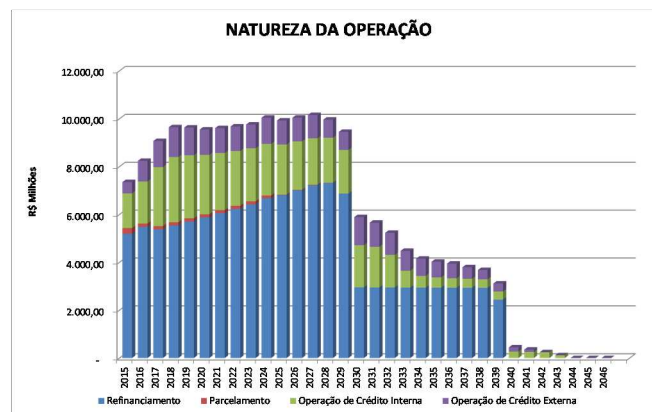


Gráfico 26



⁴⁵ A cotação do dólar (US\$) no dia 31 de outubro de 2015 foi de 3,8589. Ou seja, 5,9% superior a cotação do dia 31 de agosto de 2015 que foi de 3,6467.

⁴⁶ Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

⁴⁷ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 a 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

O Gráfico 25 apresenta a relação entre o serviço a pagar, vinculado às taxas variáveis e fixas. Vale ressaltar que os custos variáveis não ultrapassam o patamar de 25%, até o ano de 2029. O Gráfico 26 apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Verifica-se que, embora o Estado venha contratando novas operações de crédito, interna e externa, a União ainda é a maior credora do Estado.

Em relação ao prazo médio de amortização⁴⁸ e ao prazo médio de repactuação⁴⁹, estes atingiram 11,4 anos e 10,6 anos, respectivamente.

Análise de Sensibilidade Por Variável Chave

A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

Tabela 52

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
R\$ mil			R\$ mil			R\$ mil		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	63,57%	66.357.233,38	IGP-DI	63,36%	65.763.537,18	IGP-DI	67,44%	78.768.156,79
DÓLAR	25,04%	26.135.750,58	DÓLAR	25,18%	26.135.750,58	DÓLAR	22,38%	26.135.750,58
TR	0,89%	933.069,49	TR	0,90%	933.069,49	TR	0,80%	933.069,49
TJLP	6,53%	6.818.299,28	TJLP	6,57%	6.818.299,28	TJLP	5,84%	6.818.299,28
LIBRA	0,01%	5.909,54	LIBRA	0,01%	5.909,54	LIBRA	0,01%	5.909,54
IENE	0,13%	136.230,88	IENE	0,13%	136.230,88	IENE	0,12%	136.230,88
SELIC	1,39%	1.447.584,93	SELIC	1,39%	1.447.584,93	SELIC	1,24%	1.447.584,93
IPCA	2,24%	2.341.514,02	IPCA	2,26%	2.341.514,02	IPCA	2,00%	2.341.514,02
S/ CORREÇÃO	0,21%	214.927,71	S/ CORREÇÃO	0,21%	214.927,71	S/ CORREÇÃO	0,18%	214.927,71
TOTAL	100,00%	104.390.520	TOTAL	100,00%	103.796.824	TOTAL	100,00%	116.801.443
		out/16			out/16			out/16

IGP-DI

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -4,7%a.a. e 19,8%a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença no total da dívida, em valores absolutos,

⁴⁸ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vindendas.

⁴⁹ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vindendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

entre o cenário otimista e pessimista de aproximadamente R\$ 13,0 bilhões e, em valores relativos, de 12,5%.

Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 4,1% na participação do IGP-DI no total da dívida. Passando de 63,4% no cenário otimista para 67,4% no cenário pessimista.

O Índice Geral de Preços – IGP-DI variou 1,76%, em outubro. A variação registrada em setembro foi de 1,42%. Em outubro de 2014, a variação foi de 0,59%. No acumulado de 2015, o IGP-DI variou 8,91%. No mesmo período do ano anterior, o índice elevou-se 2,22%. No acumulado em 12 meses a taxa ficou em 10,58%. O IGP-DI de outubro foi calculado pela FGV com base nos preços coletados entre os dias 1º e 31 do mês de referência

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) registrou variação de 2,38%, em outubro. No mês anterior, o índice apresentou variação de 2,02%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou variação de 0,76%, em outubro, ante 0,42%, no mês anterior. Cinco das oito classes de despesa componentes do índice apresentaram acréscimo em suas taxas de variação.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou, em outubro, taxa de variação de 0,36%, acima do resultado de 0,22% do mês anterior.

Moeda Estrangeira e Libor

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 14,38 bilhões para 23,86 bilhões e de 16,6% para 23,1 %, no total da composição da dívida. Esse aumento deu-se em função de desembolsos ocorridos no período referentes a operações de crédito já assinadas junto a organismos internacionais e junto ao sistema financeiro nacional, atreladas à moeda norte americana.

As Tabela 53 e a Tabela 54 demonstram o quanto variam o

Gráfico 27

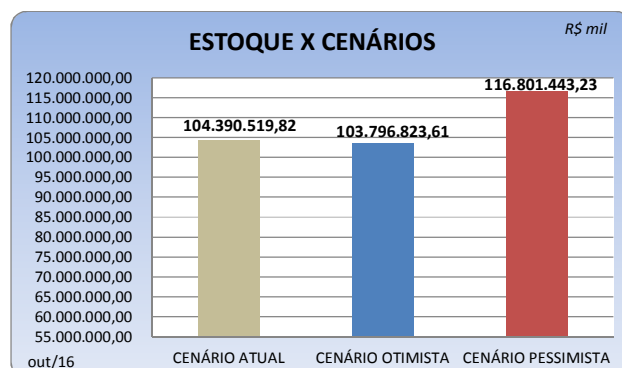


Tabela 53

Variável Chave	Variação	Serviço	%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+224.708,95	+2,654
Iene Japonês	+10%	+6.267,56	+0,080
Libor	+1,0%	+268.952,56	+3,416

Tabela 54

Variável Chave	Variação	Estoque	%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+2.613.575,06	+2,504
Iene Japonês	+10%	+13.623,09	+0,013

serviço e o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos percentuais (10%), nas variáveis chaves e o quanto varia o serviço, no mesmo período, em função de uma oscilação de 1 ponto percentual na taxa libor.

Verifica-se, na Tabela 53, que a variação no serviço anual não apresenta alta sensibilidade à maioria das variáveis chaves no curto prazo. O impacto da oscilação de um ponto percentual (1%) na Libor se reflete num acréscimo de R\$ 268,9 milhões ao serviço anual da dívida, ou seja, pouco mais do 3,4% do mesmo. Constata-se, portanto, que esse é o maior risco de curto prazo.

Analisando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme Tabela 54, observa-se que um aumento de 10%, no dólar americano e no iene japonês, gera um aumento de no máximo 2,5 % e 0,01% em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 827,26 milhões de receita oriunda de operações de créditos, em setembro e outubro:

- R\$ 629,00 milhões destinados à Infraestrutura da linha 4 do metrô e expansão da linha 1 - Fase II ADICIONAL (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 164,76 milhões destinados ao Programa Estadual de Transportes II Adicional – PET II Adic. (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 9,30 milhões destinados ao Programa Saneamento para Todos II (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 6,04 milhões destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 5,33 milhões destinados para o Financiamento Adicional ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);

- R\$ 4,02 milhão destinados ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J - PROFAZ (recursos provenientes do BID);
- R\$ 3,19 milhões destinados ao Programa de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 1,94 milhões foram destinados para o Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES) ;
- R\$ 1,84 milhões foram destinados para o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 875,65 mil destinados ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 576,83 mil destinados para o Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO (recursos provenientes do BIRD);e
- R\$ 367,45 mil destinados ao Programa Nacional do Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR (recursos provenientes do BID).

**Tabela 55
Cronograma de Liberações**

Cronograma de Liberações
Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 31/10/2015

R\$ mil

	2015		2016/19
	Liberado (1)	a Liberar (2)	a Liberar (2)
1. Operações de Crédito Contratadas	2.882.991	2.563.776	4.715.825
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	2.184.225	1.817.522	806.771
1. EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - BNDES	-	-	6.784
2. SANEAMENTO PARA TODOS I - CAIXA	15.805	80.065	204.054
3. DELEGACIA LEGAL - BNDES	1.939	4.071	5.088
4. PMAE II - BNDES	-	1.583	-
5. CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA	7.954	20.040	-
6. VIALIGHT - CAIXA	-	-	259.067
7. PRÓ-CIDADES I - B. BRASIL	-	552.000	-
8. METRÔ LINHA 4 (Estudos e Pesquisas) - BNDES	2.865	1.345	295
9. PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	25.999	86.244	270.525
10. PROCOI - CAIXA	199.924	339.055	60.957
11. PRÓ-CIDADES II - B. BRASIL	-	346.604	-
12. METRÔ / PRÓ ML4 ADICIONAL- BNDES	1.929.740	386.517	-
Demais	698.766	746.254	3.909.055
13. PET II - BIRD	4.048	21.235	17.458
14. RIO RURAL I - BIRD	9.667	11.709	4.945
15. PROFAZ - BID	7.853	15.829	12.738
16. PRÓ-GESTÃO I - BIRD	12.010	1.831	26.866
17. PRODETUR - BID	4.892	79.045	222.729
18. PSAM - BID	-	46.273	1.547.376
19. PET II Adicional - BIRD	433.367	357.493	967.428
20. PROVIAS - CAF	93.795	-	428.053
21. ARCO METROPOLITANO	108.064	165.254	-
22. INCLUSÃO SOCIAL - BID	8.739	-	203.492
23. RIO RURAL ADICINAL FA - BIRD	16.331	36.663	314.020
24. PRÓ-GESTÃO II - BIRD	-	10.922	163.951
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	-	-
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF	-	-	1.036.298
Total	2.882.991	2.563.776	5.752.124

Fonte: SOC - Sistema de Operações de Crédito, 2015.

(1) Valores realizados em 2015, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de out/2015



Tabela 56

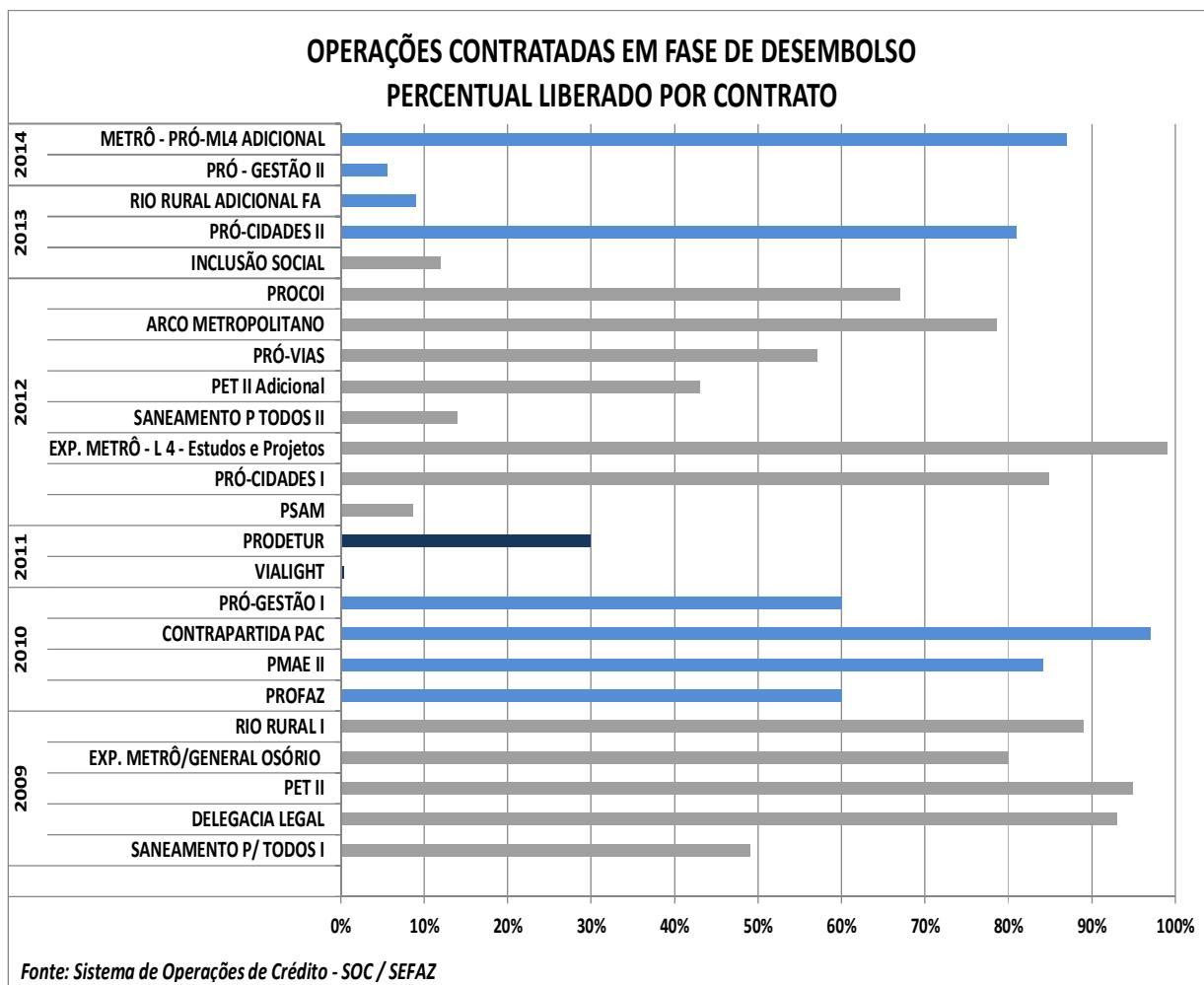
Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso

Data: 31.10.2015

DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ORGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
					CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009									
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I	CAIXA	CEDAE	REAL	558.000.000,00	273.880.940,46	49%	558.000.000,00	273.880.940,46
10/08/2009	DELEGACIA LEGAL	BNDES	SEOBRAS	URTIJP	79.530.718,1067	73.920.154,1872	93%	157.314.305,40	145.924.297,98
24/09/2009	PET II	BIRD	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	201.673.171,73	95%	816.929.130,00	385.858.409,79
25/11/2009	EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	BNDES	RIO TRILHOS	URTIJP	17.202.587,2014	13.772.924,3494	80%	34.027.267,97	27.188.854,50
14/12/2009	RIO RURAL I	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	39.500.000,00	35.184.204,65	89%	152.426.550,00	72.570.886,83
2010									
10/05/2010	PROFAZ	BID	SEFAZ	DÓLAR	19.759.050,00	11.816.074,89	60%	76.248.198,05	26.728.685,51
26/05/2010	PMAE II	BNDES	SEPLAG	URTIJP	5.056.532,6633	4.256.348,7751	84%	10.001.983,42	8.402.372,99
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC	CAIXA	SEOBRAS	URTIJP	307.002.052,9005	296.848.677,73	97%	607.259.884,70	586.006.600,71
22/11/2010	PRÓ-GESTÃO I	BIRD	SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	11.236.458,62	60%	72.057.239,70	28.023.383,65
2011									
28/06/2011	VIALIGHT	CAIXA	SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	1.067.889,51	0%	259.138.332,31	1.067.889,51
08/08/2011	PRODETUR	BID	SEOBRAS	DÓLAR	112.000.000,00	33.797.938,26	30%	432.196.800,00	74.532.138,94
2012									
20/03/2012	PSAM	BID	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	39.000.000,00	9%	1.744.145.622,00	86.058.300,00
05/06/2012	PRÓ-CIDADES I	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	944.715.592,5264	1.477.585.800,4400	85%	3.645.563.000,00	3.093.563.000,00
12/06/2012	EXP. METRÔ - L 4 - Estudos e Projetos	BNDES	RIO TRILHOS	URTIJP	80.014.240,95	79.185.291,03	99%	158.270.729,05	156.319.054,38
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II	CAIXA	CEDAE	REAL	415.372.248,98	58.603.282,17	14%	415.372.248,98	58.603.282,17
05/09/2012	PET II Adicional	BIRD	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	256.658.284,70	43%	2.315.340.000,00	741.022.551,35
13/09/2012	PRÓ-VIAS	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	319.675.000,00	180.948.826,66	57%	1.233.593.857,50	435.351.054,91
05/12/2012	ARCO METROPOLITANO	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	200.000.000,00	157.175.970,35	79%	771.780.000,00	368.520.091,29
20/12/2012	PROCOI	CAIXA	SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	799.859.773,08	67%	1.199.871.427,00	799.859.773,08
2013									
22/02/2013	INCLUSÃO SOCIAL	BID	SEELJE	DÓLAR	60.000.000,00	7.266.724,24	12%	231.534.000,00	19.604.047,59
26/04/2013	PRÓ-CIDADES II	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	812.614.993,9102	1.149.487.775,2700	81%	3.135.800.000,00	2.539.196.500,00
19/08/2013	RIO RURAL ADICIONAL FA	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	100.000.000,00	9.123.776,20	9%	385.890.000,00	25.330.832,47
2014									
30/04/2014	PRÓ - GESTÃO II	BIRD	SEOBRAS	DÓLAR	48.000.000,00	2.683.243,1400	6%	185.227.200,00	6.000.000,00
03/07/2014	METRÔ - PRÓ-ML4 ADICIONAL	BNDES	RIO TRILHOS	URTIJP	3.000.000.000,00	2.614.901.537,7300	87%	3.000.000.000,00	2.614.901.537,7300

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ

Gráfico 28



VI.7 Acompanhamento Financeiro de Convênios⁵⁰

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 5º bimestre de 2015 com 316 Convênios de Despesa e 277 Convênios de Receita vigentes⁵¹.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do *Programa Somando Forças*⁵². Na esfera dos Convênios de Receita, o *Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC*⁵³ engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao *Programa Somando Forças*, encontravam-se vigentes 247 convênios, beneficiando 68 Municípios. No âmbito desses convênios, até o bimestre anterior, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 139,84 milhões, que foram ou serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura.

Nos demais Convênios de Despesa, encontravam-se vigentes 149 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. O valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual até o bimestre anterior foi de aproximadamente R\$ 3,22 bilhões.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o bimestre anterior, o total de 16 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 1,75 bilhão⁵⁴. Dessa importância, R\$ 946,34 milhões consiste no valor previsto de repasse da União e R\$ 805,97 milhões são oriundos do Tesouro Estadual.

⁵⁰ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema de Apoio ao Sistema Estadual (SATE).

⁵¹ Convênios de Receita – são aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - são aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁵² Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

⁵³ Lei nº 11.578/2007, que regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

⁵⁴ Valor original desconsiderando os aditivos.

VI.8 Análise de Viabilidade Econômica de PPPs

No início deste ano, o Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado do Rio de Janeiro definiu como linha de atuação as seguintes áreas:

SANEAMENTO: Desenvolvimento de projeto(s) com objetivo de universalizar e tratar o esgotamento sanitário para toda a região metropolitana do Rio de Janeiro, beneficiando uma população de 12 milhões de pessoas, a fim de alcançar de forma progressiva a total despoluição da Baía de Guanabara.

MOBILIDADE URBANA: Desenvolvimento e implementação de projeto(s) de mobilidade urbana, dentro de modelos racionais e que melhor se apliquem, com o concurso da iniciativa privada, entre as cidades de Niterói e São Gonçalo, numa extensão de trajeto de 22 km e a viabilização da Linha 3 do metrô entre estações de Arariboia e Guaxindiba (próximo da BR 101), beneficiando cerca de 1,7 milhão de pessoas ou 350 mil passageiros/dia.

FRONTEIRA TECNOLÓGICA: Desenvolvimento de projeto de implantação de rede banda larga viável e atraente à iniciativa privada, onde esteja definida a melhor tecnologia e os investimentos necessários para mudar o padrão de serviços públicos prestados à população, a fim de otimizar a tecnologia disponível de acesso a redes e que acelerar a universalização da internet no provimento de serviços públicos e no cotidiano das cidades fluminenses.

Com base nessa linha de ação, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços - SEDEIS, tornou público o Chamamento Público nº 001/2015 com o objetivo de receber a manifestação de interesse para elaboração de estudos técnicos destinados à implementação de serviços de saneamento nas regiões da Baixada Fluminense/Bacia do Guandu e região do Leste Metropolitano Fluminense.

Em 01 de setembro, foi designada uma Comissão composta por membros da Companhia Estadual de Águas e Esgoto, da Câmara Metropolitana, da Agência Estadual de Fomento, da Secretaria Estadual de Obras e da Subsecretaria de Parcerias Público-Privada criada no âmbito da SEDEIS.

Decorrido o prazo para apresentação dos requerimentos para autorização de elaboração dos estudos, o CGP, em reunião realizada no dia 28 de setembro de 2015, analisou os pedidos recebidos e acolhendo a recomendação da Comissão autorizou à Empresa Brasileira de Projetos a realização dos estudos técnicos do projeto de Saneamento.

Na mesma ocasião, o CGP resolveu incluir no Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas o projeto de Implantação, Operacionalização e Gestão de Serviços de Diagnóstico por Imagem do Programa Rio Imagem, apresentado pela Secretaria Estadual de Saúde, para a aquisição, instalação e manutenção de equipamentos de imagens fixos e móveis, atendendo a uma população de 16 milhões de habitantes de 92 municípios.

Vale ressaltar que o projeto decorre da manifestação espontânea de elaborar estudos técnicos aptos a subsidiar o Governo do Estado na modelagem do projeto, apresentada pela *International Finance Corporation*, organismo vinculado ao Banco Mundial.